



“ Sereno AGUARDAREI no meu jazigo
A JUSTIÇA DE DEUS na voz da história...”

DOM PEDRO II

ORGÂNICA PATRIANOVISTA

REVALORIZAÇÃO DO BRASIL EM SEUS ELEMENTOS
HUMANOS, POLÍTICOS E ECONÔMICOS

ARLINDO **VEIGA DOS SANTOS**

editora
PÁTRIA NOVA



Título original: *Orgânica Patrianovista*

Copyright © Arlindo Veiga dos Santos, 1950.

Adaptado da edição original publicada em setembro de 1950.

Todos os direitos desta publicação são reservados à Editora Pátria Nova.

Todos os direitos reservados ao Departamento de Diagramação, Revisão e Reedição (D.R.R.) da Ação Orleanista pela organização, compilação, adaptação e revisão dos textos a serem apresentados a seguir e à Editora Pátria Nova pela publicação e distribuição do impresso.

Organização

Ana Paula Berger

Gerente editorial

Kauê de Werk

Transcrição

Ana Paula Berger

Matheus Lopes

Thales Ventura

Revisão ortográfica

Matheus Lopes

Diagramação

Kauê de Werk

Projeto gráfico e capa

Kauê de Werk

Renan Menuzzier



Editora Pátria Nova

Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

patrianova.editora@gmail.com

Tel. (69) 9268-7971

MMXXII

SUMÁRIO

15 MENSAGEM AOS BRASILEIROS DE BOA VONTADE

CAPÍTULO I

PRELIMINARES

21 CONCEITUAÇÃO DE “ORGÂNICA”

35 HISTÓRICO DE PÁTRIA NOVA

51 AFIRMAÇÃO DA IDEIA PRAGMÁTICA

CAPÍTULO II

DOCTRINA

59 DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS TEOLÓGICOS

65 DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS

71 DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS POLÍTICOS

CAPÍTULO III

ANÁLISE ECONÔMICA

83 JUSTIFICAÇÃO HISTÓRICA

103 SITUAÇÃO FINANCEIRA ATUAL

109 SITUAÇÃO ECONÔMICA ATUAL

CAPÍTULO IV

REALIDADE EM PROSPECÇÃO E SUA INDUSTRIALIZAÇÃO

- 119 MINERAIS, VEGETAIS E ANIMAIS
- 133 INDUSTRIALIZAÇÃO DOS MINÉRIOS
- 141 INDUSTRIALIZAÇÃO DOS VEGETAIS
- 149 INDUSTRIALIZAÇÃO DOS ANIMAIS

CAPÍTULO V

PRÁXIS ECONÔMICA

- 157 PRODUÇÃO
- 165 TRANSFORMAÇÃO
- 171 CIRCULAÇÃO E CONSUMO

CAPÍTULO VI

REFORMA FINANCEIRA E TRIBUTÁRIA

- 185 ESTADO ATUAL
- 189 REFORMA
- 197 RESULTADOS

CAPÍTULO VII

REDENÇÃO SOCIAL

- 203 DEFORMAÇÃO SOCIAL
- 217 REFORMA SOCIAL
- 227 BRASIL, POTÊNCIA IMPERIAL

EM NOME DA SANTÍSSIMA TRINDADE

Há 128 anos, confirmando a vocação Católica e Imperial da TERRA DE PIRATININGA, nascida sob a égide de DOM JOAO III pelos braços valorosos de Martim Afonso de Sousa, Manuel da Nóbrega e João Ramalho, fundou DOM PEDRO I, em companhia de Nobres Cavaleiros e com o aplauso e cooperação ativa do Povo Brasileiro, o livre IMPÉRIO DO BRASIL, contra a reação escravizadora das Cortes Liberais de Lisboa.

Hoje, no ano da Graça de 1950, integrantes da...

AÇÃO IMPERIAL PATRIANOVISTA BRASILEIRA,

estudantes da mesma fé Católica e Imperial dos nossos Antepassados, pondo os destinos soberanos da Pátria Imperial Brasileira sob a proteção de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, assinamos, ao lado de S.A.I.R. Sr. DOM PEDRO HENRIQUE DE BRAGANÇA – DOM PEDRO III –, os presentes instrumentos em pergaminho, como cerimônia sagrada e patriótica do lançamento da...

ORGÂNICA PATRIANOVISTA

documento-síntese do pensamento político nacional genuíno e das obras a realizar-se futuramente para o bem comum dos Povos do Brasil com a instauração do Império Orgânico baseado em nossas Tradições positivas, o qual há de constituir, sob as bençãos de Deus Uno e Trino, o palácio da restauração da Cristandade, honra da civilização latina e hispânica, glória da América e garantia da libertação, paz e ventura da humanidade. Com ele, tornar-se-á fato histórico, por meio da “brava Gente Brasileira”, a JUSTIÇA DE DEUS NA VOZ DA HISTÓRIA – sonho do excelso Imperador Pedro II, realidade sob o Sr. Dom Pedro III, herdeiro dos nossos Reis e Imperadores.

É com esta fé herdada dos santos, dos estadistas, dos guerreiros e dos trabalhadores nossos Maiores, que convicto apomos as nossas assinaturas nestes documentos cheios de responsabilidade.

Imperial Cidade de São Paulo de Piratininga, 7 de setembro do Ano Santo de um mil e novecentos e cinquenta, 128.º da Fundação do Império Brasileiro, 22.º da Ação Imperial Patrianovista Brasileira (Pátria Nova).

Patrianovistas que assinaram o lançamento simbólico da
Orgânica Patrianovista a 7 de setembro de 1950.

Prof. Dr. Arlindo Veiga dos Santos

Prof. Dr. Antônio André Mendonça de Queiroz Teles

Prof. Dr. José Eurico Santos Abreu

Prof. Dr. Alfredo Teixeira de Jesus

Dr. Manuel Marcondes Resende

Hermes Di Ciero

Orlando Luís Costa

Adelino Ricciardi

Waldomiro Siqueira Júnior

Dr. Alberto Cardarelli

Francisco Xavier Atienza Júnior

Pedro Zogbi

Silvio Paranhos Costa

Dr. Avedis Demercian

Prof. Hugo Paulo Lichtenberger

Miguel Estefno Neto

Moacir Tomás da Silva

Trajano de Lima Monerat

José Gnipper

Antônio Luís Pereira da Cunha

EXPLANAÇÃO DOS CAPÍTULOS



No capítulo I, exararemos o conceito de ORGÂNICA, isto é, aquele conjunto sistemático de instituições governativas para reger a Nação Brasileira.

E não pense, Patrício, tratar-se de algo utópico, inventado em assembleias “constituintes” ou em gabinetes privados como todas essas falsas “formas de governo” (?) e essas “constituições” definitivas (?) do liberalismo, as quais (todas definitivas...) se vão sucedendo e fazendo a desgraça dos miseráveis povos despojados dos seus sistemas naturais de governação e lançados nas aventuras politigueiras das democracias e ditaduras. Nada disso! A nossa ORGÂNICA a bem dizer não é nossa, da AIPB: é BRASILEIRA. Baseia-se em nossa CULTURA, foi estabelecida pelos estudos sociológicos que Pátria Nova fez sobre a evolução da vida histórico-natural do Brasil.

Daí resulta o precisarmos explicar o que seja a tal Pátria Nova (AIPB), algo que muita gente boa ignora, finge ignorar e não pode ignorar.

E por quê afirmaremos uma ideia pragmatista? Ora, justamente porque não vivemos no mundo da lua como os republicanos e os outros liberais e racionalistas. Sabemos o que queremos. Sabemos que nem só de pão vive o homem, mas também e vitalmente de pão. “Saco vazio não para em pé”, diz sabiamente o aforismo. Somos idealistas, mas para ter ideias cumpre estar alimentado e vivo...

No capítulo II (DOCTRINA), declaramos o que CREMOS com toda a História do Brasil. São, portanto, os nossos princípios teológicos. Já encontramos ao nascermos esses princípios teológicos, baseados no fato histórico da Revelação Cristã. E, por meio dos Reis de Portugal,

vieram eles fazer-se base primeira e alicerce imutável e imprescindível da cultura e civilização brasileira. Cimentaram o Brasil autêntico. Deram-lhe forma e caráter. São base da nossa moral e dos nossos costumes individuais, familiares e sociais. Têm de ser, conseqüentemente, base da vida política derivada da vida familiar e social. É esse outro fato que a sociologia política não pode desconhecer. Negados embora por traidores da nossa realidade, identidade e originalidade históricas, nós os afirmamos contra todos os calabares que importaram e nos impuseram erros alheios à nossa realidade tradicional.

Na declaração de princípios filosóficos afirmamos a necessidade de uma concepção geral da vida, do universo, para guiar a expressão nacional dos povos. Todos (indivíduos e povos) vivem em função de uma filosofia, de uma concepção da existência, consciente ou inconscientemente. Nós queremos, em oposição a todos os falsários teorizadores, que a nossa Pátria viva de acordo com a sua filosofia velha e VERDADEIRA. Novidade apenas não é critério de verdade. Há muitas verdades velhas e muitos erros novos, bem como muitas velhices erradas e muitas mocidades verdadeiras.

Na declaração de princípios políticos, afirmamos o que é o Brasil — um IMPÉRIO, uma PÁTRIA IMPERIAL — tirando desse conceito fecundo todas as conseqüências para a sua reorganização interna, fundamento de toda a sua grandeza espiritual e material, da sua expansão econômica e sua MISSÃO entre os Hispânicos primeiro, depois em toda a Cristandade e em todo o mundo. Entrados no capítulo III (Análises econômica), perambulamos pela evolução histórico-econômica do Brasil, expondo a grandeza que já representamos no mundo pelo Império e em seguida constatamos a apagada e vil tristeza do atual estado financeiro do Brasil sob as delícias das improvisações republicanas e a nossa conjuntura econômica desta época.

Fala por si o capítulo IV. É o Brasil, além de uma realidade espiritual, humana, cultural, histórica, um território, um chão, o chão dos nossos Antepassados, de nós mesmos e dos nossos descendentes, pois a Nação humana e política constitui uma continuidade sempre solidária, uma sucessão natural e não artificial. Faz mister vermos o que há nesse chão, o

que podemos tirar dele afim de podermos ficar em pé e de cabeça erguida. Cumpre-nos prospectá-lo, avaliá-lo, industrializá-lo nos seus elementos minerais, vegetais, animais. Primeiro se prospecta (para conhecê-lo), depois, com os dados reais se vai aproveitá-lo cientemente com a industrialização, de que se tratará no capítulo seguinte.

Temos, então, no capítulo V, a PRÁXIS ECONÔMICA. Neste capítulo importa-nos encarar a Produção dentro do quadro humano, cientes de que o produtor não é o homo economicus da superstição materialista. Aqui, por conseguinte, se aplicarão as nossas doutrinas teológicas, filosóficas e políticas, em função das quais há de decorrer a vida trabalhista. Dá uma ideia do que pretendemos a simples inspeção do capítulo. Olhem e passem adiante.

Prenunciamos o capítulo VI (Reforma financeira e tributária) como aquele que vai dar pano para mangas, pois é justamente aí que a república encalha sem remédio... em todo o mundo. É a república um regime caríssimo e esbanjador. O eleitoralismo, medida de tudo, a devora. A nossa será uma reforma tão revolucionária dos maus costumes republicanos, que nem vale a pena dizer tudo. Contemplem apenas o que há presentemente de práticas desorientadas e de saque desesperador à Nação, aos Produtores e aos Consumidores, que qualquer reformazinha branda já seria desejável. A dos nossos planos, todavia, será atômica como destruidora e cupins e chupins... e construtora, pois que é esse o aspecto da nossa vida política nacional que põe maluca muita gente e com vontade de sair dando tiros a esmo pela rua afora. Se ressuscitasse hoje um brasileiro do século XVIII e tomasse conhecimento da nossa realidade fiscal, perguntaria assombrado que potência ladravaz teria conquistado o Brasil para nos saquear dessa maneira.

Mal se poderá adivinhar o que de grande e feliz poderá tornar-se o Brasileiro com a nossa radical reforma tributária.

Na Redenção Social, capítulo VII, focalizar-se-á o que por aí vigora na pobre vida dos brasileiros, especialmente dos humildes, dos pequenos, para então cuidar da reforma já em parte encarada no capítulo V, visando à redenção social cristã do Brasil. Cabem aqui os problemas dos marginais (indivíduos e comunidades), sertanejos, negros, índios.

Alcançada essa redenção com ajuda de Deus Uno e Trino, estará o Brasil, espiritual, política e economicamente aparelhado para assumir o verdadeiro lugar no concerto das grandes Nações (do qual foi expulso em 1889), lugar que nunca poderá reconquistar no mimetismo chantagista em que vive enalhado há 60 anos.

Sim! Aplicada a ORGÂNICA PATRIANOVISTA à vida brasileira, iremos rapidamente à conquista do nosso lugar de POTÊNCIA IMPERIAL MUNDIAL, hoje apenas sonho melancólico de todos os brasileiros patriotas.

Chefia Geral e Supremo Conselho

IMPERIAL PATRIANOVISTA

MENSAGEM AOS BRASILEIROS DE BOA VONTADE SOBRE A **ORGÂNICA PATRIANOVISTA**



BRASILEIRO.

Creemos que o sr. já está cansado de ler plataformas políticas, publicadas nos jornais que manuseia todos os dias de campanhas eleitorais; aturdido com o berreiro dos alto-falantes que lhe azucrinam atormentadoramente os ouvidos nas vésperas das eleições; desenganado de todas as mirabolantes promessas que lhe fizeram pelo rádio, pelos jornais, pelos alto-gritantes das ruas e pelas cartas melosas domiciliares com que o bombardearam desde 1945, com a dita “redemocratização” do País. Isso que com o sr. agora acontece já se dera igualzinho, apenas mudados os aparelhos de ataque, com todos os seus patrícios desde 1891: as gritarias, as promessas, os engodos, os ardis eleicoeiros, o não cumprimento, tudo, tudo foi tal e qual.

Talvez por esse motivo não queira o sr. saber de mais isto, que lhe parecera mais uma esparrela, mais uma promessa, mais um chamariz de candidato.

Pois bem! Tranquilize-se; nós Patrianovistas não somos candidatos!

Há vinte e dois anos trabalhamos pelo Brasil no plano da cultura política e da cultura geral. Sempre evitamos o máximo possível meter-nos no cipoal das contendidas partidárias, em que geralmente os ânimos se desviam para os atalhos dos interesses meramente pessoais e de corrilhos oligárquicos vorazes, frustrando as esperanças dos patriotas ingênuos crentes de que os seus eleitos vão salvá-los e “salvar o Brasil” no qual os candidatos pensam (talvez) somente durante a propaganda eleitoral. Nós não somos candidatos.

Observamos, meditamos, pensamos o nosso Passado e o nosso presente. Equacionamos os nossos problemas. Sabemos como devem ser resolvidos. Não vamos, portanto, aprender à custa do sr. o voto que o sr.

nos desse (se por acaso fôssemos candidatos) não nos faria estadistas e sábios da sociologia, da política e da economia, se, enquanto os candidatos e os seus agentes berram nas ruas e praças, já não tivéssemos no silêncio dos nossos quartos de estudo ou das bibliotecas ou nas perambulações pelo interior e campos de experimentações e laboratórios, estudado os problemas nacionais à espera de solução cabal. O seu voto sagrar-nos-ia apenas mais um “pai da pátria”, mais um “representante” igual aos outros. Não nos daria ciência alguma.

Não somos, pois, candidatos a patavina. Se um dia o formos, estaremos nas miseráveis condições de qualquer candidato obrigado a jactar-se de miríficos dotes irreais. Não temos jeito para a coisa.

Tranquilize-se. Não somos candidatos.

* * *

Mas temos um programa, isso temos. Programa sério, estudado, objetivo, realista, nada demagógico. O nome está lá em cima! Já leu bem?

Leia então. Achamos ingenuamente que nossa Pátria há muito que fazer pelo homem brasileiro; que ele não vale nada em sua terra e nem é considerado coisa alguma. Não lhe dão alimentação condigna, não lhe dão saúde e educação, não lhe dão os meios de produção, não lhe dão a proteção especial de que amiúde precisa, não olham devidamente pela conservação de tantas vidas brasileiras, não lhe barateiam a justiça e muito menos resolvem os casos de tantos patrícios marginais, da cidade, da roça e do sertão. E, se o sr. é daqueles brasileiros que saem para o estrangeiro, logo descobrirá que, ao contrário do que acontecia há 60 anos, o Brasil lá para as estranhas não existe nem é considerado algo sério que mereça atenção. Ao sair daqui o sr. nos apuros fica ao Deus-dará, sem ter a quem recorrer com eficácia. É essa uma história que pode ser contada por muita gente boa, a qual pensava existirmos diplomaticamente lá fora.

E politicamente? Que é o Brasil? Basta lançar uma olhadela ao que está acontecendo. E de cada tanto é isso mesmo que sucede. De vez em quando, há esses colapsos político-administrativos. O Brasil vai “mudar de cabeça”. Enquanto se trata de fazer novo governo que “descontinuará” o presente, não se governa. Deslizamos pela graça de Deus.

Economicamente, não somos o que deveríamos ser. Perdemos relativamente para os tempos ditos coloniais. Perdemos para o Império com os seus minguados 15 milhões de habitantes em 1889. Não é, não, que haja sido extremado o progresso do resto do mundo daquele ano para cá. Não! Foi síncope nossa.

E militarmente? Resolveriam o problema da nossa completa defesa as nossas tropas de terra, mar e ar? Absolutamente não. Mostrou-o a passada conflagração em vésperas de ser reeditada.

* * *

Não é isca o que lhe atiramos, Patrício. É convite a pensamento, a trabalho, a exame de consciência, a sacrifício.

Vamos mal. Porém, não é dos outros que depende a salvação do Brasil: é de nós mesmos, é do sr. que há de largar de ser comodista e de pensar que só os outros devem fazer força para o sr. gozar os resultados. O Brasil é seu também e não somente nosso, isto é, de nós que vamos afirmando verdades desagradáveis.

Vamos mal. Depende, porém, de nós mesmos a nossa recuperação. Não depende de planos Marshall, nem de empréstimos que se devorarão imediatamente em balofas inutilidades. Quem se empenha no presente fica devendo o futuro.

E isso é obra de loucos. Depende de nós mesmos a nossa salvação. É termos meios de salvar-nos desta situação, USANDO A NOSSA CABEÇA bem brasileira.

Precisamos fazer um colossal mutirão para salvar o Brasil, para engrandecer o Brasileiro e a sua Pátria. O sr. é o capital brasileiro de que necessitamos. E foi para o sr. que escrevemos esta ORGÂNICA.

Consta ela de 7 capítulos que vamos explicar-lhe por alto, sem querer que o sr. lhe de um voto favorável para ela valer. Sabemos que vale mesmo, pois não é um improviso desta “hora solene”. Não usamos de modéstia alguma. Já foi pensada e repensada. Não é um improviso republicano, não.

Paciência, amigo! É muito mais fácil ler isto do que fazê-lo, pode crer...





CAPÍTULO I
PRELIMINARES



CONCEITUAÇÃO DE “ORGÂNICA”



1. Não tem saudades a nossa Geração. Do Império, época de notáveis realizações e glórias do Brasil, nada vimos. Nascemos na república, na república crescemos.

Ao nascermos e surgirmos para a vida consciente, encontramos uma Pátria em ruínas, diminuída em sua identidade e personalidade, mera caricatura imitativa de uma outra nação e estado do continente, de todo alheios à nossa origem, formação e evolução históricas, de par com um filosofismo espúrio que pretendeu irrealisticamente dar novo aspecto à nossa vida moral, social, econômica e política, à feição das utopias lunáticas de cérebros doentios.

Do passado pré-imperial em que, na escola experimental de três séculos trabalhosos, honra e glória dos nossos Antepassados das três Raças, se formara a Nacionalidade sob a égide da Igreja e da Monarquia dirigida pelos nossos Reis de quatro Dinastias, – já nos tinham vindo atenuadas as opulentas heranças religiosas, políticas, sociais e administrativas da eficientíssima colonização portuguesa, a qual nos fizera Nação unida, “organicamente” descentralizada no Municipalismo autonomista, no grupalismo variado e sem ciúmes, no respeito realista às diversidades naturais do Povo triplicemente miscigenado pela “democracia racial” dos modernos sociólogos objetivos, na polimorfia econômica adaptada às nossas várias regiões geoeconômicas (que em meados do século 18 exportavam três vezes mais em valor que as hoje ignoramente exaltadas colônias inglesas da América do Norte!), na organização dos grêmios trabalhadores e no esperançoso

desenvolvimento das ordens religiosas, esplêndidos galhos das instituições de Além-Mar. Foram essas ordens os focos sábios e progressivos do avigoroamento moral e nacional dos nossos povos, mestres de variegados ensinamentos literários, teológicos, filosóficos, jurídicos, técnicos e agrícolas, com as suas insubstituíveis e disciplinadoras escolas e colégios, bem como bibliotecas, abertos aos anseios culturais e espirituais da Nação adolescente.

2. Tombara uma delas ante o furor hipócrita do calamitoso marquês de Pombal, verdadeiro agente da antiNação. Acabaria com as outras, por meio ardiloso e satânico, o regalismo liberal jansenista penetrado em certas mentalidades políticas e eclesiásticas dos dias regenciais e imperiais (2.º Império), contra o mais alto interesse da Nação Imperial que éramos e continuamos a ser pela *graça de Deus* e a despeito da ignorância e estultícia dos homens. Dessa verdade somos nós as testemunhas, pois CONTINUAMOS MONARQUISTAS, continuamos IMPERIAIS como o Brasil (apesar de tudo...) e somos legião por todo o País. Continua Imperial o Brasil AUTÊNTICO. Somos nós Patrianovistas a RESISTÊNCIA contra a ocupação estrangeira chamada república. Continua o Brasil a ser PÁTRIA IMPERIAL, visto que Brasil e Monarquia são congênicas e CONSUBSTÂNCIAIS como corpo e alma.

* * *

3. Tantas notas individualizantes perdera a nossa Pátria com a passagem de Reino a Império em 1822, que, em última análise, vinham a ser única e incontrastável garantia da sua Identidade e Personalidade no plano estatal somente o Poder Moderador Hereditário, herdeiro da Majestade Fidelíssima, e os seus companheiros esteadores do Brasil genuíno – o Senado vitalício e o Conselho de Estado, impugnado em 1842 pelos liberais de São Paulo e Minas.

Desmantelara-se com a carta de 25/03/1824 a base municipalista e gremial do Estado, perecera o sentido grupalista, o benefício da variedade social objetiva, humana, unificada na Igreja e no Rei. Do polimorfismo natural e fecundo, passáramos ao monismo artificial e estéril, fruto da moda liberal e constitucionalista, herança da revolução francesa (anti-francesa) triunfante no Ocidente já desorientado.

Desapareceram os Brasis variegados que fundamentavam a gloriosa, a imensa e pujante magnitude do Grande Brasil continental.

Se se pudera com farta razão afirmar em épocas anteriores o sermos felizmente a União de numerosas e livres RESPÚBLICAS MUNICIPAIS, aniquilou-a o liberalismo constitucionalista rígido “democrático”, antipopular, partidário, da nova ordem de coisas instaurada no País – antiga América Portuguesa livre e orgânica sob o regimento do Rei distante.

4. Sob a monumental estrutura imperial do Estado, deixáramos de ser a antiga MONARQUIA ORGÂNICA e popular.

Estando, porém, salva a Coroa, éramos ainda nós mesmos, não-obstante os vícios liberais e “republicanos” (mera novidade errada na época, como tantas “novidades” de hoje!) que se nos insinuaram no corpo hígido, minando-nos política, moral e economicamente, impedindo a libertação total do Império, enfeudando-nos à prosperidade já florescente nos ditos tempos coloniais, escravizando o nosso Trabalho e Produção, e com eles a nossa independência total, a arcas estrangeiras, não tanto aliás como depois da imposição totalitária da república que nos anulou completamente.

Com efeito, tínhamos ainda um baluarte: o Poder Moderador, *Soberano* de fato, se não de direito, com a sua tremenda “ditadura da honestidade”, espantinho e pesadelo de muitos fracassados pescadores de águas turvas, futuros “tubarões” republicanos, que naquela benéfica ditadura enxergavam execranda tirania e posteriormente se alcandorariam a nabobos nos encilhamentos e patifarias do novo regime não fiscalizado pelo benfazejo egoísmo de um Dinasta, cujos interesses se confundem com os da Nação, com os do Povo.

5. Isto posto, não pode ter saudades a nossa Geração.

Somos PATRIANOVISTAS, somos do nosso século; não acalentamos saudades como os “patriavelhistas” que esperam sebastianisticamente outro Pedro II, que lamentam a revolução de 30, derribadora “incompleta” do 15 de novembro que não soube ou não quis arrasar de todo em todo COMO DEVERIA, e reacenam ao Estado Novo, irremediavelmente

superado. Aprendemos, isso sim, com todos esses episódios da vida nacional... ou antinacional, assim no que tiveram de positivo, como no que de negativo produziram em nossa Pátria.

Queremos não os acidentes passados e passageiros, aquilo que o tempo leva e consome inelutavelmente, senão o que essencial à IDENTIDADE, à PERSONALIDADE, à ORIGINALIDADE brasileira na América e no mundo: – a MONARQUIA, a Monarquia Orgânica, que fez o Brasil e, ÚNICA, poderá conservá-lo e restaurá-lo na sua identidade, personalidade e originalidade.

Essa a lição da nossa História. Esse regime que, por ser nosso, substancial, congênito à Nação, não tem medo liberdade pessoal, às franquias ou liberdades grupalistas, municipais e provinciais, senão que, muitíssimo pelo contrário, as acoroça e promove, pois nelas se apoia para a felicidade grandeza do Império que por natureza somos, para a efetivação do bem comum, para realizar cabalmente a vocação nacional do Brasil, Pátria Imperial e que não é nem pode ser república de maneira alguma, porquanto a república é anticristã, antinacional, dissolvente, separatista, anarquizadora, e empobrecedora da Nação Brasileira.

* * *

6. Meditando a nossa História (dever que quase ninguém cumpre hoje em dia), pensando maduramente os nossos fastos pretéritos, revendo erros e acertos à luz da prudência, ponderando a gravidade do momento, quando casos de lana-caprina põem em perigo iminente e sério os destinos da Pátria Imperial ridiculamente fantasiada de republicana, desenvolvemos estas páginas de reconstrução, para remédio imediato e remoto aos males criados pelos 67 anos de liberalismo inorgânico imperial e sumamente agravados pela estultícia, ignorância, inépcia e amiúdo pela má fé de 61 anos de sistema governamental estrangeiro.

E todas as supraditas considerações levam-nos logicamente à definição, à conceituação do título que acima esta como plataforma: – ORGÂNICA PATRIANOVISTA.

7. Que pretendemos com expressão tal?

Caberia, por exemplo, o atributo “republicana” para tal substantivo? De modo nenhum. Porquanto é inteiramente inorgânico o conceito de república. De fato, sendo o regime para republicano aquele que considera matéria-prima da sociedade os indivíduos avulsos à maneira dos filosofistas do iluminismo e dos declamadores da revolução francesa; sendo o regime republicano aquele em que, de tempos a tempos, em razão do mesmo vício individualista e atomizador, tudo se transforma não por necessidade substancial, intrínseca, senão por determinação extrínseca, por imperativo antinatural de tal espécie de “estado” sempre em vir a ser, – repele necessariamente o acasalamento com “orgânica”. – “O Estado para os publicistas da escola liberal não é mais um todo orgânico composto de famílias, comarcas, províncias e corporações várias – diz Giovanni Rossignoli – mas uma multidão informe de indivíduos dispersos numa dada zona geográfica, numa poeira de indivíduos desagregados. Assim, o individualismo, penetrado já na religião por obra de Lutero, depois na economia política por obra de Smith, Saye Bastiat, penetrou também na filosofia, a qual não vê no Estado senão um amontoado de indivíduos convencionalmente reunidos em consórcio civil” (Concetto dell'autorità politica nella Sociologia cristiana).

Mas, que vem a ser ORGÂNICA?

É o conjunto sistemático histórico-natural de instituições governativas que regem uma Nação sob todos os aspectos, com base na própria VIDA nacional, isto é – na Família, no grupo produtor, profissional, cultural, religioso, funcionalmente (organicamente) ligados. Daí Orgânica PATRIANOVISTA é aquele conjunto sistemático de instituições governativas para reger a Nação Imperial Brasileira, o qual foi estabelecido pelos estudos sociológico-políticos que Pátria Nova (Ação Imperial Patrianovista Brasileira) fez sobre a evolução total da vida histórico-natural do Brasil.

8. Cientes os Patrianovistas de que a Vida supõe uma parte substancial imutável na essência e outra acidental sempre em fluxo, em adaptações, não pretendem ser rígidos, como os fazedores de constituições quiméricas, senão que deixam muito à prudência política dos homens, pois foi assim que se criou em séculos a nossa Cultura e Civilização.

À parte estática do Estado (e o Estado o é, ou deve ser, por definição!) segue-se a dinâmica do Estado em ação nas faces todas da vida da coletividade.

Por onde finalmente poderemos definir:

– ORGÂNICA PATRIANOVISTA é o conjunto sistemático histórico-natural de instituições políticas imperiais baseadas na vida *real* brasileira e destinadas a dirigir e administrar o Estado Brasileiro garantindo a prosperidade e grandeza da Nação.

Instaurado o novo Estado Imperial, não em poucos anos se executará a sua parte dinâmica por nós proposta e a que os pósteros acrescentarão outros e infindáveis capítulos.

A Nação, porém, rio caudaloso de Famílias imortais que é, continuará a fornecer pelas fontes sagradas da vida os novos obreiros da grandeza imperial do Brasil. E, se hoje temos um Sr. Dom Pedro III (Dom Pedro Henrique de Bragança) para meter-se à testa da assombrosa Empresa, pertence Sua Alteza Imperial à Dinastia Nacional (Família Histórica que prosseguirá vivendo o mesmo ritmo do rio caudaloso da Nação Brasileira), a qual se manterá responsável pela execução da obra pelos anos afora.

9. E cremos, com a graça de Deus, que, passados dez anos da aplicação da parte dinâmica da ORGÂNICA, ninguém mais sobre a face da terra ousará chamar-nos cordial ou ironicamente – País “DO FUTURO”, mas sim: – BRASIL, PAÍS DO PRESENTE E DE TODO O FUTURO, honra e baluarte da Cristandade, orgulho da América e de todos os homens da terra que os nossos Antepassados descobriram quase toda para o Ocidente Cristão!

ESTRUTURA DO ESTADO
ORGÂNICO IMPERIAL
(PATRIANOVISTA)

PODER MODERADOR E EXECUTIVO

10. Pertence, como todos aliás *fundamentalmente* (pois o Poder é indivisível), à Família Dinástica Imperial, na pessoa do IMPERADOR.

I. *Concentração do Poder.*

Governança Geral do Império

MINISTROS. Escolhidos livremente pelo Imperador.

SENADO IMPERIAL (Supremo Conselho Orgânico Imperial) – Em parte nomeado pela Coroa e em parte representantes ou procuradores dos Corpos Representativos da Nação. Dele saem os CONSELHOS TÉCNICOS IMPERIAIS, órgãos especializados de consulta do Imperador.

II. *Descentralização do Poder.*

Governo Provincial

GOVERNADOR e VICE-GOVERNADOR. De nomeação Imperial em virtude de descentralização que implica na fiscalização.

SECRETARIADO GOVERNAMENTAL. Escolhido livremente pelo Governador.

FISCALIZAÇÃO IMPERIAL. Far-se-á, segundo as necessidades nacionais por meio de Agentes Imperiais de várias categorias.

SENADO PROVINCIAL (Conselho Orgânico Provincial). Deste saem os CONSELHOS TÉCNICOS PROVINCIAIS, órgãos especializados de consulta governamental.

Governo Municipal

PREFEITO MUNICIPAL. Este cargo será subordinado a um “regime de carreira” conforme regimento especial.

CÂMARA MUNICIPAL (Conselho Orgânico Municipal), donde saem os CONSELHOS TÉCNICOS MUNICIPAIS, para consulta dos Prefeitos.

PODER LEGISLATIVO

11. O Poder Legislativo ou, melhor, Representativo-legislativo por representar a PRODUÇÃO NACIONAL, primeira participação do Poder Imperial, é confiado ao Povo, mas ao Povo “organizado” e não individualisticamente disperso e atomizado pelos partidos. Há ordem e hierarquia. Vejamos:

NOS MUNICIPIOS. – Do simples agrupamento profissional surgem os *Sindicatos*: dos Trabalhadores, Empregadores, Mistos, Uniões municipais e regionais de Sindicatos, Federações Nacionais de Sindicatos de produção (Economia: artes mecânicas, agricultura, comércio, indústria, transportes) com seus Tribunais de Arbitragem e Câmaras de Trabalho, etc.; daí, as Corporações por Sistemas Profissionais, Colégios Técnicos, Grupos Econômicos, Corporações Escolares, Forças Armadas, Artes Liberais (Ordens e Institutos Profissionais livres, etc.) formarão a REPRESENTAÇÃO que, reunida em graus corporativos superiores, constituirão o Conselho Municipal ou Câmara Municipal (Conselho Orgânico Municipal).

Dar-se-á na Capital do Município a reunião dos representantes da Família, das Freguesias, Distritos, Vilas e Cidades.

Escusado dizer que com a instauração do Império Orgânico não se fará imediatamente com perfeição tal sistema. Importa cuidar de ir reeducando o Povo Brasileiro no sentido de refazer aquilo que ele somente conheceu nos tempos... COLONIAIS, quando se representava pelos homens bons e ricos homens ou pessoas “de prol”!...

12. NAS PROVÍNCIAS. – A legislatura representativa dar-se-á na *Assembleia Provincial* com a assistência do Governador.

Compor-se-á dos Deputados Provinciais (representando por delegação Municipal, Sindical e Escolar os Conselhos Municipais), incluindo nessa representação o Município da Capital da Província.

Tal representação municipal total formará, em geral, a *Câmara Provincial*. Por um grau superior, uma parte dessa Câmara será vitalícia e formará o *Senado Provincial* (Conselho Orgânico Provincial), órgão con-

sultivo do Governador da Província em sua função executiva. O conjunto da Câmara e do Senado formará a Assembleia que por generalidade é o próprio Conselho Orgânico Provincial.

Funções da Assembleia Provincial

13. Na Assembleia Provincial cuidar-se-á dos INTERESSES COMUNS dos Municípios representados na Província. Todas as atividades ficam, desse modo, representadas para a defesa dos seus interesses. Os delegados dos Sindicatos (Corporações) agrupar-se-ão, nesse conjunto, segundo a classe a que pertençam, ou seja: os dos sindicatos agrícolas num só corpo; os do sindicato do comércio também num só corpo com os demais representantes do comércio; os das escolas com idênticos representantes, e assim por diante. Reúnem-se à parte e decidem isolados no que se refere à sua própria representação. Cada Sindicato (corpo representado) escolherá, no fim da legislatura, os seus representantes à *Assembleia Nacional*, pois aí se reunirão os representantes técnicos administrativos das Províncias, das Finanças, da Viação, das Forças Armadas, da Religião, da Justiça, etc., para cuidarem dos interesses gerais das províncias respectivas.

14. As Câmaras Municipais e as corporações não tem relação com matéria orçamental e tributária, assunto privativo das Assembleias Provinciais e da Assembleia Nacional, respectivamente no que concerne às Províncias e ao Império em geral. Têm-no, porém, nos respectivos Municípios.

15. NA CORTE (Capital do Império). – O órgão Legislativo e Representativo será a ASSEMBLEIA NACIONAL (Corte). É a Câmara dos Representantes, onde se reúnem os representantes ou procuradores das Corporações Nacionais *para proporem ao Imperador as leis julgadas úteis à Nação*, votarem impostos e deliberarem sobre questões técnicas de interesse público. Formar-se-á tal Assembleia com os Delegados técnicos e administrativos dos Conselhos Orgânicos Provinciais.

A Assembleia Nacional formará com seus representantes técnicos e administrativos os Conselhos Técnicos e Administrativos, cujos representantes se reunirão tal como os da Assembleia Provincial, por grupos de classes.

Nessa Câmara dos Representantes (Assembleia Nacional) também haverá uma distinção, a saber: representantes temporários e vitalícios. Os temporários formarão propriamente a Câmara dos Deputados (Câmara Baixa ou Segunda) congregando todas as delegações Provinciais, Municipais, da Economia, das Finanças, da Viação, da Igreja, das Classes Armadas, da Justiça, das Instituições Científicas, das Escolas e das Corporações. É dessa Câmara que surgirão os representantes vitalícios que formarão o SENADO (Câmara Alta ou Primeira), cujos membros serão escolhidos dentre os deputados em atividade, os mais provetos e mais antigos, sendo um terço de nomeação da Coroa: “É um modo justo e digno de galardoar com posição eminente os homens que nunca militaram na política, como generais, magistrados, industriais, etc., e que por suas luzes e prestígio serão ornamento dessa assembleia e daí poderão prestar ao País inestimáveis serviços” (Dom Luís de Orleans e Bragança, Manifesto). O Senado formará os Conselhos Técnicos do Imperador.

Conservando o mesmo espírito de seu augusto pai, S. A. I. R. Dom Pedro Henrique de Bragança confirmou a Pátria Nova o seu propósito de nobilitar a quantos se mostrarem dignos de galardão por altos serviços à Causa Nacional do Império.

Funções da Assembleia Nacional

16. Incumbe-lhe a fatura de leis ou manifestar-se sobre a aplicabilidade prática de leis elaboradas pelos Ministros ou Conselhos Técnicos; aprovação de orçamentos, impostos, decisões políticas; à Assembleia é dada tal atribuição nos casos duvidosos de sucessão ao Trono, de alienação de território nacional, declaração de guerra, concessões ao estrangeiro, etc.

Desse modo o Senado Nacional representará o SUPREMO CONSELHO NACIONAL, onde os Conselheiros formarão os Conselhos de Economia, de Instrução, de Religião, de Caridade, de Justiça, etc. Cada Conselho respectivamente atende às necessidades de comum interesse das Províncias no concernente ao BEM GERAL de solução própria do Supremo Governo Nacional que totaliza a atribuição de saneamento das necessidades nacionais.

Serão membros de direito ao Senado Nacional os Cardeais e os Príncipes da Casa Imperial; estes últimos aí terão assento ao atingirem 25 anos de idade. O Príncipe Imperial (Herdeiro) entrará para o Senado ao atingir a idade de 18 anos.

Desse modo terá o Imperador um CONSELHO DE ESTADO completo e competente, composto de representantes de todas as forças nacionais e que, pelo carácter vitalício de seus membros assegurando a permanência de diversas forças nacionais, “Constitui uma garantia de imparcialidade tão necessária; as suas luzes aí reunidas serão para a Coroa valioso auxílio na decisão das questões mais importantes, quer de política internacional, quer de política interior ou de administração” (Dom Luís, Manifesto).

17. A representação, portanto, será direta, verdadeira e selecionada por graus. Não haverá o intermediário artificial chamado “partido”. Substituir-se-á à burla do “sufrágio universal” ou outro qualquer sufrágio selecionado o voto corporativo, voto “de qualidade”, mediante o qual as classes nacionais, representando os seus próprios interesses, tem, no seu supremo interesse (para cuidar dos quais se reúnem), de escolher os seus legítimos representantes ou procuradores.

Delas mesmas depende ou não serem enviados representantes falsos e ilegítimos ou não correspondentes aos seus interesses.

“Em tal organização, a ideia de Pátria envolverá todos os interesses comuns” (*Nacionalismo*) sem bairrismo ou pretensão absorvente de qualquer Província, pois o Rei e o seu governo são nacionais. A Representação será fácil, visto haver naturais representantes de agrupamentos naturais, organismos sociais e instituições de Estado. Daí resulta a ausência de perturbações eleitorais, o furor carnavalesco da autopropaganda, o absurdo dos gastos e o acirramento das paixões que são férteis as campanhas do mercado eleitoralista. O Estado dirige e manda em contato direto e harmônico como o Povo ORGANIZADO em seus misteres e ordens, em seus “estados”, como diziam os nossos Antigos. Logo, será o verdadeiro governo do Povo pelo Povo (no sentido de “participação” eficaz do Povo na administração pública) e a perfeita democracia cristã (apesar da desmoralização de tal substantivo!) dentro da inviolável ordem natural.

Tal será o IMPÉRIO ORGÂNICO BRASILEIRO, baseado nas tradições positivas nacionais.

18. Entre os modos orgânicos de estímulo patriótico, as ordens honoríficas exercem elevado papel, “mediante as quais se assinalam e recompensam serviços públicos relevantes e se enaltecem de um modo bem acentuado as virtudes exemplares de certas famílias. A Monarquia precisa recompensar nos filhos os méritos dos pais a quem a morte levou sem o devido galardão, e como ela virá cuidar do futuro e não para tomar contas ao passado, não terá culpados para punir, antes terá beneméritos para premiar, ainda dentre os que, escutando simplesmente a voz do patriotismo, deram seu auxílio à república prestaram serviços à Nação” (Dom Luís, Manifesto).

Desse regime surgirão gradualmente os escóis, a prosperidade, a paz, a felicidade. Uma aristocracia natural do Trabalho e do Espírito tenderá para a unificação e o Trabalho, para a harmonização da autoridade com a liberdade, rumando não para a proletarização da Aristocracia, mas para a nobilitação do Trabalhador; não para libertarização da autoridade, para a disciplina da liberdade.

PODER JUDICIÁRIO

19. Quanto ao *Poder Judicial*, segunda participação do Poder Imperial, no que respeita ao Supremo Tribunal de Justiça será de nomeação Imperial! (na sua função moderadora de Chefe do Poder Judicial – como detentor do PODER) em harmonia com o Senado. Os Juizes serão *escolhidos* dentre as Corporações de Justiça ou dentre os Juizes de carreira. Além do Supremo Tribunal de Justiça, haverá o Supremo Conselho de Justiça (representado no Senado e proveniente das Corporações da magistratura), donde principalmente escolherá o Imperador os membros do Supremo Tribunal de Justiça. Os Tribunais Superiores Provinciais, os Juizes Municipais, Distritais e Singulares distribuídos pelas Comarcas (que podem abranger, com seus Julgados, vários Municípios) completarão o

aparelhamento judiciário. Desse modo a justiça tornar-se-á *unitária e independente*, como o requer o princípio orgânico do Estado. É claro que os Tribunais de Arbitragem das Corporações são partes dessa Justiça.

(Esta parte da Orgânica foi quase toda extraída no n. 1, 2.^a série (abril de 1931) do jornal Pátria Nova, cujo texto sobre a Organização do Estado Patrianovista “ad mentem” do Chefe Geral sob sua inspiração já fora estudado e aprovado pelo Supremo Conselho Imperial Patrianovista. Aquele texto primitivo sofreu algumas modificações que não atingiram a essência. E agora cumpre-nos dizer que, como não somos feiticistas de constituições e cartas definitivas até nas minúcias, sabemos o quanto se deverá à experiência de muitos para a fixação das bases estáveis da nova situação política preconizada por nós. Cremos, porém, nessa base supra, fundamentada em pretéritos experimentos e costumes atualizáveis).



HISTÓRICO DE PÁTRIA NOVA



20. Em 1928 (Já lá vão longos e tempestuosos vinte e dois anos!), o prof. dr. Arlindo Veiga dos Santos, então secretário da Faculdade Livre de Filosofia e Letras de S. Paulo (S. Bento), convidou vários diletos amigos a fundar um centro de cultura monárquica, para o qual apresentou já prontos os primitivos Estatutos e o programa de doutrina renovadora da Velha Monarquia dos dois Pedros. Expondo a eles a doutrina que pretendia desenvolver em comum com os amigos, convieram todos em que as ideias coincidiam fundamentalmente. Entre as novidades para a época (até então não propostas por ninguém para a política brasileira) estava o Corporativismo Nacional, diverso daquele que, alheio à tradição nacional e cristã, começava a esboçar-se no estatismo fascista italiano. Achada boa acolhida da parte dos dignos e valorosos convidados, então figuras quase inteiramente desconhecidas da intelectualidade patrícia, fundou-se PATRIA-NOVA (Centro Monarquista de Cultura Social e Política), dirigida pelo Conselho dos Fundadores de Pátria Nova, encabeçado por um Conselheiro-Mor, cargo naturalmente conferido pelos seus pares ao próprio idealizador e coordenador do grêmio.

Pelo acidente de se não poder abrir a porta do prédio em que funcionava o escritório do conselheiro dr. J. P. Dutra da Silva, o mais ativo auxiliar na fundação, realizou-se a primeira reunião no antigo bar *Cidade München* à ladeira Dr. Falcão.

21. Estudava-se a valer em comissões no Conselho dos Fundadores e em 13 de setembro de 1929, 20.º aniversário de S. A. I. R. Dom Pedro

Henrique de Bragança, publicava-se o primeiro número da revista Pátria Nova que deflagrou por todo o país o movimento instaurador.

De momento era puramente cultural a intenção. Sucedeu, porém, contra a geral expectativa, acorrer ao grupinho todo o Brasil, ansioso por uma renovação política, determinando isso a extensão do movimento pelo País inteiro: Cultura e Ação.

Organicamente foi crescendo o movimento. O próprio Conselheiro-Mor, aprendendo com as circunstâncias, ia criando a estrutura da empresa político-cultural sem exemplo no passado brasileiro. Dessa estrutura saíam os alicerces dos novos Estatutos, como das leis esparsas as consolidações e códigos – reflexos da vida real. Nascera como automaticamente a AÇÃO IMPERIAL PATRIANOVISTA BRASILEIRA, o primeiro organismo cultural-político nacional, uno, com um só comando e uma só doutrina, desde o advento da república.

Tornou-se Chefe Geral o antigo Conselheiro-Mor e fez-se Supremo Conselho Imperial Patrianovista o Conselho dos Fundadores de Pátria Nova.

Levava-se vida meio ascética. Comungava-se de vez em quando coletivamente, na capela do Santíssimo da igreja abacial de São Bento.

22. Por iniciativa direta da Chefia Geral que tudo comunicava aos seus companheiros nas reuniões que para logo seriam semanais, nomearam-se Chefes provinciais, municipais e, em seguida, regionais. Foram os Chefes encarregados de criar os seus respectivos Conselhos Imperiais Patrianovistas: Regionais (CIPr), Provinciais (CIPp), Municipais (CIPm), Distritais (CIPd). Frutificaram Brasil afora.

Em 1931, três anos depois da fundação, Pátria Nova já se tornara um movimento nacional e penetrava em todas as classes, das mais altas às mais humildes.

À revista Pátria Nova seguiram-se jornais, folhetos, avulsos, livros etc. Organizaram-se milícias à maneira da época. Nisso pagava-se tributo à moda passageira. Eram os camisas-brancas. Contudo, operava-se muito mais no domínio da consciência, da inteligência. O que mais importava era resta-

belecer entre nós a consciência de que o Brasil é PÁTRIA IMPERIAL. Ecoou pelo estrangeiro o esplendor da inesperada novidade. Já se esqueceram a Europa de que é o Brasil a única Monarquia, a única Nação *adulta* da América. Pátria Nova obrigou-a a recordar-se dessa verdade. Cada vez mais poderosa se tornava a AIPB atingindo as próprias camadas populares modernamente infensas a regimes disciplinadores, quando o criador do movimento renunciou à Chefia Geral a favor do membro do SCIP, dr. Paulo Dutra da Silva, em 1934. Dois anos durou a fecunda governança do novo Chefe Geral. Deu-se, todavia, uma triste e nociva defecção em altos titulares da Ação pelo ano de 1935, que, quebrando a preciosa unidade se tornava a AIPB atingindo as dos neomonárquicos, causou um esfriamento na obra em plena expansão e o êxodo de muitos valores que desistiram de qualquer atividade pela Causa Imperial. Prejudicou mais à Causa do que todas as tramas dos inimigos dela. Tudo se anularia definitivamente se, em 1986, não se tomasse uma atitude decisiva ao verificar-se a renúncia do segundo Chefe ao comando supremo da AIPB. Voltou à Chefia Geral o dr. Veiga dos Santos tratando de reagrupar os correligionários que, como ovelhas sem pastor, já tresmalhavam desanimadas buscavam movimentos minimalistas.

Reacendia-se o entusiasmo, faziam-se e, planejavam-se obras. Eis que, porém, a todos os planos veio pôr cobro o advento do Estado Novo que, embora a princípio acolhido com ardorosas esperanças de total renovação política, fez minguar a maior empresa nacionalista integral que já se erguera no Brasil desde 1822.

23. Recobrada a liberdade de ação em 1945, imediatamente o fundador do antigo centro recomeçou a propaganda em maio, no domingo da SS. Trindade. E aqui estamos novamente tão cheios de ânimo como em 1928, sem que em verdade tivéssemos parado de todo durante o Estado Novo, pois saíram à luz vários folhetos e sinais à revelia do DIP, para saber-se por todo o Império que o Chefe Geral estava vivo...

Trata-se de coisas de ontem mesmo. Que são vinte anos na vida de um povo? Entretanto ignoram os novos a jornada gloriosa da Pátria Nova nos seus opulentos nove anos de liberdade de ação. Afim de que conheçam

com que palavras se apresentou o novel centro, transcrevemos o artigo “Por que Pátria Nova?”, saído na revista “Pátria Nova”, 1.º número, lançado em 13.IX.1929, 20.º aniversário de S. A. I. R. Sr. Dom Pedro Henrique de Bragança, herdeiro do trono do Brasil.

POR QUE PÁTRIA NOVA?

24. PÁTRIA NOVA nasceu de uma consciência que por muito tempo viveu interrogando-se de si para si a respeito da realidade brasileira e que teve, logicamente, uma conclusão radical e violenta para a mentalidade artificial, em grande parte, do Brasil de hoje.

A PÁTRIA BRASILEIRA (diz a conclusão) É UMA PÁTRIA IMPERIAL QUE NÃO PODE, DE MODO NENHUM, SER REPÚBLICA: A REPÚBLICA NÃO SÓ NÃO PODERÁ RESOLVER OS PROBLEMAS DA NACIONALIDADE E DO ESTADO, MAS TAMBÉM É DISSOLVENTE, ANTINACIONAL E SEPARATISTA.

Por forte demais para os que ainda não pensaram e por ter sido inferida quase intuitivamente, sem auxílio de leituras doutrinárias, mas por observação do fato nacional, manteve-se largo tempo incubada e insulada essa consciência nova ou, quiçá, renovada. Porém, o trato com algumas outras mentalidades que pensavam do mesmo modo veio mostrar que não era de um, senão de muitos, aquela consciência. Deu-se o mesmo que aconteceu com Farias Brito preso das dúvidas, quando se lhe deparou Jackson de Figueiredo: – “a verdade é que pensamos fundamentalmente do mesmo modo. E esta coincidência de duas consciências numa só e mesma concepção, é mais uma garantia no sentido da verdade de nossas ideias, porque, dado que somos duas consciências formadas em circunstâncias inteiramente diversas, se coincidimos mesmo pensamento, é mais natural supor que coincidimos na verdade que na ilusão, porque a verdade é uma só e a mesma para todos, ao passo que a ilusão é múltipla e varia no infinito”¹.

(1) *Algumas reflexões sobre a filosofia de Farias Brito.* – Jackson de Figueiredo, Rio, 1916, pág. 225.

Assim pois, do encontro de consciências “Patrianovista” nasceu a organização de Pátria Nova, centro monarquista de cultura social e política.

25. Fundada a associação (ou, melhor, só o *Conselho dos Fundadores de PÁTRIA NOVA*) com poucos moços brasileiros natos (condição absoluta), todos entramos a observar mais ainda, e a ler. E vimos, cada vez maior, a necessidade da nossa ação (pois está no ápice a crise derivada do desconhecimento da consciência que temos), reparando além disso em que dela existem muitos propagandistas espontâneos, desconhecidos de nós, por todo o solo da Pátria, vivendo mais ou menos com igual pensamento.

Vimos, sobretudo, a ânsia das perguntas sobre o futuro da Pátria em crise aguda. E mil perguntas pela solução. E, mais que ninguém lhes responde satisfatoriamente, mas com panaceias que não ferem fundo o profundo mal que aí está.

E nós, humildes, se Deus o quer, arrastados por um dever de religião, patriotismo e nacionalismo, nos cremos capazes de formular uma resposta séria e radical como tem de ser à altura da gravidade da situação, resposta essa que, em suma, é apenas a sistematização da nossa conclusão – o PROGRAMA PATRIANOVISTA que vai no fim deste artigo.

* * *

26. “Este simples inquérito é, pois, antes de tudo, uma pergunta imensa”, diz o prefácio do “À Margem da História da República”, repertório seleta donde preferimos colher muitos dados da situação.

“O Brasil precisa, pois, de um espírito novo, capaz de sacudir a vida nacional, acordando-a para a realidade do mundo contemporâneo. E, felizmente, não obstante todos os vícios reinantes, começa a soprar um vento de renovações. Há de ser dessa direção do nosso espírito que virá a nossa grandeza”, diz A. Carneiro Leão².

(2) *A margem da história da república*. – Edição do “Anuário do Brasil”, Rio, pág. 21.

... “Não haverá remédio? Tudo há de marchar para o fim da História. Quem lá chegar, dirá melhor às gerações que depois de nós vierem...” diz Miguel Nogueira³.

“Não é esta, diz Campos Sales, a república que eu sonhava, mas é este seguramente o caminho por onde se há de chegar a fazê-la”⁴.

“É de crer que qualquer modificação nos textos da Constituição tenha efeito sobre um meio nas condições em que se acha o nosso?” pergunta Gilberto Amado⁵.

“O que devemos querer não são regimes belos e harmônicos, mas sim regimes convenientes e adaptados ao nosso povo. Por isso mesmo, o problema político do Brasil há de ser resolvido com uma mentalidade diversa da mentalidade “sonhadora” dos “históricos”, ou dos que lhes continuam a tradição. Devemos, pois, reagir, desde já, contra esses dois preconceitos do velho idealismo republicano: o preconceito do poder das fórmulas escritas e o preconceito das organizações políticas só possíveis por meios políticos”, diz Oliveira Viana⁶.

“...Estou velho, desalentado, desencantado – não tenho ressentimentos nem ambições ou pretensões. Como republicano e como patriota sou hoje acessível a dois únicos sentimentos – o da tristeza e da vergonha”, Quintino Bocaiuva⁷.

“A intelectualidade Brasileira do segundo reinado estava encarada de enciclopédismo e de galicanismo. E a detestável retórica da Revolução francesa veio completar a obra da artificialização, desintegração e de alucinação do espírito político brasileiro... A República, em vez de atenuar, agravou a antiga enfermidade... Em consequência, a Carta Política do novo regime foi feita como se a destinasse aos pacíficos habitantes da lua, se é que eles existem”, diz Perilo Gomes⁸.

(3) *Os erros da república*. – S. Paulo, pág. 12.

(4) *O militarismo na república*, José de Sousa Soares. – Edição Monteiro Lobato, 1935, Monteiro Lobato, 1925, pág. 76.

(5) *A margem da história da república*, pág. 77.

(6) *O idealismo da constituição* no “A margem” e edição à parte.

(7) Carta ao general Mena Barreto, 12/8/1901.

(8) Artigo “Basta de idealismo”, *Jornal do Brasil*, Rio, 23/8/1929.

“Quanta loucura, meu Deus! Parece que abriram os hospícios, e entregaram a sorte deste país a uma legião de doidos: já nada se respeita. Dir-me-ão que a organização é excelente, mas que infelizmente não temos homens capazes de compreendê-la... Oh! Pátria, tu não és uma entidade; a Constituinte vendeu-te ao sentimento bairrista. Não és federação nem confederação”, diz Américo Werneck⁹.

“Se não existe democracia (no Brasil), como demonstramos, que há a fazer? Proclamar uma Nova República, para começar de novo? Como, se já os republicanos destruíram com o Império, que, com todos os seus defeitos, nos teria proporcionado outros progressos de natureza política, à maneira da monarquia inglesa? Se o mundo avança, temos o direito de retroceder, prejudicando as gerações futuras?” diz A. dos Santos Figueiredo¹⁰.

“O que aí está, – diz Rubens do Amaral, falando da atual luta da sucessão que, aliás, é causa, de cada quatro anos de uma crise nacional mais ou menos intensa – o que aí está, já não interessa indagar por obra de quem, é o Brasil dividido em duas facções, é o crepitar das primeiras chamas, é a véspera das tempestades... Chegaremos até os extremos do separatismo, ideal que vive abafado em S. Paulo como no Rio Grande do Sul”¹¹. E noutros lugares irritados com a “política” republicana, podemos afirmar com conhecimento de causa.

“Há, pois, na federação brasileira, mais do que erro, crime”, brada Pontes Miranda. “Tenhamos coragem de erguer os braços, protestar contra os desfrutadores da desgraça, que nos coube no gesto daqueles idealistas republicanos que excluíram o unitarismo, atenuador da desigualdade das províncias...”¹².

Para Contreiras Rodrigues, esta república é “ainda uma negação nacional, a causa próxima ou longínqua do desmembramento brasileiro”¹³.

(9) *Erros e vícios da organização republicana*, Petrópolis, Tip. do “Correio de Petrópolis” 1893, pág. 22. O autor é republicano.

(10) *A evolução do Estado no Brasil*. – Empr. Indust. Gráfica do Porto, 1926, pág. 35.

(11) *Artigo Entre dois fogos*, Diário de S. Paulo, 10/8/1929.

(12) *A Margem*, pág. 174.

(13) *In Memoriam*, Centro Dom Vital, Rio, 1929, pág. 121.

27. Poderíamos citar mais coisas terríveis contra as instituições antinacionais, mas não nos queremos alongar em citas. Digamos, sim, que todas essas calamidades que padecemos são por obra e graça da república, pois a unidade da Pátria é feita da ação imperial que ainda vela pelo milagre seu, da Religião Católica e da Raça, em mais de trezentos anos, porquanto o “Espírito Imperial” é lei da nossa evolução histórica.

E então?

Os homens que fazem a crítica das atuais instituições são sempre falhos no sentido dos interesses supremos da Pátria, porque firmam o falso pressuposto de que a república é inviolável, ela que sempre foi e continua a ser obra da dissolução entre nós.

Ora, o maior mal das instituições (pese a quem pesar) é a própria república com seu chefe supremo eleito e, portanto, faccioso, homem de partidos, homem de tribos bairristas, preso a interesses e ligações puramente eleitorais e “políticas” (tratamos da realidade brasileira sem ligar a casos estrangeiros) careando a impossibilidade da verdadeira organização nacional.

28. A crítica diz tudo. Mas chega só até ela – a república. Aí, ponto final!!! A monarquia, o Império é o terror, o papão. Inventado o liberalismo por uma tropa de filosofistas ateus, só é governo legítimo esse que se diz do povo pelo povo (somente porque este vota...), com a competente fachada: *república!*

Tudo mais, além do poste republicano, é artificialismo indigno das “terras livres da América”, o eterno chavão da bobagem nacional ou, melhor, antinacional. E não é a república artificialismo? Ela, a autora de 99 por cento das grandes calamidades nacionais: federalice (não federação!), regionalice, profissionalismo eleitoral, dissolução da unidade, bancarrota moral e financeira consequente.

Mas é forçoso atravessar além o poste fatídico, rompendo com todos os preconceitos liberais e estrangeiristas, inoculado principalmente na promissora mocidade das escolas.

E que está lá? O III IMPÉRIO!

Vamos a ele! Coragem!

Analisemos, todavia, previamente o *artificialismo*, que é a tecla preferida pelos republicanos de boa ou má fé, e o capcioso tema do *tradicionalismo* na república.

* * *

29. É a república um ideal velho no Brasil, dizem muitos e da boa gente. Pois não! Embora pudéssemos responder o que diz Contreiras Rodrigues, alhures citado, não nos repugna aceitar a verdade disso: foi a república um “ideal” velho no Brasil.

Pois não!

Mas o que negamos é que fosse um *ideal* “brasileiro”. Ideal de brasileiros era, mas não brasileiro, pois nunca poderia a república fazer o Brasil íntegro, Pátria única, tradicional.

Afirmamos pois: – A REPÚBLICA FOI, MUITAS E MUITAS VEZES, IDEAL “DE BRASILEIROS”, MAS NUNCA, JAMAIS, EM TEMPO ALGUM, FOI UM IDEAL “BRASILEIRO”.

Compreenderam-no muito bem os grandes homens da Constituinte Imperial, o que entretanto se não deu com os utopistas e sonhadores da republicana.

Daí aquilo de Gonçalves Ledo: – “Terei eu acaso a virtude plástica de formar repúblicas? Possuirei o princípio regenerativo de todos os acontecimentos que na prática se requer para se elas coordenarem?”

Dir-se-á, demais disso, que nas conspirações e sedições republicanas, nomeadamente pernambucanas e na gaúcha, o ideal era do Brasil total no espírito inconsútil da Religião da Raça que se processava.

Concedemos ainda; mas como Brasil total “teórico” e não real e prático. O Brasil total real só pode e poderá ser Imperial.

* * *

30. E o artificialismo imperial tão batido?

Algo de real, muito de exagero. E, antes de explicar, diga-se que é a república o que há de mais artificial no Brasil, como bem fala Pontes

de Miranda: – “No Brasil Império, diz-se que houve o artifício *idealista* da monarquia parlamentar. E que diremos nós da República presidencial com os acanhados e despóticos presidencialismos estaduais, senão que constitui o artifício corruptor, materialista, em vez de idealista da irresponsabilidade faminta, do mando arbitrário, do filhotismo e do coronelato político, com ou sem carta de bacharel?”¹⁴. Continuemos.

Algo de real, dissemos, se curamos da carência de formação e conhecimento positivo nacional de muitos políticos dos dois impérios; muito de exagero por tudo mais. Acresce ainda que o trabalho daqueles gigantes patricios não era só administrar a Pátria estabilizada, senão o era de verdadeiros últimos construtores dela, o que se não deu com os “estadistas” da república.

O Império foi coisa lógica e natural no Brasil correspondendo ao processo unitário, real (não teórico) da nossa História. Ninguém poderia negá-lo, a não ser o fanatismo antimonárquico que felizmente vai deixando de existir sobre as terras dos Impérios nativos Inca e Asteca, mais legitimamente americanos do que tudo que depois veio do Ocidente.

31. A nossa independência foi legítima até pelo direito estrito de um povo que ia perder a sua relativa independência que já tinha, pois era Reino Unido, perdê-la graças à política dos constitucionais usurpadores que se haviam posto acima do próprio Rei.

Isso, compreendeu-o o bom-senso dos povos, apesar do folheto “Reflexões sobre o tratado da independência, e a carta de lei de Dom João VI”, aparecido em 1826. Revoltou-se contra a imperialidade a formação liberal-maçônica dos homens criados no pombalismo cultural: clero e letrados. Disso procedeu a luta da Constituinte, onde a despeito de suas insinceridades lastimáveis, Antônio Carlos disse estas palavras memoráveis, que atestarão perpetuamente os direitos da Dinastia Nacional:

(14) *A Margem*, pág. 176.

Observação – Quanto ao Programa, daremos noutro lugar a forma atual, mais explanada que a síntese saída em 1929.

“A NAÇÃO ELEGEU UM IMPERADOR CONSTITUCIONAL, DEU-LHE O PODER EXECUTIVO E O DECLAROU CHEFE HEREDITÁRIO. NISTO NÃO PODEMOS NOS BULIR. O QUE NOS PERTENCE É ESTABELECER AS RELAÇÕES ENTRE OS PODERES, DE FORMA, PORÉM, QUE SE NÃO ATAQUE A REALEZA”.

* * *

32. *Pátria Nova*, que era uma consciência de pura observação e intuição, depois que leu e pensou as palavras eloquentes de tantos patriotas ilustres em harmonia quase sempre com ela, – animou-se a vir à rua pregar, cônica da sua missão histórica, a doutrina patrianovista que se irá pouco a pouco desenvolvendo dentro dos princípios que adotou.

Vem pugnar pelo Terceiro Império, que não será uma restauração, mas uma instauração, uma inovação, uma criação nova da vibrante alma brasileira do presente em harmonia com o meio brasileiro, com as aquisições das ciências sociais, à luz da tradição que tem a sua lei irrefragável de continuidade; ajudada pela experiência da colônia (que já era brasileira), dos dois Impérios e da própria república que, embora antinacional, ou talvez por isso mesmo, nos deu grande cópia de soluções que ela é incapaz de pôr em obra; ajudada outrossim da experiência estrangeira em certos casos; pois, sendo o homem essencialmente o mesmo em todo o orbe, há problemas que resolvidos algures estão universalmente solucionados.

33. Se, como disse Castro e Silva, “as nações como os estadistas só progridem quando representam uma corrente mental, ou melhor, quando encarnam uma teoria política” assim o quer *Pátria Nova* que levanta, neste marco decisivo da velha e imortal Pátria Imperial Brasileira, – uma doutrina de afirmações religiosas, nacionalistas imperiais, sociais, raciais e econômicas.

Queremos a Igreja de Deus iluminando com sua sabedoria eterna a vida nacional sem peias nem “padroados”; queremos o Imperador que, sem partidarismos odiosos, encarne e defenda a Unidade Nacional; mas ao lado do Imperador, sustentando-o pelos princípios, uma doutrina política definida e forte que defenda a Pátria e a Raça integral, espe-

cialmente “*conferindo ao índio e sobretudo ao Africano e ao Mestiço o ponto de honra que lhes compete na evolução brasileira*”, como diz conde Afonso Celso; uma doutrina cuja força nos robusteça nacional e internacionalmente, fazendo dela instrumento ideal um povo radicalmente, orgulhosamente brasileiro.

* * *

34. Se fôramos modificar esse artigo escrito pelo Conselheiro-Mor em 1929, quanta coisa não teríamos acrescentado, que mais tarde fomos descobrindo e aprendendo! E quantas citações dos homens que, desde então, “fizeram” a história do Brasil! Aprovamos tudo quanto aí vai dito.

Não debalde transcorreram todos os eventos que presidimos nesses vinte e dois anos. Adquirimos mais experiência da república e dos homens (embora monárquicos e antiliberais teoricamente!) vivendo em república. Confirmou-se nos mais profundamente a convicção da maldade irremediável do regime republicano.

Passaram para o Céu muitos e prestantíssimos Chefes e correligionários. Rezam por nós, pelo Império Brasileiro. Pedimos-lhes que nos evitem as perversidades e maquiavelismos de inimigos e de amigos desorientados ou mal orientados.

Não poucos dissabores e desenganos sofremos nessas duas décadas. Mas, graças a Deus, tivemos a coragem de continuar depois de tudo destruído ou perdido, inclusive a fé ardente de muitos.

E apesar de tudo podemos e devemos repetir a saudação que tantos abandonaram por causa do respeito humano:

Glória à Santíssima Trindade!

PROGRAMA PATRIANOVISTA

35. I. CREDO. – Respeito às prerrogativas essenciais da Religião da Nação Brasileira.

Com efeito, o Estado ateu, irreligioso, arreligioso ou agnóstico não tem padrão seguro para aquilatar os valores morais, para julgar sob o critério do justo e o injusto, do bem e do mal desprezando, por conseguinte a Lei de Deus (que ninguém pode ignorar como se não existisse), o que se não compadece com uma NAÇÃO que nasceu Católica e Monárquica à sombra da Cruz de Cristo e do Real Estandarte da Ordem de Cristo. Por desconhecê-lo é que a república tem sido (ainda abstraindo-nos do carácter antinacional da mesma) a fonte copiosa de todas as imoralidades públicas e privadas.

36. II. MONARQUIA. – Imperador responsável que reine e governe, escolhendo livremente os seus ministros. Base municipal sindicalista (corporativa) da organização do Estado Imperial (Orgânico). Direitos majestáticos da Dinastia Nacional, aclamada pela Nação no fundador político da Pátria Imperial Brasileira, Dom Pedro I, e agora representada pelo sr. Dom Pedro III, isto é, Dom Pedro Henrique de Bragança, descendente dos Reis e Imperadores que, juntamente com aqueles dignos homens que somos também descendentes – os nossos bons Avós estadistas, fazendeiros, lavradores, trabalhadores, industriais, cabos de guerra, soldados, mercadores, marinheiros – fizeram a grandeza antiga, a felicidade e o prestígio mundial do Brasil.

(Explicação necessária. – PROCURADORES DO POVO. Serão representantes do povo e auxiliares do Imperador, nos Conselhos e nas Câmaras, os *verdadeiros* procuradores das classes produtoras e intelectuais (operários, técnicos, patrões, representantes da Cultura), o que evita a exploração demagógica individualista dos politiquinhos irresponsáveis, inimigos do bem comum da multidão, fomentadores de desordens, dilapidadores da fortuna nacional, perturbadores da paz e prosperidade públicas.

Muitas Sociedades, Associações, Ordens, Institutos, Sindicatos. FUTUROS BRAÇOS DESSA LEGÍTIMA REPRESENTAÇÃO ORGÂNICA, já existem naturalmente por aí (máxime desde 1931). Basta completá-los e dar-lhes expressão jurídica. A quem alegar ignorantemente que isso é “fascismo”, isso não é democracia, convidamo-los a estudar história, sociologia e política; replicamos-lhes, demais a mais, que pomos o Brasil acima dos chavões criados pela conspiração internacional dos traidores das pátrias. – ESTADO ORGÂNICO, REPRESENTAÇÃO PELA FAMÍLIA E O TRABALHO. Garantir-se-á, por meio de CORPORAÇÕES social-econômicas e culturais (clero, magistério, forças armadas, artes liberais e mecânicas, agricultura, indústria, comércio, transportes, jornalismo, radialismo, etc.), autônomas dentro da Orgânica Imperial, portanto não fascistas ou socialistas todo o bem familiar, social, econômico e cultural da Nação, dos Produtores, tendo os chefes de família a sua benéfica influência e representação nos Conselhos Municipais, pois eles, os chefes de família, são imagem do IMPERADOR que é o Chefe da Família Dinástica, considerada hierarquicamente a primeira Família brasileira.

Isso tudo impede a formação criminosa do capitalismo ladrão, de “trusts” e camorras agrícolas, comerciais e industriais, que saqueiam o Povo Brasileiro e lhe dificultam a vida; reprime a voracidade do fisco contra a PRODUÇÃO NACIONAL, bem como proscreve os conluios politiquieiros manejadores do voto individualista, os quais arditosamente exploram o povo *em nome do povo* ou em nome do que chamam de *democracia* para melhor engambelarem os incautos que se contentam com “palavras bonitas” a prazos certos – vésperas de eleições).

37. III. PÁTRIA A RAÇA. – Afirmação da Pátria Imperial Brasileira; sua valorização espiritual (religiosa, intelectual e moral), física e econômica. Proteção e defesa da Família contra os males modernos. Afirmação da Raça em todos os seus elementos tradicionais e novos – integrados (filhos de estrangeiros). Solução séria e definitiva do problema negro-índio-sertanejo e de todos os marginais. Formação e valorização física, intelectual e religioso – moral nacionalista da Raça. Re-

solução dos problemas de migração, imigração e colonização. Definição da situação do estrangeiro no Império. Reação contra todas as formas do Imperialismo estrangeiro no Brasil.

38. IV. NOVA DIVISÃO ADMINISTRATIVA. CONCENTRAÇÃO POLÍTICA E DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA. – Divisão do País em províncias menores, puramente administrativas. Educação obrigatória contra o mau espírito regionalista inoculado pela república e intensificação do amor e interesse pela cidade natal ou Município, da UNIDADE NACIONAL, sem prejuízo das legítimas liberdades provinciais e SOBRETUDO, da AUTONOMIA dos Municípios, células políticas do ESTADO Imperial, garantindo-lhes uma vida local forte e livre em união estreita política orgânica com o centro (CORTE), colocado realmente no centro geoeconômico do Império. Aí se concentrará toda a nossa vida nacional orgânica política, econômica e militar defensiva e ofensiva com irradiação para a periferia, por um sistema de circulação rápida e eficiente (rodovias, ferrovias, rios, canais, aerovias). Neste artigo *Pátria Nova* firma o princípio de que unidade não significa uniformidade, ao contrário do monismo totalitário da democracia republicana.

(*Explicação necessária.* – O Brasil é uma UNIDADE e não uma soma de “unidades federativas” como os Estados Unidos. Cumpre, portanto, continuar o processo histórico da disparidade territorial do Império, criando novas províncias (aspiração, aliás, de muitas regiões do País, obstada pelos preconceitos e princípios falsos e antinacionais estrangeirastes-republicanos!), segundo um justo e proveitoso critério geopolítico, econômico e administrativo, para maior bem do Trabalho nacional e expansão demográfica. Nisto como em tudo, é a nossa História e não a dos outros povos que principalmente nos deve ensinar).

39. V. EDUCAÇÃO, DEFESA NACIONAL E POLÍCIA. – Disciplina espiritual como base de todas as outras. Cultura filosófica cristã segundo os princípios do Estado Imperial Orgânico. Como princípio, o Estado Imperial terá no ensino mera função supletiva e fiscalizadora da idoneidade da educação ministrada pelos particulares (indivíduos, famílias ou insti-

tutos). – Elevação do nível cultural total das forças militares. *Nobilitação*. Serviço militar obrigatório condicionado aos outros interesses nacionais. – Promoção das indústrias básicas metalúrgicas e siderúrgicas. Previsão de indústrias mobilizáveis para a guerra. Planejamento de mobilização e defesa da frente interna. Eficiência técnica. – Desenvolvimento dos quadros do oficiado para enquadramento mobilizatório eficaz e rápido. Previsão da PRODUÇÃO NO TEMPO DE BELIGERÂNCIA. – Reaparelhamento da Armada à altura da vocação e missão internacional do Brasil. Polícia Militar nacionalizada e apropriada aos seus fins. Restabelecimento da Polícia Municipal com o caráter de auxiliar.

40. VI. JUSTIÇA. – Reposição da Justiça nos princípios cristãos e rigor na sua observância. Unidade de Justiça e de Processo. Assistência judiciária. Elevação do nível moral da magistratura. *Nobilitação*.

41. VII. POLÍTICA INTERNACIONAL. ENTENDIMENTO ESPECIAL LUSO-BRASILEIRO. INTEGRAÇÃO DO MUNDO HISPÂNICO. – Realizados os itens anteriores, já se terão firmado perfeitamente a paz e prosperidade internas do Império. Cumprirá, todavia, no plano internacional, voltar à nossa antiga alta posição diplomática e prestígio mundial. Estabelecer uma política internacional ativa e cristã. Há de se começar por um sistema de alianças fundamentais baseadas em nossas tradições “de família” luso-brasileira (POLÍTICA ATLÂNTICA) e, mais extensamente, hispânicas e neo-hispânicas (sem desprezo dos compromissos legítimos e tradicionais já existentes), o que contribuirá para a paz internacional e o bem da Cristandade restaurada, pondo-nos na situação de baluarte poderoso da defesa do Ocidente cristão e católico. Já não seremos um aliado desprezível porque fraco.

AFIRMAÇÃO DA IDEIA PRAGMÁTICA



42. Nada tem que ver a nossa Ideia Pragmatista com aquela superficial teoria filosófica ou, antes, antifilosófica, de que carecem de valor as concepções intelectuais se não favorecem a vida e o progresso.

Não se trata disso. Não nos movem a nós Patrianovistas falsos preconceitos burgueses e socialistas que tudo reduzem a interesses materiais e utilitários, tornando o homem simples máquina de produção, oprimido por contínuos planejamentos desumanos. Não é o feijão quem enche a vida do homem, mas o ideal. Às vezes até se passa fome por um sonho. Nós sonhamos o BRASIL IMPÉRIO, A MAIOR POTÊNCIA MUNDIAL, com um povo feliz e capaz de, apostolicamente, espalhar a Fé e a felicidade pelo mundo inteiro. Sabemos que esse Ideal pode ser atingido. Podê-lo-emos atingir com a base territorial conquistada pela fé, o sangue e os braços dos nossos Antepassados, e a nós legada em herança opulentíssima. Podê-lo-emos com a inteligência e o coração forte da nossa Gente e com a eficiência trabalhadora dos brasileiros são, instruídos e nutridos, tantas vezes demonstrada ao longo da História.

43. Mas o nosso Ideal há de ser realizado sobre este chão brasileiro que pisamos e não na lua dos utópicos ignorantes da realidade. Por isso, importa-nos ser realistas. E somo-lo. Ser realista não consiste em querer somente as coisas fáceis, que foram difíceis quando os outros as faziam... Para nós as julgamos fáceis hoje. Não pensamos em realizar a “democracia republicana” que já está aí e, entretanto, cada dia se afasta mais com as sucessivas repúblicas que vão derrubando as falhadas anteriores...

44. O nosso Ideal há de ser realizado sobre este chão brasileiro. Eis aí, pois, a razão de afirmarmos a Ideia Pragmatista. Mestre Tomás de Aquino expõe-nos o seguinte no seu “De Regimine Principum”: – “Importa que o lugar escolhido para a construção da cidade não seja somente tal que, pela salubridade, conserve os habitantes, mas também, pela uberdade, lhes seja bastante para a manutenção. Porque não é possível que habite uma multidão de homens, onde não sobejam abundantes os mantimentos (*Do governo dos príncipes*, trad. de Veiga dos Santos, Editora Anchieta, S. Paulo, 1946, 2.º edição). E prossegue no mesmo capítulo (III, livro II): “Dois, contudo, são os modos de poder uma cidade prover-se de opulentas vitualhas. Um, como foi dito, pela fertilidade da região, produtora abundante de tudo quanto requer a necessidade da vida humana. Outro pelo uso do comércio que para aí conduz, de partes diversas, o necessário à vida. Quanto ao primeiro, já se apreende com clareza ser o mais conveniente; que tanto mais excelente é algo, quanto mais se basta por si; pois aquele que doutro necessita se declara deficiente. Ora, mais plenamente possui suficiência a cidade à qual a região circunjacente é bastante para o necessário à vida, do que aquela que precisa recebê-lo doutras pela mercção. É, por conseguinte, mais excelente a cidade, se tem abundância de mercadorias do território próprio, do que se as possui copiosas por meio dos comerciantes, visto como também isto se afigura mais garantido, porquanto, mercê dos casos de guerra e vários transtornos, pode facilmente impedir-se a importação das provisões e, destarte, fica a cidade acabrunhada pela míngua de mantimentos”.

45. Donde, porém, procede essa preocupação pelos bens materiais no país? Do serem estes a condição da boa vida moral do povo. Já o assevera o provérbio: “Casa onde não há pão, todos brigam e ninguém tem razão”. Se não, leiamos o Aquinatense: - “Duas coisas se requerem para” a boa vida moral de um homem: uma principal, que é o agir segundo a virtude, pois a virtude é aquilo por que se vive bem; outra, secundária e quase instrumental, isto é – *a suficiência dos bens corpóreos*, cujo uso é necessário ao exercício da virtude... Assim, pois,

três condições se exigem para instaurar a boa vida moral na multidão. Primeira, estar a multidão fundada na unidade da paz. Segunda, ser essa multidão, unida pelo vínculo da paz, dirigida a proceder bem. Pois, assim como não pode o homem agir bem a não ser pressuposta a unidade das suas partes, também, assim, a multidão de homens, carente de paz, é tolhida de bem proceder, enquanto anda em briga consigo mesma. Terceira, requer-se que, por indústria do regente, *haja cópia bastante das coisas necessárias para o bem viver*”.

46. Nem deslembra o nosso autor, após reclamados sustentos do corpo, as amenidades para recreio dos ânimos cansados, o que vem a propósito nos “parques” preconizados na Orgânica Patrianovista. (Vide *Do gov. dos príncipes*, livro II, c. III).

São ideias pragmatistas, que nada destoam do ideal esposado por nós. Na parte do “De regimine principum” não da lavra tomística, mas continuada por Tolomeu de Luca sobre notas do mestre (liber II, cap. V, VI, VII), trata-se especificadamente de coisas “pertinentes ao rei em relação aos súditos, por onde passe mais sossegado o reino”, isto é: a abundância, em cada parte dele, das riquezas naturais, tais como as vinhas, os bosques, as florestas, os viveiros de diversas espécies de animais e aves, bem como armentos e rebanhos de vários gado doméstico, cópia de raça e peixes. Isso porque é mais deleitante gozar do próprio que do alheio, menos seguro esperar do comércio estranho e mais perigosas as fraudes. Pelo que “são necessárias ao rei as riquezas naturais e as tenha próprias nas suas terras para seu governo e manutenção do reino”. Ademais, cumpre que, por várias razões, possua o rei riquezas artificiais, como o ouro, prata e outros metais, e delas cunhe moedas, necessárias a ele para manutenção do governo. Deve-o a si mesmo por lhe serem elas um instrumento; deve-o aos súditos, “para poder prover a sua casa nas necessidades e acorrer às necessidades deles (sem empréstimos estranhos, diríamos nós!); deve-o às necessidades externas: para vencer os inimigos e acrescentar o reino”.

47. Poucos estadistas terão compreendido tão bem o problema como um Rei da nossa Tradição: Dom Dinis, o Lavrador.

“Pacificado o País, diz Antônio G. Matoso, arrumadas as guerras com Castela, cujas pretensões já não podiam ser temidas, terminadas as lutas da Reconquista, que durante tantos anos haviam ensopado em sangue o chão da Pátria, entendeu D. Dinis que tinha chegado à altura de desentranhar da terra as riquezas que ela continha, substituir os desertos por pomares e jardins, transformar em granjas os pousios agrestes, povoar os descampados estéreis, meter a charrua ao chão fecundo, que, tendo até então sustentado heróis e santos, devia agora medrar em loiras searas, que alimentassem abundantemente a população tranqüila. Neste sentido se desenvolveu a sua ação benéfica e fecunda, sem deixar, no entanto, de dedicar à poesia as horas que lhe sobravam de tão dura faina, como nota o Dr. Antônio Ferreira: “Regeu, edificou, lavrou, venceu. Honrou as musas, poetou e leu” (Poemas lusitanos)”. – Hist. de Portugal, Livr. Sá da Costa. Lisboa.

* * *

48. De todas essas considerações e do que se há passado de calamitoso, desagradável e humilhante para a nossa Pátria, em todo o decurso da nossa História de 1822 para cá, mercê da nossa maior ou menor deficiência econômica, releva afirmarmos a nossa Ideia Pragmatista, instrumento imprescindível da redenção nacional.

Ainda durante a guerra passada, sofremos humilhações e prejuízos gravíssimos (que bem poderiam ter sido maiores) pela falta de elementos materiais de defesa marítima, pela falta de trigo, de carne, de açúcar, de petróleo, etc., etc. Já se vislumbram repetições de calamidades quiçá maiores.... Muitíssimo maiores.... Recomeçamos, outrossim, o triste papel de pedinte internacional de empréstimos. Ouvem-se ao longe as marteladas de Noé construindo a Arca contra o próximo dilúvio. Ecoam aos nossos ouvidos transformados em propaganda de milhares de candidatos a pais da pátria, referta de promessas do arco-da-velha e porejante de inconsciência e ignorância da hora presente.

E urgia acabar com as possibilidades de renovação dos recentes infortúnios. E urgia pôr paradeiro àquela mendicância inútil e deprimente.

49. Por isso, e por tudo mais que fácil se torna adivinhar, afirmamos a nossa Ideia Pragmatista que significa o propósito de opulentar o Brasil com todos os meios de independência econômica e instrumentos de poder dentro e fora do Império, ao mesmo tempo em que se alcançará o fim imediato de fornecer aos filhos do Império Brasileiro aquela suficiência de bens corpóreos garantidora da virtude pessoal e familiar, tanto como as virtudes sociais do nosso Povo hoje abandonado às dificuldades mais dolorosas na conquista do pão, da virtude e da paz.

Queremos um Brasil rico, economicamente possante, como meio para termos um Brasil feliz, poderoso e capaz de fazer o bem aos seus filhos e a toda a humanidade, realizando as aspirações dos nossos Maiores.





CAPÍTULO II
DOCTRINA



DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS TEOLÓGICOS



50. Fulguram nas próprias histórias dos povos, ainda mesmo pagãos, os testemunhos da existência de Deus e as liturgias do seu culto. Até após grandemente afastados das bênçãos da revelação primitiva, continuaram os povos, nações e tribos, nas suas mais variadas mitologias, a afirmar monoteisticamente a penitências e deprecações, como atesta do eloquentíssimo (nesses cultos privados e públicos) de que o humano postula o divino. Somente quando decaem as culturas e as civilizações, somente em desmoronando as próprias virtudes naturais “paracristãs” das gentes, é que conjuntamente deperce o culto a Deus e aos falsos deuses – sombra do Deus único e verdadeiro.

Daí se colige que o abandono da adoração, da oração, coincide com o embrutecimento, decadência e ruína das nações e dos estados.

Quanto mais natural e humanamente adiantados, mais religiosos foram os povos e mais ciosos do culto público, da reverência pública e coletiva a Deus.

Jamais negaram oficialmente a Deus as grandes nações, ou pujantes impérios do passado. São crimes recentes o ateísmo e agnosticismo oficial dos estados. Egípcios, Mesopotâmicos, Persas, Chineses, Gregos, Romanos, Maias, etc. todos foram religiosos nos seus dias áureos. Eis aí verdades históricas e sociológicas impossíveis de negar por aqueles que fruam de uma pouca sabedoria das coisas de antanho.

A negação religiosa caminha a par de todas as formas de decadência: intelectual, moral, cultural, política.

É fato histórico inegável. Começa a barbárie onde cessam a fé e o culto religioso. Cessa a barbárie onde começa a religião.

* * *

52. Não nos percamos, todavia, nas épocas luminosas das religiões dos pagãos, cujas mesmas luzes ainda são trevas.

Há dois milênios que se deu a Redenção pelo Desejado de todos os séculos: Nosso Senhor Jesus Cristo. À Lei Antiga sucedeu a era da Graça. À gentileza e à Lei Mosaica sucedeu a Igreja Cristã, a qual, pela graça de Deus, pertencemos.

Somos filhos do Brasil, Terra da Santa Cruz, e, portanto, da Virgem Imaculada, Mãe do Verbo Incarnado. Já antes do descobrimento CRIAMOS em potência, nas pessoas dos nossos antepassados lusitanos; pois (diz ilustre historiador moderno): – “A história da fundação do Reino de Portugal é mais uma página da história religiosa da humanidade do que a crônica político-militar de monarcas e guerreiros. Com efeito, o que se tratava era defender a fé de Cristo contra as leis do Alcorão e servir o Vigário de Cristo na terra, auxiliando-o cumprir sua missão, que era vencer os infiéis e implantar no mundo o reinado de Jesus. Por isso é que Dom Afonso Henriques, ao iniciar a sua vida pública, se declara soldado de S. Pedro, capitão da Igreja, às ordens do Papa, a quem presta juramento de vassalagem e promete defender até à morte... Não há dúvida de que a ideia de Deus presidia aos destinos coletivos do povo português, cuja organização política se decalcava nos princípios difundidos pela Igreja... Em matéria religiosa a doutrina que informa o direito português se mantém inalterável desde a fundação do Reino, no século XII, à promulgação da Constituição de 1822.

“A base dessa doutrina é a fé católica da Nação, que não só acata exemplarmente o direito Canônico como antepõe as leis de Deus, segundo os ensinamentos da Igreja, a quaisquer conclusões humanas” (Costa brochado, *Fátima à luz da história*, Portugália Editora, Lisboa).

53. São também nossas essas glórias, “Em nome da SS. Trindade” se iniciava a Constituição do Brasil Imperial, do Brasil brasileiro. Foram essas as nossas heranças. Cremos com toda a História do Brasil. São, portanto, tais os nossos princípios teológicos, já os encontramos ao nascer, base no fato histórico da Revelação Cristã. E, por meio dos Reis de Portugal e os missionários, chefes e colonos (nossos Avós) que nos enviaram, vieram eles fazer-se base primeira e alicerce imutável e imprescindível da Cultura e civilização brasileira. Cimentaram o Brasil autêntico. Deram-lhe forma e carácter. Impeliram-no à guerra contra uma invasora heresia vinda da França e da Holanda, assim como à luta tenaz pela unidade da Fé, contra fatores externos e internos de dissolução. São base da nossa moral e dos nossos costumes individuais, familiares, sociais e nacionais. Têm de ser, conseqüentemente, base da nossa vida política derivada da vida familiar e social.

54. Negados embora por traidores da nossa realidade, identidade e originalidade histórica, afirmamo-los contra todos os calabares que importaram e nos impuseram nefandamente erros alheios à realidade nacional do País descoberto pela portuguesa Ordem de Cristo cujas caravelas ostentavam rúbita a cruz de Cristo da nossa Tradição da Fé e do Império.

“Sem eiva de liberalismo, diz E. Vilhema de Moraes, a Carta Imperial de 24 reconheceu, afinal, uma religião católica como um fato preexistente, declarando que CONTINUARIA a ser a do Estado” (o patriotismo e o clero no Brasil), o que aliás custou resistência à trama diabólica do maçonismo que, já de começo, tentou violar a consciência nacional impondo-lhe como suas insânias naturalistas e ímpias, mais tarde triunfantes contra o Brasil na constituinte clandestina de 1891, conquanto posteriormente arrependido Rui Barbosa, corifeu da constituição republicana e antinacional, cantasse a palinódia nestes termos tardios: “O Brasil nasceu católico, cresceu católico, católico continua a ser até hoje. Logo, se a república veio organizar o Brasil e não esmagá-lo, a fórmula da liberdade constitucional na república necessariamente há de ser uma fórmula católica”. Mas a república “veio esmagá-lo”!...

Criou a apostasia do Estado, a qual resultou na apostasia da nação que deixou de “sentire cum Ecclesia”, renegando as suas tradições multisseculares.

* * *

55. Cremos com nossos Avós na necessidade urgente de retomarmos, consciente da estrutura do homem intrinsecamente contemplativa, espiritual e oração. Cremos com eles que a natureza humana é ordenada à graça e à bem-aventurança. Cremos com eles na vocação católica e imperial (Fé e Império) do Brasil, Terra da Santa Cruz. Cremos com eles na vocação do Império Missionário universalista capaz de realizar no campo internacional a dilatação do Corpo Místico nos povos ainda pagãos e na fraternidade efetiva com os já pertencentes à Cristandade, se bem que nós engolfados em dilúvio de erros anticristãos como nós hoje.

Cremos que a nossa vida terrena é ordenada à vida celeste – seu coroamento e razão de ser. E nesse sentido assentamos a base da nossa Doutrina Patrianovista, em consonância com todos os que, monárquicos renovadores, também como nós pensam retamente nos países irmãos da Cristandade e em choque com os hereges da política que a querem apenas como ciência ou arte de domesticação democrático-totalitária do homem-animal econômico, libertário, sem destino ultraterrenal.

Com H. Darbeau não nos tememos de afirmar: “Pode ser imediatamente prática para nós a lição de Joana d’Arc. Como na sua época, já é bem tempo de as coisas divinas se misturarem com as coisas humanas. As instituições da ordem temporal, qualquer que seja a sua técnica, deverão sempre ser informadas do espírito cristão, sem o que nunca serão mais morte as mais perfeitas instituições sociais, econômicas ou políticas” (*Efficacité chretienne*. Casteman, Tournai, Paris, 1948).

Queremos que “não contradigam as Leis divinas as nossas leis” e, por conseguinte, se organize o Estado em Harmonia com as diretivas estabelecidas pela Igreja para as Pátrias “Católicas” (como é o Brasil) e não segundo a chicana das “Maiorias” dos teóricos do iluminismo individualista.

56. Contra todas as teorias totalitárias da direita e da esquerda (nazismos, fascismos, democratismos, socialismos e comunismos), afirmamos as grandes linhas da nossa Fé:

- 1) Cremos em DEUS UNO E TRINO, criador, princípio e fim de toda criatura, Redenção e Providência. Cremos nas suas leis, reveladas aos homens.
- 2) Cremos na sua Igreja, por Ele fundada e assistida, una, santa, católica e apostólica; afirmamos e defendemos todos os seus direitos.
- 3) Contra Hegel, Marx e quejandos, afirmamos o universo como um conjunto de seres individuais e não uma substância transcendental, criado por Deus para uso do homem.
- 4) Afirmamos o homem como ser substancial racional e livre (pessoa), criado por Deus, decaído e redimido pelo Verbo Incarnado, ordenado a um destino transcendente, superior ao mundo e ao Estado.
- 5) Afirmamos a Família monogâmica, indissolúvel, instituto de direito natural elevado pelo Salvador à categoria de sacramento, célula da sociedade, seminário da Nação, garantia da sua dignidade e grandeza.
- 6) Afirmamos o Estado Imperial como “meio” para a Nação e o indivíduo (pessoa) atingirem: aquela – o bem comum, este – as condições e estímulos para uma vida virtuosa e digna, ordenada ao seu destino transcendente espiritual e bem-aventurado.
- 7) Afirmamos a fraternidade humana de todos os povos, cristãos e gentios (inclusive os judeus): os primeiros já pertencentes ao Corpo Místico de Cristo; os últimos, destinados por Deus a integrar a Cristandade.

57. Com estas afirmações de princípios teológicos, sentimo-nos fiéis ao testamento dos nossos Antepassados que somente erraram quando, fugindo à tradição dos seus antecessores pela Raça, pela Fé e pela Cultura, se abeberaram nas fontes peçonhentas do liberalismo, do absolutismo, do racionalismo, do naturalismo, do jansenismo e do materialismo – aqui aportados por veículos escusos e através de agentes juramentados a serviço de interesses espúrios, antinacionais e anticristãos.



DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS



58. *Mens agitat molem*. É o espírito que move a massa... e as massas. “Houve um tempo, diz Salvador de Madariaga, em que se supunha não serem as coisas políticas senão coisas econômicas disfarçadas. Hoje pensamos que o político e o econômico não são senão manifestação de psicologia” (Prefácio ao livro de Cecil Jane, trad. espanhola, “Libertad y despotismo en América Hispana”). É verdade fundamental não se poderem realizar mudanças políticas, a não ser que se invoque e se creia estar em questão algum princípio ideal, algo que esteja acima do mero interesse material” (Cecil Jane, *ibidem*).

Necessita-se, pois, de uma concepção geral da vida para guiar a expressão nacional dos povos. Todos os indivíduos e povos vivem, consciente ou inconscientemente, em função de uma filosofia, duma concepção do ser e da existência.

59. Se estudarmos toda a evolução histórica nacional que se entrosa fundamentalmente na antiga Mãe-Pátria, verificaremos que, confundindo-se segundo o critério medieval os princípios teológicos e os filosóficos, eram as doutrinas dos mais doutos escolásticos, como o incomparável Sto. Tomás de Aquino, que forneciam a base filosófica dos nossos tratadistas políticos, para construírem-se, em harmonia com os costumes, as instituições políticas (Cf. “Las doctrinas políticas en Portugal Edad Media”, Francisco Elías de Tejada, Madrid, Escelicer, S. L.). Nunca se dedicaram os nossos demasiadamente as especulações puramente teóricas. Mas poucas literaturas são ricas como a nossa clássica em moralistas, teólogos e mestres espirituais. Primou entre nós a prática.

60. Com o dealbar da dinastia de Avis e imperando Dom João I, entraram a influir nas leis do Reino as ideias dos legistas tal aquele tremendo Joio das Regras, que, embora colimassem concentrar na autoridade suprema do Rei, contra as pretensões extremadas dos nobres, a vida política até então dispersa nas autarquias comunais regidas pelos foros e forais, conservaram no entanto os velhos ideais compendiados nas antigas doutrinas fiéis ao espírito da Cristandade: respeito ao poder espiritual encarnado no Papa e na hierarquia eclesiástica; respeito à personalidade humana dirigida ao fim próprio transcendente; respeito aos direitos da Família tanto espirituais como econômicos (indissolubilidade, pátrio-poder, autonomia educacional, direito de testar, morgadio, etc.); respeito à propriedade particular condicionada ao serviço do bem comum.

61. Com o advento do humanismo renascentista que, em o mundo ocidental, se bifurcou em dois caminhos contraditórios (um tendendo à repaganização e outro apenas ao alento às letras, às artes e às ciências particulares), seguiram os nossos Antepassados a senda melhor, desviando-se da paganização das doutrinas filosófico-políticas que arrastariam o mundo às piores aventuras e infortúnios perdurantes até hoje.

62. Já os turbilhões da falsa reforma religiosa sopravam violentos pelas terras germânicas e saxônicas, derribando os velhos e são princípios por meio da anarquia que, partindo do individualismo do livre-exame dos princípios religiosos vigorantes desde a instituição divina da Igreja, acabariam negando a autoridade da mesma e, logo depois, por consequência lógica, repelindo igualmente a autoridade dos Reis e de toda potestade histórico-natural das nações; aluía toda a base do poder social e político, entronizando absurda mas logicamente em seu lugar a soberania total (contra Deus mesmo) do povo atomizado social e politicamente; dentro dessa mesma nova concepção, deformava a economia e dava ensanchas ao advento do capitalismo impiedoso, usurário e ladravaz, explorando o operário pauperizado e proletarizado, desfeitas as corporações de ofícios que reclamavam reforma, que não extinção anti-humana.

Substituir-se-ia o número impotente e venal à autoridade tradicionalista carregada da boa experiência dos séculos; ao voto de qualidade, ao voto corporativo e das ordens do Reino, substituir-se-ia a inorganicidade do voto individualista. Substituir-se-ia a sacralidade da vida histórico-natural pela soma pagã dos sufrágios sem marca, sem expressão vital, através dos grupos artificiais exploradores da nossa mercadoria-voto (os partidos).

63. Era isso o que repontava após os dois fatos sociais dialeticamente solidários: renascimento e protestantismo pais da revolução anti-francesa, anticristã, antiocidentalista e antieuropeia, através do conduto cloaqueiro da ideologia de Rousseau e outros iluministas.

Reagia Portugal pela inteligência alerta de Dom João III que reformava a universidade de Coimbra, a qual, fiel El-Rei à verdadeira reforma centralizada no concílio brilhou a Hispânia, entregava à direção dos Jesuítas, alvo dos ódios dos heretizantes e dos paganizadores que, mais tarde, conseguiriam do hipócrita Marquês de Pombal, português deformado nas estadias pelo estrangeiro, a provisória extinção da benemérita Companhia, terror dos inimigos da Cristandade.

Até ao aparecimento desse tartufo anticristão, conservaram-se os nossos maiores fiéis à doutrina filosófico-teológica que fundara, orientara e seguira multissecularmente o Reino fidelíssimo. Com o marquês energúmeno, porém, o absolutismo do “direito-divino” herético, já vitorioso na infeliz França, aboleta-se em nossos Estados e prepara o advento do filosofismo liberal-democrático anticristão e antinacional que triunfará finalmente com a geração desventurada de Dom Pedro I do Brasil e IV de Portugal, vencida neste a resistência de Dom Miguel.

* * *

64. É a nova concepção da vida, é a nova filosofia “dirigindo” os destinos das duas Pátrias que o liberalismo feroz e escravocrata das falsas Cortes arredias da Tradição veio dividir em inimigos rancorosos e irreductíveis.

E, pois, tudo quanto de exclusivo se queira atribuir a fenômenos meramente econômicos resulta em pura fantasia. Não era o aspecto material que transtornava a obra dos séculos. Era o espírito. “No princípio estava o verbo”, a ideia, o pensamento, o ideal novo e falso.

A esse mesmo falso verbo, ideia, pensamento, ideal, filosofismo anárquico, se deverá toda a ruína acumulada em mais um século de vida política desordenada, inorgânica, individualista, que até nós chegamos.

Nos fins do Império, coincidentes o abandono dos tradicionais princípios teológicos e o olvido dos filosóficos fortificadores das raízes da Nacionalidade (provindos da Idade Média com os nossos protoparentes), veem novos erros acrescentar-se ao tenebroso acervo de doutrinações venenosas acarretadas desde Pombal: liberalismo, racionalismo, naturalismo e evolucionismo. Surge entre nós com aspecto tragicômico o positivismo que (único País o Brasil a abrigar tal paranoia!) aqui se fez até “religião” da humanidade, encabeçada por figuras sob certos aspectos tão dignas de respeito!

65. Completou-se o ciclo da estultícia.

E fez-se a república: fruto de filosofias erradas e utopias irrealistas que de há longos anos vinham minando o edifício da nossa Cultura Católica, escolástica (da idade áurea) e imperial, já profundamente diminuída em sua substância. São ridículas as causas próximas da instalação do regime espúrio entre nós. Importam as remotas.

Não se estancou, porém, o processo.

O agnosticismo e antiteísmo liberal e positivista dominam a dita “república velha” que foi hipocritamente agnóstica ou atea em religião e (pasmem os inadvertidos!) *totalitária* em política como *partido único* (praticamente falando) – os PR de todo o País. Com efeito, não se podiam chamar partidos outros que PR os dois grupos rixentos com que as Comissões Diretoras de PR das capitais dividiam, enfraqueciam e depauperavam os Municípios do interior, teoricamente autônomos. Tal situação, apoiada em concepções filosóficas conscientes para uns, inconscientes para outros, perdurou até à época revolucionária de 1922-30, quando se liquidou nas mãos de um “peérrista” a tirania “peérrista”.

Aliás, já se notavam indícios do aparecimento de nova filosofia, nova concepção da vida. Aparecimento militante combativo.

* * *

66. 1917 é um marco. Chegávamos estrondosamente à vida política, com um século quase de atraso, o materialismo histórico, reação péssima contra o mau liberalismo burguês capitalista e gatuno, saído do bojo da revolução dita francesa.

1928 é outro marco. Congresso da Mocidade Católica Brasileira em S. Paulo. Fundação de PÁTRIA NOVA. Um, em grande estilo, com as pombas maravilhosas da Igreja de Deus. Outra, humildemente num cantinho da Imperial S. Paulo.

Aparecido o marxismo ditatorialista, surge como lógico consecutário, o antimarxismo também partidário de ditadura oposta, conquanto ambos filhos da mesma filosofia: daí o violento antimarxismo caboclo que se infiltrou em várias correntes do pensamento e partidarismo brasileiro.

O Congresso da Mocidade Católica dá magnífico impulso à vida espiritual da juventude e alarga o âmbito das páscoas classistas que reestabelecem o contato eficaz do escol social com a Igreja. Reentra nas faculdades donde a expulsara a república em 1889. Está fora da política, especificamente. Cessa, porém, a ausência antiga.

67. PÁTRIA NOVA atualiza as tradições políticas pré-liberais. Afirma escandalosamente os verdadeiros princípios filosóficos contra todos os falsos postulados que empeçonharam o Ocidente e destruíram as bases da nossa vida política. Mas os influenciados silenciam “estrategicamente” em campanha de silêncio. Não fica, todavia, debaixo do alqueire o castiçal. Alumina até os que não querem ver. Vão caindo os “imortais princípios” da estupidez liberal burguesa. Filhos dos princípios filosóficos, vão aparecendo os princípios políticos. Faz discípulos: uns espalhafatosos como Pedro, outros ocultos mais leais como Nicodemos e mais outros orgulhosos e não reconhecidos...

68. Os princípios filosóficos, cá os expomos sumariamente, contra todos os erros que nos arruinaram, perverteram e continuam a desorientar a vida nacional, agitada pelos ventos contraditórios de democracias confusas e totalitarismos farisaicos.

- 1) Afirmamos que o homem pode, pela razão, conhecer a Deus, pessoal, distinto do universo, primeiro Motor, Agente e Ser soberano, primeiro e sumo Ordenador e Regedor de tudo, Fonte de todo bem, princípio e fim de tudo.
- 2) Afirmamos a existência de uma *lei natural*, derivada da lei divina e promulgada na consciência de todo os homens, regra de toda vida humana individual social e honesta, anda alheia à Revelação.
- 3) Afirmamos o universo físico como um “todo substancial”, senão como simples “unidade de ordem”, complexo de substâncias individuais, apenas hierarquicamente dispostas.
- 4) Afirmamos o *homem* – além de “indivíduo”, princípio de multiplicidade e passividade, pobre bicho da terra – como pessoa isto é: *substância individual de natureza racional*, princípio de unidade, identidade e atividade. – Afirmamo-lo, em consequência, ente *livre*, vocacionado a destino transcendental e superior aos fins do Estado, da Economia, da Raça e da Classe, fins esses que constituem simples *meios* de realização da felicidade pessoal. – Afirmamo-lo também como ser *naturalmente social*, qualidade donde derivam a família, a sociedade (estado) e os grupos, profissionais e lúdicos.
- 5) Afirmamos a *família*, primeira sociedade natural, como célula da Nação e sujeito de direitos especialíssimos dentro do Estado.
- 6) Afirmamos de direito natural a *sociedade religiosa* com todas as suas consequências sociais, de adoração e culto a Deus, privado a público.
- 7) Afirmamos a existência do *direito das gentes* na própria ordem natural e, por aí, de uma *sociedade humana universal*, “*communitas gentium*”, que une em natural fraternidade e solidariedade pacífica todas as nações.

DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS POLÍTICOS



69. No princípio, era a Terra de Pindorama, bárbara rústica e bravia, povoada de gentes selvagens e desnudas, sem civilização, vegetando em culturas primitivas, sinal de que apartadas havia muito das fontes da revelação primeva, degeneraram, perdendo as noções mais sumárias da vida espiritual que, conservadas, deram tom superior de convivência social aos celtas do Ocidente, aos chineses e aos hindus. Terra imensa e aspérrima de inculta, povos indígenas aspérrimos e incultos nos costumes. Não formavam nação, nem possuíam estado propriamente falando, ao contrário de maias, astecas e incas do mesmo continente. Não tinham unidade, entre combatiam-se e entre devoravam-se. Mera matéria-prima imperfeitíssima para a criação do Brasil. Fê-los magníficos o romantismo, exagerando-lhes as qualidades boas em desfavor do pobre africano muito superior na índole e nos estágios de cultura. Imperial a gente pelo domínio inconsciente, mas extensíssimo pela terra vasta. Uma só língua (o nheengatu ou abanheém) desde a linha equatorial até mais ou menos os 30 graus do hemisfério sul, correndo pelo longuíssimo litoral e deixando manchas do mesmo idioma pelos ínvios sertões da Amazônia e doutras plagas internas. Seria mais tarde a língua da catequese até para atingir os povos de língua-ruim (os nheengaibas das florestas mais distantes do Mar).

Essa a matéria-prima para a criação do Império Oriental da América revestido da alma do Ocidente.

* * *

70. No princípio, era um povo imperial no extremo ocidente da Europa. Descendia dos lusitanos, galho dos lígures. Nascera de um nada como

todas as grandes potências do mundo. Fizera-o a vontade férrea e tenaz de dois Príncipes. Assim fora Macedônia, assim fora Roma, assim fora a França, assim foram tantos antes e depois. Mero condado à beira do Douro, fizera-se Reino enfeudado à Santa Sé e alargara-se para terras da mourama pela decisão de Reis e Povo e pela inteligência e trabalhos rudes de Reis, pensadores, santos, estadistas, guerreiros, artistas e artesãos. Ao depois, tornado força espiritual, força bélica e expansiva, sonhou Henrique a Fé e o Império em meditações e estudos na ponta de São Vicente, sentinela do Atlântico Sul, do qual breve faria um como lago da Grande Lusitânia.

71. E partiu à procura do Oriente que ficara atrás da “cortina de ferro” do poder islamita vencido na Península. Partiu à busca das terras adustas do Preste João e ao achamento da lendária ilha dos mares ocidentais, “essa terra misteriosa de prazer e festa contínua... como a Terra da Promissão, a planície da Felicidade a Terra dos vivos, a Terra dos Moços e a ilha de Breasal ou Hy-Breasal. A mitologia céltica canta as belezas e maravilhas desse país místico, cuja tradição nunca pereceu. Hy-Breasal figura repetidamente nos velhos mapas, até que alguns pioneiros dos mares hispânicos pensaram tê-la descoberto e intitularam a terra *Brasil*” (Oliveira Lima, “História da Civilização”).

72. E os audazes enviados do Príncipe do Ocidente descobriram a Terra de Breasal, isto é o Brasil, matéria-prima, com os seus íncolas, do Grande Império que iam fundar, Com efeito, é o Brasil uma Pátria Imperial pela matéria da sua estrutura continental, da imensidade vária dos infinitos povos que o habitavam quando ainda território indeterminado a que deu forma adequada a alta política colonizadora dos Reis Lusos; pela variedade imperial dos climas e mais aspectos geográficos; pela extensão marítima dos seus litorais – tudo composto num equilibrado conjunto.

73. Séculos de trabalho, de sacrifício, de desenganos e vitórias, de dores e alegrias, transformaram a terra bruta em culturas, cidades, vilas e povoações; criaram fortalezas, portos, opulências econômicas como a da cana-de-açúcar, levantaram igrejas, escolas, misericórdias, artesanatos, arsenais, etc., etc.

Ao povo o povo bárbaro mesclou-se o povo invasor. Formou-se uma só Cristandade, segundo o desejo e ordens dos Reis, com o africano que

também veio participar da criação da Pátria nova. Famílias prolíferas, puras ou mescladas, espalharam-se por todo o território e, dum modo ou doutro, fidalgas ou plebeias, livres na Casa-Grande ou escravas nas Senzalas ou nos serviços domésticos, nas roças ou nas vilas e cidade, formaram com os mes-teres profissionais a base da vida nacional e da representação, mais livre do que hoje, nas livres Câmaras Municipais da nossa Tradição.

Assim se integraram a Terra e o Povo na estrutura do Império.

* * *

74. Falamos, porém, unicamente da causa material do Estado – a terra e o povo. Cumpre-nos tratar dos agentes de toda essa obra portentosa.

É evidente que, dado não possuir o homem natureza social, a sociedade seria apenas uma imposição externa das necessidades inevitáveis que justificariam o fantástico contrato social imaginado lunaticamente por Rousseau ou a brutalidade da teoria de Hobbes. Mas nada disso teve realidade. O homem nasce em sociedade (a família) continua naturalmente social (no Estado ou sociedade civil), o que supõe um unificador – a autoridade.

75. Se esta, em sua essência, procede de Deus, autor da natureza, como peça de uma ordem que Ele quis e a natureza reclama em imperativos intrínsecos, todavia variam os modos como nas diversas sociedades humanas a autoridade se estabelece,

Para o Brasil a Autoridade não dependeu de eleição, nem opção entre pares, nem de nomeação, nem de conquista: veio *histórico-naturalmente*. É o Brasil uma Pátria Imperial por todos os motivos. Foram seus supremos artífices, como causa eficiente principal, as Dinastias Portuguesas, precípuos e capitais motores da nossa Cultura e Civilização, agentes remotos, mas eficacíssimos de todas as obras imensas e contínuas da colonização, que se seguiram ao ato inicial de 1500 e reconhecimento das terras pelas primeiras expedições e entradas.

A firmeza do pensamento dinástico, de caráter político-familiar, a visão de longo alcance futuro, não limitado como efemeridade individual e individualista de presidências-republicanas (por ex.: o plano de domínio platino é “sonhado” por Dom João III no século XVI e realizado

por Dom João VI no século XIX!), a continuidade de propósitos e vontade, a responsabilidade *pessoal* de Chefe Dinástico ligado aos interesses nacionais no bom-êxito ou na derrota, a estabilidade normal das instituições monárquico-hereditárias, puderam criar a Nação-Continente que somos, conservá-la, defendê-la – magnificência que a república estrangeira tentou destruir “inventando” uma mixórdia de naçõezinhas (estados)... federados... mas ainda não pôde, graça à reação da melhor tradição nacional. Por isso, mui bem se expressa Francisco Lourenço Roussado em dizendo: “A felicidade do Príncipe é inseparável da pública felicidade: os públicos interesses do Príncipe. Por isso descrevendo eu as Vantagens da Sociedade, por fim achei, que tinha trabalhado em uma obra toda de V. ALTEZA. Assentei logo oferecer-lhe, para restituir o alheio” (“O SISTEMA DOS ÍMPIOS contra o sólido fundamento dos Estados impugnado e convencido pelas Vantagens da Sociedade, fundadas na Religião cristã Oferecido ao Sereníssimo Príncipe do Brasil D. João Nosso Senhor por F.L.P. Lisboa. Na Oficina Nunesiana. 1798).

E Luís de Almeida Braga, estudando Antônio Sardinha, produz estas palavras bem propositadas ao nosso tema: “No pensamento de Antônio Sardinha a Monarquia não era a chave da abóbada do edifício social; era antes o sólido alicerce em que tudo assentava. Por ela se devia começar. A realeza não a considerava Sardinha como um fim ideal; era apenas um meio – o meio indispensável para obter a grandeza, a felicidade e a glória da Pátria.

“O governo de um só torna-se verdadeiramente útil quando fica dependente da ordem da sucessão familiar. Ceda ao homem o lugar à família, para que as famílias também encontrem, na estabilidade, a prosperidade.

“A lei do sangue, encadeando as gerações, liberta assim a todos, e a cada um, dos defeitos e dos perigos de quem por acaso, e por um momento apenas, em suas mãos tomou a vara do mando.

“A primeira virtude de um chefe é a confiança na continuidade da sua ação. Mais do que a segurança do presente, importa achar nele a promessa do futuro. Confundido na tradição nacional, o chefe deixa de ser a chama de uma vida, que em breve se extingue, para livre da morte, pela herança que transmite, se converter no símbolo imortal da Autoridade” (A lição de Antônio Sardinha, revista “Gil Vicente”, 3.IV.1945).

76. Dessarte, “Duzentos anos depois (do descobrimento) estava concluída a obra assim iniciada e que fora semente em solo fecundo, pois criara uma nova civilização sob o céu da América. O Brasil já reunia então, segundo nossos maiores historiadores... todas as condições para sua independência: geograficamente, seus limites estavam fixados; economicamente, a exploração de suas riquezas lhe garantia elementos bastantes para viver com inteira autonomia; socialmente, era um fato sua indiscutível e crescente nacionalização” (A. Tavares de Lyra, “Organização política e administrativa do Brasil”. Cia. Edit. Nacional, S. Paulo).

Assim, fez-se o Brasil uma Pátria MONÁRQUICA à semelhança da sua Mãe-Pátria, e IMPERIAL pela forma da sua estrutura orgânica estatual histórica: união de grandes regiões geodemográfica-econômicas solidárias, baseadas em expressivos centros municipais de expansão de cultura e civilização, autônomos e diferenciados na vida local; união de grupos raciais variegados, identificados na mesma fé religiosa e patriótica, tal qual já se apresentam na guerra holandesa, mostrando “mais caráter nacional” do que hoje com a república desnacionalizadora que nos impuseram, no testemunho do doutíssimo Manuel Lubambo (*Clinda e outros ensaios*). Unificam-se todos esses grupos e elementos, moral, jurídica e institucionalmente, através de capitães-mores, capitães-generais, Governadores-gerais ou Vice-Reis, numa só Suprema Autoridade, EL-REI DE PORTUGAL, o verdadeiro Chefe único da Luso-América a quem amiúdo os povos reunidos em suas Câmaras enviavam Procuradores *diretos* dos seus interesses lesados... e eram favoravelmente despachados, melhor do que hoje.

Esse Dinasta distante foi depois continuado *sem choque* no Imperador do Brasil, pois o motivo da separação (erradamente chamada “Independência”) deveu-se às falsas Cortes da revolução liberal, usurpadoras da soberania régia, e não a qualquer oposição brasileira ao Rei Dom João VI, a quem deveu o Brasil a abreviação dos estágios dos seus progressos culturais, artísticos, técnicos, econômicos e políticos.

77. Pode-se afirmar peremptoriamente que, na medida da perfeição possível à autoridade humana (descontados os feitos da malícia humana imprescritível), buscou o nosso Estado Orgânico tradicional o *bem comum*, promovendo as obras da Fé: culto divino, respeito e colaboração eficaz com a Igreja, atenção aos valores fundamentais e universais da família humana; as obras

específicas do Império: as virtudes morais e intelectuais, isto é – o conjunto de tudo quanto perfaz a melhor vida humana temporal possível na sociedade; a suficiência de recursos físicos e materiais para a vida cultural e moral; o necessário à recreação, permitindo a expansão da alegria possível na terra. Garantiu os direitos privados e públicos; premiou e castigou. Promoveu realmente a prosperidade pública, como se pode aquilatar em outras partes desta “Orgânica”.

Só acidental e passageiramente desentenderam-se entre nós os poderes civis e eclesiásticos, o Império e a Igreja.

Após a separação nacional que acarretou, como vimos, infidelidades à tradição teológica e filosófica, houve males maiores, por interferências doutrinárias estranhas à tradição e por malícia da seita maçônica.

* * *

Aí está exarado tudo quanto se refere à causa formal do Estado. Continuamos a ver que, também nela, se mostrou o Brasil uma verdadeira Pátria Imperial. Protegeram-se-nos os direitos, inclusive o da propriedade privada, hoje tão ameaçada pelos socialismos hipócritas ou manifestos, base que é ela, entretanto de uma Nação próspera, garantia da riqueza e liberdade da Pessoa e da Nação.

78. Fomos, enfim, uma Pátria Imperial na fidelidade à causa final esposada pela Nação antes da traição “total” de 89: – o Império e a Fé, vocação incontrastável e inauferível do Brasil. Permanecemos Pátria Imperial e Católica, tal como havíamos nascido sob a égide dos Reis e da Igreja.

79. Podemos, conseqüentemente, insistir em nossa Conclusão de 1928: – A PÁTRIA BRASILEIRA É UMA PÁTRIA IMPERIAL QUE NÃO PODE, DE MODO NENHUM, SER REPÚBLICA; A REPÚBLICA NÃO SÓ NÃO PODERÁ RESOLVER OS PROBLEMAS DA NACIONALIDADE E DO ESTADO, MAS TAMBÉM É DISSOLVENTE, ANTINACIONAL E SEPARATISTA.

O Brasil é natural e historicamente IMPÉRIO. Ser “historicamente” significa aqui *ontologicamente, realmente*. A fatal escravidão reside na infidelidade ao real que em grande parte se integra no histórico.

Mas “O que os homens do século XIX buscaram na história não foram, como até então, ensinamentos. Não cuidavam sequer de enri-

quecer, com um patrimônio de sabedoria acumulado pelas gerações, a experiência nimamente curta que uma vida abarca. Bem longe disso, puseram-se a menosprezar a herança do passado como sem dúvida nunca ainda se fizera... para fazer valer a excelência do falaz do progresso moderno. Era esse um ingrato clima intelectual para escrever a história, e a revisão empreendida em tais condições revestia a probabilidade de pender para a caricatura... No entanto, percebe-se hoje que o aperfeiçoamento científico da civilização moderna vai acarretando em média certa atrofia do espírito, bem como do corpo” (Luís Lallement, “La vocation de l’Occident”, Éditions du Vieux Colombier, Paris, 1947).

80. E traíram o Brasil.

Já havia o Império, com a supressão das corporações de ofícios pela Constituição liberal de 1824, destruído “aquela vida social outrora rica e harmonicamente manifestada em diversos gêneros de agremiações” (de que fala Leão XIII) deixando em face uns do outro somente os indivíduos e o Estado. Essa deformação não deixará “de prejudicar o próprio Estado, sobre o qual recaem todos os serviços das agremiações suprimidas e que verga ao peso de negócios e encargos quase infinitos”, como remata Sua Santidade. Daí a mixórdia burocrática e atravancadora, voragem a sorver orçamentos infindos e prejudicar ou impossibilitar fomento da produção e a prosperidade nacional.

A república não veio reformar nada do que estava errado, senão agravar tudo. Tentou-se, demais disso, criar o “novo” Estado do Brasil (não brasileiro!) fora dos ensinamentos históricos, alheio ao real e contra o real. Ao invés de reforma, fez-se deformação com tendência irreprimível para a ruína.

Traíram o Brasil. Em verdade, tal atitude antinatural forrada de presunçosa autossuficiência da geração dos fins do século XIX gerou a insensatez e a cegueira, compendiada no “idealismo da constituição” de 1891 tão bem criticado pela objetividade do sociólogo Oliveira Viana, e, delas, a destruição do ouro da nossa Cultura para a fabricação contrafeita dos pechisbeques da nova instituição espúria. Destruíram-se as estrelas para voltar às nebulosas e ao caos.

81. Compete às gerações atuais restituir o ouro destruído e reacender as estrelas apagadas. Não têm elas (se cultas) o direito de continuar

encalhadas na tranqueira republicana tacanha e na utopia estatal que nos foi abrupta e brutalmente imposta em 89-91. Basta de chantagem!

Se é o totalitarismo uma agressão armada e violenta contra todas as nações pacíficas, é a democracia republicana, pretensão regime obrigatório para todos os países, não só uma agressão ideológica perniciosa contra as nações soberanas como o Brasil possuidoras de regime próprio, tradicional, consagrado pela experiência dos séculos, mas também um totalitarismo em potência, plano inclinado para o abismo da escravidão nacional.

Basta de chantagem!

Precisamos continuar voltando ou voltar continuando: *Vetera novis augere et perficere*, quer dizer – *restabelecer, aumentar e engrandecer as coisas antigas*, o bem antigo, corrigi-los se mister, e *aperfeiçoá-los* com bens novos, *com descobertas novas*. Na política, isso significa, no Brasil PATRIANOVIZAR.

Quer o saudosismo restaurar o passado simplesmente, à saudade ama o passado dentro do seu quadro histórico, mas, por isso mesmo, compreende o presente, que breve será passado, e prepara inteligentemente o futuro. O saudosismo, corrupção da saudade, é puramente estático. A saudade, porém, sabe ser estático-dinâmica. Neste sentido podemos ter saudades.

82. Não somos saudosistas. Poderíamos, no meio das ruínas do templo dos nossos Antepassados, ter saudades porejantes de lágrimas legítimas. Mas não vamos chorar à sombra dos salgueiros das jornadas perdidas. Preferimos construir sobre a base daquilo que tivemos e merece as saudades doídas dos nossos contemporâneos, pelo que de imponente, sólido e majestoso constituída na fidelidade à realidade histórica do Brasil.

Fiéis ao nosso Passado, cruzados da reconquista, testemunhas dos males profundos carreados pela infidúcia a ele – com fé e esperança na redenção nacional pela derrota do erro já longo, da má-fé e do arrivismo político republicano cada dia mais grave, que ora vai produzindo (antes de voltar para o inferno) os últimos frutos podres da árvore pestilencial de 89 – lançamos aqui aos homens de brio, à face da Nação Brasileira desorientada, à face da Pátria Brasileira derruída, os nossos princípios de renovação (*Vetera novis augere et perficere*), afim de que o Brasil renasça, viva e possa opor-se, pela vida estuante e combativa até o sangue se pre-

ciso for, a todas as formas sinistras de morte que nos rondam por dentro e por fora, trazidas pelas mãos nefandas e tredas da república dissolvente, antinacional, anti-humana, separatista em todos os sentidos.

83. Aqui vão eles:

- 1) Confirmamos a nossa adesão total aos princípios teológicos e filosóficos atrás expostos, base de toda a orgânica do Estado Patrianovista.
- 2) Afirmamos que o Brasil Império (Monarquia Hereditária), pela realidade e pela História.
- 3) Afirmamos que o Estado Brasileiro legítimo é meio de que se servirá a Nação Brasileira (anterior ao Estado) para realizar a sua felicidade temporal e obterem as famílias e os indivíduos as condições temporais de uma vida digna, honesta, virtuosa e próspera.
- 4) Afirmamos o Município como base política do Estado Imperial.
- 5) Afirmamos a Família monogâmica e indissolúvel como célula primária da Nação Brasileira e uma das fontes da representação nacional.
- 6) Afirmamos a organização social baseada na Família e nos Grupos Profissionais e Culturais (PRODUÇÃO NACIONAL) e não no indivíduo e nos grupos artificiais individualistas (partidos).
- 7) Afirmamos como base da Produção o grupo econômico, baseando-se no Capital, Técnica e Operariado, contra a exploração capitalista.
- 8) Afirmamos inviolavelmente a PROPRIEDADE PRIVADA somente limitada pelo interesse público, e garantia contra a escravidão da Nação e da Pessoa ao Estado socialista da direita ou da esquerda.
- 9) Afirmamos a necessidade da concentração política e descentralização administrativa: o governo, ao Imperador e seus auxiliares; a administração, ao Povo.
- 10) Afirmamos o Imperador (cabeça da Família Dinástica) como chefe supremo da Nação Brasileira (conjunto das Famílias Brasileiras) e da Produção Nacional.
- 11) Afirmamos a solidariedade familiar político-moral das Nações Brasileira e Portuguesa, o espírito de restauração da Cristandade e a fraternidade humana e cristã de todas as Nações do mundo.





CAPÍTULO III
ANÁLISE ECONÔMICA



JUSTIFICAÇÃO HISTÓRICA



84. Já conheceu o Brasil os seus bons tempos, a sua época de abastança e de fartura. A história da nossa colonização entusiasma.

“Um estudo imparcial que se faça desse período (Colonial) não pode, sem injustiça, deixar de reconhecer os extraordinários serviços prestados por D. João VI e seus ministros à nossa formação econômica unitária e a sua contribuição à própria independência do país.

“A administração portuguesa organizou a superestrutura de um país soberano, criou internamente o prestígio do poder central e tornou o Brasil muito mais conhecido no exterior.

“Os gastos demasiados que, por ventura, tenha feito, em sua maior parte visando o bem do país, desaparecem ante custo de uma guerra de independência e os perigos de desmembramento que nos ameaçariam...

“A História Econômica, que é objetiva e possui escalas – TEM QUE FAZER JUSTIÇA À ATUAÇÃO DE PORTUGAL E DE SEUS GOVERNANTES NO QUE CONCERNE À FORMAÇÃO BRASILEIRA.

“Os grandes problemas que ainda hoje desafiam a argúcia de nossos estadistas, foram abordados pelas suas administrações. Faça-se a transposição dos tempos, computem-se os elementos de ação de uma e outra época, os recursos de capitais e de homens – e nada resultará desairoso aos dirigentes lusitanos” (Roberto C. Simonsen, “História Econômica do Brasil”).

E o mesmo ilustre economista cita estes tópicos de Euclides da Cunha: “Um estudo pormenorizado revelaria o excepcional descortino

dessa administração onímoda. Nada lhe escapou ao influxo: as questões mais altas e os casos mais ao parecer despiciendo revezam-se aclarando todos os aspectos do existir da nacionalidade nascente, onde tudo estava por fazer. Os atos administrativos vão, de terra das medidas mais simples às resoluções mais complexas.... Analisando mais intimamente essa administração surpreendente, ver-se-ia que aquela figura histórica tão deselegante e vulgar, de D. João VI, *lançou todos os fundamentos essenciais do nosso destino...* Pelos mais diversos pontos do país irradiava a influência governamental COM UMA INTENSIDADE QUE NUNCA MAIS SE DESENVOLVEU EM TODA A NOSSA EXISTÊNCIA POLÍTICA-ADMINISTRATIVA” (“Da independência à república”).

E remata Simonsen: “Estudemos, pois, a História de Portugal, que aí estão as raízes mais profundas da nossa formação, e honremo-la com o justo conceito de que pelo seu estudo é que devemos iniciar o da nossa História”.

85. Sim. Não veio da colonização, nem de Portugal a nossa decadência, ao contrário do que rosnam por aí muitos plumitivos ignorantes.

Já conhecemos a abastança e a fartura. Houve cidades brasileiras em que o luxo chegou a ser superior ao da metrópole. Nunca se pôde citar um período em que o povo sentisse falta dos artigos essenciais à vida, assim como também nunca se falava em crise real ou seja em aperturas provocadas pelos preços exorbitantes. Em alguns lugares, e o Maranhão foi o mais notório, apareceu queixume popular contra o câmbio negro, contra o estanco. Mas explica-se. Tudo aquilo não passava de mau funcionamento da companhia de comércio. Não havia falta de artigos de consumo nem os preços eram realmente exorbitantes.

A produção brasileira sempre encontrou mercado certo. Não apodreceu nem se estrangou por falta de comprador. Os negociantes do reino tinham recursos financeiros para comprar tudo, e tudo encaminhavam corretamente para o consumo, fosse através da vasta frota distribuidora direta, fosse armazenado nos entrepostos flamengos ou noutros. Foram exatamente correlatos a produção e o consumo, e equilibradas as finanças.

86. Aclimatamos plantas exóticas como o trigo, a vinha, a cana-de-açúcar, o café e muitas frutas hoje populares, fazendo-nos potência econômica soberana em algumas delas; projetamos a alto plano alguns espécimes nativos, como a mandioca, o milho, o cacau e a borracha; desenvolvemos a pecuária com os rebanhos vindos da metrópole, etc., etc.

A época imperial foi continuação do bom sistema econômico do Brasil. separamo-nos do Reino Unido levantando o grosso empréstimo de mais de 2.000.000 de esterlinos para, já nas alturas de 1831, apesar da guerra Cisplatina, termos o país perfeitamente equilibrado perante todas as nações do mundo. A época regencial, a tal *experiência republicana*. Espalhou anarquia por todo o país e causou enorme descalabro econômico. As revoluções matavam a produção. Todavia, o primeiro Império deixara reservas para arcar com os desvarios da “república” regencial. O 2.º Império foi aquilo que maravilha ao mais renitente negador das virtudes monárquicas de governo. Os estrangeiros ilustres que nos visitaram foram forçados a confessar a vida farta que se gozava no Brasil. criou-se uma literatura laudatória, reflexo natural da magnificência brasileira. Ao lado dessas referências das pessoas ilustres, ao lado da literatura idílica, os dados estatísticos e a posição estável, porque exarada em fatos, asseguravam ao Brasil a sua colocação no pináculo da felicidade terrena e das finanças mais sólidas e seguras.

* * *

87. Em 15 de novembro de 1889, era o Brasil “o grande país” que a instalação da república pelo exército (?), sem concurso das forças armadas da Produção, da Cultura, da consciência nacionais, sem consulta à Nação, fez entrar em eclipse.

Frequentemente se afirma que o Brasil sempre foi e é um país de analfabetos. Convenhamos em que a obra satânica do Marquês de Pombal, tão celebrado por espíritos pretensamente e progressistas, foi um grande mal expulsando os jesuítas, os mais preparados e devotos mestres... e criando escolas régias por vezes apenas em decretos. Todavia o Império não

descurou a instrução e a educação. Ressalta logo que o Brasil tem sido um país agrícola. Ora, as unidades agrícolas não necessitam tanto do alfabetismo, da instrução livresca (sem desprezo das letras), condição “sine qua non” para os países industrializados ou de vastas aglomerações humanas. Acresce notar que o Brasil sempre foi terra de população rarefeita. Toda e qualquer estatísticas que se queira levantar com referência aos tempos antigos é necessariamente falha. Acerca da época imperial e colonial em seu estado de cultura, só temos que fazer observação pelo resultado de conjunto. Tivemos grandes homens nesse passado, sábios, artistas, até de nomeada internacional. Ninguém pode contestar que no Império houve um escol que se tornou famoso a exornar o poder público. Pode alguém negar as obras da ciência e arte, e até mecânicas, que pelo país ficaram a falar por si da era alevantada de progresso em que foram feitas?

Um simples relance pela história universal mostra-nos que a instrução anda de par com a vida econômica de alto nível. Sempre foi verdade que o pobre não pode estudar, a não ser por exceção; e que ao rico sobram meios para isso. Na própria história do Brasil se encontram os homens que estudaram saindo dos engenhos de açúcar, das minas de ouro, dos cafezais do Rio de Janeiro e de S. Paulo.

88. Na era imperial havia instrução em alto grau, mas a ela se sobrepunha a educação. São colunas veneradas de finíssima educação os nossos heróis do passado em ciências e artes. Nas “Instituições Políticas Brasileira”, diz Oliveira Viana, com a sua autoridade inegável de sociólogo profundo, acerca da “elite” imperial: “Com este poder seletivo e o privilégio carismático da investidura, ele (D. Pedro II) preparou esta elite do II Império, tão admirável na sua formação moral, no seu sentimento cívico, no seu sentimento de honra, no seu pundonor de probidade e de fidelidade pessoal. Nós – moços que viemos com a república – ainda tivemos a glória de cruzar por estes grandes homens pelas ruas da nossa metrópole, sobrevivendo da catástrofe, em que se derruiu a Monarquia. Todos eles exemplares edificantes, todos eles magníficos pela grandeza moral e pela bravura cívica. No meio do arrivismo dos ‘homens novos’, que surgiram

com a república, estes ‘carismáticos’ nos davam a impressão de que eram homens de outra raça – ‘homens de outra família’, para empregar uma expressão de Ribot sobre Spencer”.

89. Contra aquela era de esplendor surgiu a república, regime que, se realmente elevou o índice dos alfabetizados, deseducou os homens. E aí está a multidão dos que sabem ler as letras sujas do crime e do vício e dos que contam com a instrução superior para usá-la diabolicamente, cerebrinamente, inteligentemente na falsificação das coisas, no roubo consciencioso e na malícia cristalizada do alto comércio, da indústria e das finanças. Os bons em nossos dias são exceções, como bem demonstra Oliveira Vianna na obra supracitada: “O regime republicano – com a pequena periodicidade dos mandatos e a rápida sucessão dos homens no governo – não favorece, e mesmo dificulta, a seleção dos ‘homens de 1.000’. Os homens, que hoje existem aqui deste tipo, têm uma carreira precária e curta. Não formam uma classe – como no Império. São homens isolados, individualidades à parte no meio político – espécie de ‘desajustados’ superiores, tomados de misticismo regenerador, eternos descontentes, sujeitos a crises da misantropia política e súbitos afastamentos radicais da vida pública”.

* * *

“Mede-se a riqueza de uma nação pela indústria, principalmente em sua tríplice manifestação, agrícola, manufatureira e comercial.

“O Império teve as lutas de independência e as comoções internas anteriores e posteriores à revolução de 1831, inclusive a dos dez anos no Rio Grande do Sul; teve a sustentação da guerra da Cisplatina e das que empreendeu contra a tirania de Rosas e Lopes; teve as perturbações econômicas resultantes da cessação do tráfico de africanos, e repressão do seu contrabando, da liberdade dos nascituros do ventre de mulher escrava e da emancipação imediata e sem indenização de toda a escravaria; teve, finalmente, as despesas extraordinárias do ajuste de contas com Portugal, da seca do Ceará e outras que custaram muitas dezenas de milhar de contos de réis; sem embargo desses fatos enervantes das forças produtivas do

país, o ilustrado Sr. Clark, que se ocupou muitos anos do Brasil, estudando com interesse os seus negócios, em correspondência de Londres para o *Jornal do Comércio*, por este publicada a 18 de setembro de 1872, notando que nos nove primeiros meses do mesmo ano a nossa exportação para a Inglaterra, na importância de £7,141,094, já excedia em mais do dobro o que dali importamos, dava-nos em *imensa prosperidade*.

“Dezessete anos depois, e seis meses antes do acontecimento de 15 de novembro, a fala do trono de 3 de maio de 1889 dizia:

“– ‘As rendas públicas continuaram a crescer o ano passado, além das previsões do orçamento e o mesmo se dá no exercício corrente.

“O desenvolvimento do comércio e das indústrias vai atraindo capitais estrangeiros, em moeda metálica, que circula com diferença para menos em relação ao papel do Estado, agora acima do valor do nosso padrão monetário.

“O Tesouro Nacional, livre da avultada dívida flutuante, que veio de anteriores exercícios, tem disposto de meios mais que suficientes para as despesas internas, sem necessidade de recorrer a expedientes...

“...Em tais circunstâncias muito se recomendam ao vosso patriotismo instituições de crédito, que prestem recursos à maior atividade industrial...

“Em virtude da emancipação servil, que decretastes na sessão transata, vai prosseguindo regularmente a substituição do trabalho... do qual provirá a regeneração e o aumento das indústrias.

“O governo tem auxiliado, com os meios que lhe concedestes, esse movimento de transformação econômica e social.

“Assim é que tem posto solícitos os altos poderes do Estado em auxiliar a agricultura e outras indústrias favorecendo a corrente imigratória, já avolumada e em grande parte espontânea...

“Para fortalecer a imigração e aumentar o trabalho agrícola, importa que seja convertida em lei, como julgar a vossa sabedoria, a proposta para o fim de regularizar a propriedade territorial e facilitar a aquisição e cultura das terras devolutas...’ –

“Vejam agora o que nos diz o governo *dez anos depois de proclamada a república*. O relatório do ministério da fazenda de 1898, confessando que ‘o antigo regime deixou um ativo importante representado no patrimônio moral e material da nação’ diz:

“– ‘As frequentes agitações, devidas a exaltação de diversas ordens, a paixões violentas e a manobras e expedientes partidários, que ultrapassam os mais extremos limites, abatendo o crédito público, desviando a administração da senda normal, impedindo ou demorando a ação de providência necessárias, perturbando todas as relações e banindo a calma e tranquilidade indispensáveis à manutenção da confiança e à estabilidade do trabalho;

“A permanência e agravação de uma circulação irregular e viciosa, para cujo melhoramento não se conseguira aparelhar os necessários elementos;

“A pressão de grande embaraços e deficiências onerando e atrofiando o comércio, a agricultura e a indústria nascente...

“Os graves defeitos do nosso regime tributário...

“A negação do capital para estabelecer-se no país, predominando antes a tendência emigratória;

“As contínuas remessas para o exterior das rendas dos capitais e dos operários estabelecidos no país;

“Os efeitos gravosos da liquidação de enormes despesas, o peso de sérios compromissos e encargos, constituindo responsabilidades indeclináveis;

“Todo o período anterior de inovações e ensaios, lutas e revoltas, com o seu cortejo de ódios, intolerâncias, represálias e desconfianças;

“O *déficit* orçamentário surgindo das verbas insuficientes, dos créditos extraordinário, das diferenças de câmbio;

“As questões irritantes, apaixonadas, melindrosíssimas, afetando as relações internacionais, comovendo e abalando a opinião;

“A conseqüente excepcional alta do ágio do ouro, causa geradora de males incalculáveis, absorvente do erário público e da fortuna particular, cuja ação perniciosa se nutre e engrandece à medida dos recursos que consome, sempre insaciável;

“A INDISCIPLINA SOCIAL, A INCOMPREENSÃO DO DEVER CÍVICO, A DESORIENTAÇÃO, dispersando forças, abrindo conflitos, impossibilitando a coesão e a convergência indispensáveis para superar dificuldades, que não vencem forças isoladas, as mais prodigiosas, porque requerem esforço coletivo e geral;

“AS ESPECULAÇÕES de caráter aleatório, O ESPÍRITO DE AGIO-TAGEM exercida de preferência sobre fundos públicos e afetando desfavoravelmente o crédito do país pelo emprego dos mais ignóbeis manejos;

“A PARALIZAÇÃO DOS NEGÓCIOS, A RETRAÇÃO DO CRÉDITO E DO NUMERÁRIO E A ESCASSEZ DE RECURSOS;

“A liquidação de imensas empresas desastrosas, de negócios e transações malparadas, resultante do anterior período de AVENTURAS E ESPECULAÇÕES;

“Todos estes elementos, associando a sua ação, compuseram O ESTADO FINANCEIRO DO PAÍS DURANTE OS ÚLTIMOS ANOS (isto é, desde a proclamação da república...), CONSTITUINDO UMA CRISE PERMANENTE. Daí a posição aflitiva, em que se acham, não só o governo, mas também a agricultura, o comércio, a indústria, as empresas em formação ou já funcionando’.

“Esta exposição parece menos o resultado da observação calma dos fatos e mais o de uma alucinação hipnagógica... O nosso ministro da Fazenda... se esqueceu a sábia regra de governo – *magna res est tacere* – teve o mérito da franqueza, e no fundo, disse a verdade.

“E a verdade é esta:

– Em 1872 ia o país *em imensa prosperidade*.

– Em 1889 estava *com o comércio e as indústrias desenvolvidas, atraindo capitais estrangeiros em moeda metálica, que circulava com diferença para menos em relação ao papel do Estado, acima do valor do nosso padrão monetário, e já pedindo instituições de crédito para operar a sua conversão e oferecer recursos à coletividade industrial*.

“– Em 1898 achava-se *em uma crise permanente, e em posição aflitiva, angustiada, não só o governo, mas também a agricultura, o comércio, a indústria, as empresas em formação ou já funcionando.*

“E o atual presidente da República, na mensagem que dirigiu ao Congresso em sua abertura, declara, que *grande parte da fortuna particular e pública está destruída e o país CADA VEZ MAIS EMPOBRECE.*

“E certo é que a decadência se manifesta desde a base até o vértice da pirâmide social”.

São essas as palavras que lemos de Ângelo do Amaral, em “Riqueza Pública”, no I vol. Da “DÉCADA REPUBLICANA”, Rio, 1902.

Já dão pálida ideia da calamidade da proclamação da república antinacional que cortou os altos destinos do Brasil.

90. Alinhemos, porém, alguns dados mais, para apresentar os contrastes com que se apresentam os dois regimes, o Monárquico e o republicano, perante a história:

1) Em 1889 o Brasil tinha 13.000.000 de habitantes, exportou 5.585.543 sacas de café, recebendo por ela 18.974.736 libras-ouro.

Em 1937, sendo a população de 40.000.000 de habitantes, exportou o Brasil 12.122.809 sacas de café e recebeu por elas 17.886.647 libras-ouro.

2) Em 1895 a situação financeira apresentava o seguinte: imposto três vezes maiores que os do Império. Somavam pouco mais de 200.000 contos. A despesa pública nesses seis primeiros anos da república somava (média anual) 300.000 contos. Portanto, 100.000 contos acima da receita, ou seja, 600.000 contos de déficits acumulados. A esse total devemos juntar mais de 400.000 contos de despesa confessada. Total: 1.000.000 de contos de dívida interna acumulada, em 1895!

3) Em “Caxias” de Afonso de Carvalho, encontramos estes dados sobre a guerra dos Farrapos:

“O sacrifício de vidas subira a mais de 3.000 identificados no campo de batalha. Os fastos haviam atingido mais de 30.000 contos, o que

representa quantia exorbitante, atendendo-se a que a renda do Brasil no quinquênio de 1849-1855 foi de 14.000 contos.

“A província que no exercício financeiro de 1834-1835 havia arrecadado 1.209:607\$000, nada arrecadou nos dois anos seguintes e em 1837-1839 apenas conseguiu 369:266\$000!

“Perderam-se 80.000 cavalos. Desbaratou-se uma fortuna pública de mais de 100 milhões de cruzados. Durante dez anos tinham-se estancado as fontes produtivas da Província!”

Apesar de tudo isto, sete anos após o Brasil ia à guerra contra Oribe e Rosas. Nela notáveis cabos de guerra dos Farrapos defenderam o Brasil e o Rio Grande do Sul já se apresentava refeito, como todo o Brasil. Seria o caso de, *mutatis mutandis*, comparar essa rápida recuperação com o que sucedeu e vem sucedendo neste merencório após II Guerra Mundial...

4) No século XVII, só a capitania de São Vicente podia concorrer efetiva e permanentemente com 13.000 homens aguerridos (10% da população que era de 130.000 habitantes) para a defesa e expansão do Brasil.

Na última guerra, com que dificuldades enviamos os “poucos” militares para a Europa em confronto com a população superior a 40.000.000 de habitantes. E, na I Guerra Mundial, fizemos muito “fita” e não pudemos mandar ninguém, apesar dos compromissos... de beligerante.

5) Contra Rosas e Oribe num instante movimentamos 20.000 homens.

Na última guerra, quanto não custou a preparação da FEB?

6) A nossa Marinha foi uma das primeiras do mundo no tempo do Império.

Estávamos à altura das nossas responsabilidades e comandávamos o Atlântico Sul, como dignos herdeiros das glórias lusitanas no Mar. Tínhamos em 1889 15.000.000 de habitantes.

E agora? Entretanto, somos 50 milhões de brasileiros.

7) no Império, o Araguaia e o Tocantins eram navegados regularmente.

E agora? Estão quase que a redescobri-los.

8) As nossas ferrovias aumentavam de 200% decenalmente no tempo do Império.

Se se mantivesse a proporção, teríamos hoje mais de 300.000 kms. ferroviários. Ainda não chegamos a 40.000.

9) A estrada de ferro de Dom Pedro II (atual Central do Brasil) tinha em 15. 11. 1889 cinco mil funcionários.

Em 1891 já tinha 20.000 funcionários. E como “funcionava” (!)?

10) Lê-se isto em Simonsen (op. cit., 2.º vol.):

“A *Fábrica Patriótica* de Congonhas, dirigida pelo Barão de Eschwege, produziu, entre 1813 e 1820, mais de 8.000 arrobas de ferro e funcionou com lucros para seus acionistas.

“O exemplo dessa fábrica fez com que aumentasse de muito o número das forjas em Minas. O malho mecânico e a trompa solviam todos os problemas com que até então tinha lutado os metalúrgicos indígenas, e quem podia construir aquele aparelho de compressão de ar, logo estabelecia uma tenda e forjava ferro’ (citando Calógeras).”

Mas já dissera o mesmo autor que “entre 1815 e 1821, foram fabricados em Ipanema: Ferro em barra... 16.085 arrobas. Fonte em lingotes... 18.087 arrobas, verificando-se nesses cinco anos um déficit total de 27:289\$172 contra um saldo apurado em 1820 e 1821”.

A república resolveu-lhe os problemas técnicos e econômicos da empresa ipanemense de um modo *sábio*: fechou-a em 1895... e continuamos sem resolução do problema siderúrgico, que o Império já pensava em resolver definitivamente (Cf. Santa-Anna Nery, “Le Brésil em 1889”).

11) Em 1889 funcionavam cinco estaleiros no Brasil: no Pará, Pernambuco, Bahia, Mato Grosso e Rio. Falando deste, diz Alves Barbosa:

“Durante muito tempo só se construíam aí navios de madeira. De há tempos para cá, porém, puseram-no em condições de construir navios de ferro e aço, e essa transformação rápida confere a maior honra à inteligência e aptidões profissionais do pessoal do arsenal. Em menos de dois anos, criaram-se novas oficinas para as construções metálicas, os operários adaptaram-se maravilhosamente a essa evolução e várias naus de ferro e aço puderam, desde então, ter início com bom-êxito. Neste momento, o arsenal constrói um cruzador de primeira classe, de aço, o *Almirante Tamandaré*, que terá 4.500 toneladas de deslocamento! (v. Santa-Anna Nery, op. cit.).

Assim, era o Brasil qualificado no 2.º lugar, depois da Inglaterra, na arte de construção naval (Segunda exposição de Londres, 1862); convidava-nos a Prússia a organizar a sua esquadra e o Brasil colocava-se à porfia no lugar de 3.ª e 2.ª potência naval do mundo.

12) “A Careta” em 27/9/50 publicou o seguinte: – “Em meados do século XIX o Brasil era nação rica e próspera. É fato que as cidades, mesmo a principal delas, o Rio de Janeiro, não passavam de grandes aldeias, cheias de becos, vielas e casas velhas onda a imundice imperava: em compensação, porém, existia abundância; havia o que comer; havia o que vender; havia o que exportar. O Brasil era dono, era senhor dos mercados mundiais do café e da borracha, concorrendo, além disso, vantajosamente, nos demais mercados de açúcar, cacau, madeira, pedras preciosas, óleos vegetais, trigo, etc. nossa agricultura crescia a olhos vistos e nossos rebanhos se proliferavam de ano para ano. Esta situação de opulência fazia-se sentir em nossa situação econômico-financeira: a libra esterlina era cotada abaixo do par! Pagava-se ágio pelas nossas letras de banco!”

E hoje?

13) O n.º 138 (1946) da “Ilustração Brasileira” conta-nos isto que para muitos será talvez novidade: – “Em 1768 a produção de trigo no Rio

Grande do Sul era invejável, e no primeiro decênio do século passado alguns países vizinhos importavam trigo brasileiro”.

E hoje?

14) Nos últimos anos do Império, contratou Dom Pedro II um técnico e sábio europeu para investigar petróleo no Maranhão.

A república enxotou esse técnico. Também a revolução antifrancesa de 89 não precisava de Lavoisier... E até agora o problema do petróleo é o que é e está no conhecimento de todos.

15) Em 1887, a “Comissão Central de Estatística” informava que *só São Paulo* exportava por cabeça (em valor): o dobro da França, o triplo dos Estados Unidos, o quádruplo da Argentina.

E agora?

* * *

91. Se louvamos e bendizemos o passado imperial, todavia não o fazemos de modo irrestrito. Tivemos falhas, tivemos defeitos, estávamos eivados de senões.

A Ação Imperial Patrianovista Brasileira (PÁTRIA NOVA) não pretende reeditar o Império de 1822, nem o Império parlamentarista de 1847; quer servindo-se da Nossa Tradição Monárquica Cristã Luso-Brasileira de tantos séculos, instaurar um regime de “MONARQUIA ORGÂNICA”, de base nacional corporativa e municipalista, muito superior ao Império liberal-democrático e parlamentarista. Lutamos por uma Pátria Nova, atualizada e não por uma pátria velha ou arcaica, cristalizada nas normas da revolução dita francesa já passada e caduca, hidrópica de demagogia e cabotinismo, de tantas experiências desastrosas e maléficas.

Deus nos livre e guarde de reeditarmos sem reservas um passado cujas chagas vamos considerar nos seguintes quadros “Brasil-Colônia de Banqueiros”, de Gustavo Barroso:

Empréstimos da Monarquia, em libras, até 1889.

Recebemos em 17 empréstimos (dinheiro líquido): £51.632.877, mas por essas libras passávamos a dever £62.760.932, porque em cada empréstimo se estipula um tipo e se fazem algumas despesas correndo como obrigações para quem recebe o empréstimo. A quantia a pagar somando-se o capital, os juros e as despesas: £152.111.251.

Empréstimos da 1.^a república, em libras, de 1893 a 1927:

Recebemos em 14 de empréstimos (dinheiro líquido): £93.816.367, mas o capital devido foi de £103.015.717. A quantia que devemos pagar (capital, juros, despesas): £305.760.708.

Empréstimos da 1.^a república, em francos:

Em 5 empréstimos recebemos (líquido): frs.325.000.000, os quais rendem frs.709.000.000, de juros. Finalmente devemos pagar (capital, juros e despesas): frsl.034.400.000.

Empréstimos da 1.^a república em dólares:

Recebemos em 4 empréstimos (líquido): US\$ 139.887.500. Os juros ficam em US\$ 330.425.000 e finalmente temos de pagar (capital, juros e despesas): US\$ 506.925.000.

1) Durante a 1.^a república, as províncias (“estados”) podiam negociar empréstimos no exterior e assim 9 delas tomaram emprestadas £36.590.000, pelas quais devem pagar £95.550.000

2) Durante a 1.^a república, 7 províncias tomaram empréstimos em dólares num total de US\$ 180.110.000, pelos quais têm de pagar US\$ 509.301.000.

3) Durante a 1.^a república, 7 províncias levantaram empréstimos em francos num total de frs.441.163.465, devendo pagar frsl.642.903.662.

4) Também os Municípios na 1.^a república podiam recorrer às arcas bancárias internacionais. E assim 10 municípios levantaram £23.449.000 para pagar £62.616.900.

5) Diversos municípios tomaram US\$ 57.905.000 para pagar 219.313.000 de dólares.

6) Um município levantou u empréstimo de frs.65.000.000 devendo pagar frsl.96.250.000.

7) Totais dos empréstimos (Monarquia e República), obedecendo às seguintes bases: Libra, 40\$000; dólar, 8\$000 e franco, \$600.

Quantia tomada

Brasil..... 7.940.125:600\$000
“Estados”..... 3.169.178:079\$000
Municípios..... 1.439.600:000\$000
Total..... 12.557.903:679\$000

Custo total a pagar

Brasil..... 23.530.922:360\$000
“Estados”..... 8.962.150:197\$200
Municípios..... 4.367.930:000\$000
Total..... 36.861.002:557\$200

8) Os empréstimos acima citados deviam ser garantidos. Daí as respectivas hipotecas negociadas, de modo que quase tudo no Brasil tem estado sob hipoteca:

Pela União	Imposto sobre a renda. Idem sobre o consumo. Idem das duplicatas comerciais. Idem das contas assinadas. Idem de importação. Rendas das alfândegas.
------------	---

Por Alagoas: Impostos de exportação.

Pelo Amazonas: Todas as rendas “estaduais”.

Pela Bahia	Imposto sobre o tabaco, o cacau, o café. Rendas ferroviárias. Imposto de transmissão de propriedades. Idem de indústrias e profissões. Idem territorial.
------------	--

Pelo Espírito Santo: Impostos de exportação.

Pelo Maranhão: Serviço de água, luz e bondes.

Pela Ceará	Imposto de exportação. Idem de indústrias e profissões. Taxas d'água e esgotos.
Por Minas Gerais	Rendas de todos os Municípios. Serviços de luz e bondes da capital. Imposto territorial, 1. ^a e 2. ^a hipotecas. Idem de transmissão de propriedades, 1. ^a e 2. ^a hipotecas. Imposto sobre o café
Pelo Pará	Imposto de exportação, 1. ^a e 2. ^a hipotecas. Idem sobre o álcool. Idem sobre o fumo.
Pela Paraná	Imposto de exportação, 1. ^a e 2. ^a hipotecas. Idem de indústrias e profissões.

Pelo Rio Grande do Norte	Imposto de exportação. Idem do sal. Taxa de esgotos e navegação.
Pelo Rio Grande do Sul	Imposto de transmissão e propriedades, herança e legados, 1. ^a e 2. ^a hipotecas. Renda líquida do porto da capital. Impostos de consumo e transportes, 1. ^a e 2. ^a hipotecas.
Pelo “estado” do Rio de Janeiro	Imposto de exportação, 1. ^a e 2. ^a hipotecas. Imposto do açúcar. Idem de propriedades da capital. Idem de transmissão de propriedades. Idem do selo. Idem do café. Idem de indústrias e profissões.

Por Santa Catarina: Todos os impostos “estaduais”.

Por São Paulo	Rendas da E. F. Sorocabana e Ituana, 1. ^a e 2. ^a hipotecas. Rendas das outras E. F. do “estado”. Imposto de exportação do café. Taxas de águas e esgotos. Impostos de transmissão de propriedades, 1. ^a e 2. ^a hipotecas. Taxas sobre sacas de café.
---------------	---

Pelo Município do Salvador (Bahia)	Taxas de águas e esgotos. Taxas de mercados. Décimas municipais. Imposto de indústrias e profissões.
Pelo Belém do Pará	Imposto prediais e de licenças, 1. ^a e 2. ^a hipotecas. Demais receitas municipais. Imposto de dragagem do porto.
Pela Cidade do Rio de Janeiro	Imposto predial, 1. ^a e 2. ^a hipotecas. Idem de transmissão de propriedades. Idem de veículos. Idem de gados. Idem sanitários. Idem dos matadouros. Terrenos do morro do Castelo.

Pelo do Recife: Taxas dos mercados.

Pelo de Porto Alegre: Imposto predial.

Pelo de Santos: Receita ordinária.

Pelo de Niterói: Vinte impostos municipais.

Pelo do Município de São Paulo	Imposto de transportes. Idem de licenças de publicidade. Emolumentos municipais. Impostos sanitários. Idem de veículos. Várias outras receitas do Município.
--------------------------------	---

9) Da 2.^a república e do Estado-Novo não nos constam empréstimos.

10) Da 3.^a república (a atual) ficamos estarecidos com o telegrama vindo de Washington e publicado pelos jornais em 27/5/50, informando que o Banco de Exportação e Importação já concedeu empréstimo ao Brasil num total de 287.502.000 dólares. Jornais posteriores noticiam novo empréstimo pelo mesmo Banco a uma Companhia para montar fábrica de cimento na Bahia. Ficamos estarecidos porque esses negócios são tão importantes e não caem na publicidade, apesar de tanta democracia.... Em que condições têm sido negociados tais empréstimos. Não sabemos.

* * *

92. Do passado somente nos interessa o aspecto positivo, QUE É ALIÁS IMENSO, e honra a nós e aos nossos Antepassados. É o nosso Patrimônio, que não havemos de desprezar. Por terem-no desprezado uns pouquíssimos, é que sofremos do atual regime espúrio.

Não nos interessam erros pretéritos, nem erros presentes.

Pátria Nova é o que queremos.

Não pretendemos solucionar o problema brasileiro com empréstimos que são ilusões, mas com CRIAÇÃO DE RIQUEZAS por iniciativa própria, pelo trabalho próprio, pelo aproveitamento das nossas imensas opulências latentes.

O Patrianovismo luta por um Brasil rico e soberano, por um povo farto, sadio e satisfeito.

O Patrianovismo há de promover o uso das riquezas que Deus disseminou por todos os novos recantos.

Isso, consegui-lo-á elevando o moral e a moral da nossa Gente sob o comando do Imperador, Chefe tradicional, responsável e contínuo.



SITUAÇÃO FINANCEIRA ATUAL



93. Há na apreciação honesta deste magno problema nacional duas correntes: otimista e pessimista.

Quem quiser ter o árduo trabalho de analisar o nosso estado financeiro terá que se presumir de longa paciência, porque parece haver da parte do governo um desejo de espalhar confusão estatística, para desanimar qualquer observador financista desejoso de verificar a real situação financeira do Brasil. Chegou-se ao cúmulo de afirmar como de boa escola financeira a necessidade de uma política deficitária. Inflação, deflação, custo de vida, índice de vida, financiamento da produção, Plano SALTE são termos que se empregam sem se avaliar devidamente o seu significado.

Fica, porém, oculta a verdade por uma série de números astronômicos manejados cabalisticamente por certos indivíduos que passam do otimismo exagerado ao mais negro pessimismo, sem maiores explicações.

A opinião pública, base da democracia no dizer de todos, não está nem deve ser convenientemente esclarecida sobre esse capital assunto. Muito pelo contrário, é ela confundida até a ceticismo e a descrença.

As campanhas eleitorais, aliadas à coragem de alguns homens públicos, levam, por vezes, ao cidadão brasileiro, chamado contribuinte, certas verdades que revoltam, quando não justificam boatos capazes de estarrecer ainda mesmo um neófito em finanças.

Não existe no Brasil a verdade em finanças, pelo simples fato de ser a nossa opinião pública ludibriada pelos nossos governantes.

94. Analisemos, apesar de tudo, a nossa situação financeira atual.

Manteve o governo da república o alto nível financeiro deixado pelo Império? Não, é a resposta da taxa cambial, pois de 27 e $\frac{3}{4}$ em 15.XI.1889 baixamos a 6 oficialmente, e a menos no câmbio livre.

É necessário que o brasileiro saiba a verdade sobre a taxa de câmbio. É esta seguro controle de uma situação financeira sólida, onde são computados vários fatores, tais como: honestidade dos homens de governo, estabilidade dos orçamentos, economia dos gastos supérfluos, boa direção dos financiamentos estimuladores da produção, inteligente manejo do comércio internacional, perfeita planificação política da administração governamental e muitos outros. Cumpre, antes de tudo, haver um pensamento econômico, uma POLÍTICA ECONÔMICA, decorrente da própria filosofia do Estado.

Ora, todo o mundo sabe do nosso desleixo em assunto de capital importância, pois as embaixadas e representações estrangeiras em nosso país mandam relatórios explícitos a seus governos que os transmitem aos bancos e demais organizações econômicas. O resultado dessa operação, silenciosa para o brasileiro, é, como se vê, uma situação de descrédito internacional evidenciada pela cotação da nossa moeda em mercado de câmbio livre. Às flutuações acusadas pelas estatísticas decenais, não se dá a mínima importância; delas somente nos apercebemos ao constarmos com espanto ser a nossa moeda inferior ao peso argentino e uruguaio ou ao escudo português, hoje moeda forte mundial.

Diante disso cresce em nós o fantasma do pessimismo, pensamos em recolonização do nosso país pelo capitalismo estrangeiro, e, para maior vergonha nossa, assalta-nos o disparate de renegarmos a nossa origem histórica e malsinarmos o velho Portugal que nestes últimos anos, pondo freio à patuscada republicana-democrática, nos está ensinando como se trata das finanças nacionais sem pedir conselho a estrangeiro nenhum.

95. Vem desde 89 num crescendo assustador o regime deficitário da república, malbaratando as nossas finanças, como já se viu na parte anterior deste capítulo.

Atualmente, porém, de tal forma se avoluma o déficit orçamentário, que não esperamos senão bancarrota total do nosso crédito. Cochinchos, revelações confidenciais, demonstram esta verdade.

Vejamos apenas uma pequena soma de déficits orçamentários a agravar a já insuportável pressão da inflação dos impostos federais, “estaduais”, municipais e sindicais.

Déficit confessado pelo próprio Presidente: 6 bilhões de cruzeiros.

Idem existente pelos desvios dos fundos dos institutos de aposentadorias: 5 bilhões de cruzeiros.

Temos aí um total de mais de 11 bilhões na melhor das hipóteses a enfraquecer a gestão financeira da república. Fala-se ainda em agravar isso com as despesas do Plano SALTE, na proporção de 5 bilhões por ano. De Washington nos vem a notícia no valor global de US\$ 287.502.000 ou Cr\$ 5.750.040.000,00 e mais US\$ 75.000.000 ou Cr\$ 1.500.000.000,00 de créditos concedidos pelo mesmo Banco.

Alega-se que estes empréstimos são uma garantia do nosso crédito; ocultam-se, todavia, as condições em que foram abertos. O governo anterior era mais explícito, apesar de nunca explicar ao Brasil o célebre convênio de Washington, nem o porquê da não efetivação do plano Taub que, na pior das hipóteses, teria elevado a nossa produção a nível nunca sonhado.

96. Uma coisa é positiva: o eleitorado brasileiro se abstém de votar de forma assustadora para as instituições republicanas; cerca de 60% de eleitores abstiveram-se nas últimas eleições municipais.

Outro fato confirma a agravante anterior: cerca de 30% dos contribuintes sonégam os impostos, como é de domínio público.

Há ainda as declarações do sr. João Daudt de Oliveira que afirma ser de 50% a porcentagem dos impostos sobre a economia nacional quando o nível máximo deveria ser de 33%.

A própria imprensa não está bem informada porque alcunha de “tubarões” os comerciantes, sem avaliar as condições aflitivas do comércio publicadas nas duas importantes conferências de Teresópolis e Araxá.

97. Para terminar, tomamos a libertação de extrair, com a devida vênia, de jornal paulistano o artigo infra, que é, positivamente, revelador da catástrofe financeira anunciada por um deputado no Congresso Federal, há pouco tempo.

A “GUITARRA” DO MINISTRO

(JORNAL DE S. PAULO, 02. VI. 1950)

“Quando, na interinidade Linhares, entrou para o Banco do Brasil, o sr. Guilherme da Silveira fez profissão de fé antiemissionista, que manteve obstinadamente no início do governo legal, com a intenção malandra de valorizar-se junto do general Dutra, pois este se mostrou sempre contrário ao recurso a novos jatos de papel-moeda, embora como ministro da Guerra do Estado Novo, o que tanto vale dizer fiador do regime, jamais tenha dito uma palavra contra semelhante política monetária. Compreende-se. Em plena lua de mel do poder, depois do golpe de 29 de outubro, era preciso condenar tudo quanto fizera pela inflação.

“Agindo por essa forma, o sr. Guilherme da Silveira procurava reforçar a ação do sr. Pires do Rio, parente e amigo que lhe presenteou com a presidência do Banco do Brasil na interinidade Linhares. Como estamos lembrados, o sr. Pires do Rio, na pasta da Fazenda, pôs a boca no mundo, gritando que o Banco do Brasil estava quebrado, que a Nação estava falida, um Deus nos acuda. E desandou a vender barras de ouro, para provocar o afluxo de papel-moeda e reforçar a caixa do Banco; mas o resultado foi nulo.

“Não precisamos recapitular esses fatos em suas minúcias. Era flagrante a inconveniência da atitude estouvada do sr. Pires do Rio. Em primeiro lugar, um ministro da Fazenda, por pior que seja a situação do país, não deve proclamar naquele momento, se originava nas causas perfeitamente discerníveis, uma delas o término da guerra. Negócios de vulto, em curso quando as nações se empenhavam na luta, tinham sido cancelados, ou não puderam ser concluídos. Se o mundo começava a entrar numa fase de liquidações forçadas, nada mais natural que o contravapor se refletisse em nossa pátria.

“Mas, como íamos dizendo, o sr. Guilherme da Silveira, tendo amedrontado ainda mais o general Dutra, quando ao perigo das emissões posteriores, mostrou-se menos rígido ante as dificuldades irresistíveis do Tesouro Nacional, visto haver ‘torrado’ os saldos em dólares no Exterior, bem como os estoques de café do DNC e algodão, que lhe proporcionaram mais de dois milhões de contos. A situação se incumbiu, pois, de pôr água na fervura ‘ortodoxa’ do atual ministro da Fazenda, tanto mais quanto este, no início de sua gestão no Banco do Brasil, parecia atacado de uma euforia maluca, dizendo a todo mundo que ia haver uma quebra geral, baixaria o preço dos imóveis, fábricas e mais fábricas seriam fechadas. Assim, quem tivesse reservas em dinheiro de contato – e só ele no Banco do Brasil possuía em depósito, a juros de 6%, privilégio dos funcionários do referido Banco e não de diretores, cargo de confiança, mais de cem mil contos – compraria tudo na bacia das almas.

“Ora, a Nação reagiu valentemente, mostrando-se muito mais vigorosa do que suponha o sr. Guilherme da Silveira no seu alarmado derrotismo. E como atrás do tempo o tempo vem, o governo antiemissionista, na lua de mel, mostra-se agora francamente papalista, como acaba de averiguar o deputado Café Filho, em visita recente à Caixa de Amortização, onde colheu dados impressionantes a respeito da ‘guitarra’ do ministro da Fazenda. Nada menos de 10.773.000 notas foram emitidas em 1949, totalizando Cr\$ 2.980.000.000,00. Em cifras redondas, cerca de 3 bilhões de cruzeiros lançados à circulação.

“Logo, o governo que havia jurado e tresjurado jamais emitir um ceutil, acabou entregando os pontos. Juramento falso. Com a agravante de emitir clandestinamente, como afirmou o deputado Café Filho. A Carteira de Desconto do Banco do Brasil, quando falta ‘gaita’ em seus cofres, solicita-a ao ministro da Fazenda, o qual, por seu turno, pede à Caixa da Amortização que dê à manivela. Tudo fácil, expedito, miraculoso.

“O grave em tudo isso, como muito bem acentuou há tempos o sr. Horácio Lafer, é que tais emissões não fazem progredir a economia nacional. Há emissões que deflacionam e deflações que inflacionam, se-

gundo o conceito emitido pelo referido parlamentar. Há, portanto, emissões destinadas a movimentar a produção, portanto a enriquecer o país, e emissões ruins, para cobrir despesas improdutivas. São deste último tipo as emissões do sr. Guilherme da Silveira. Emite, em grande parte, para cobrir os gastos públicos, ao passo que a ditadura – vá de dizer toda a verdade – emitia para fomentar a produção. Garantiam as emissões o lastro representado pela compra de ouro em barra e amodado, e a própria riqueza resultante do incremento da lavoura e da indústria, incluindo-se também o giro regular e incessante nas relações de trocas internas a externas por meio do comércio.

“Tudo isso é claro como água; mas o ministro Guilherme da Silveira, que só entende de seus negócios particulares, não enxerga dois dedos diante do nariz quando se trata de raciocinar sobre os problemas coletivos”.

SITUAÇÃO ECONÔMICA ATUAL



98. A nossa situação econômica atual desanima qualquer esforço construtor econômico, desejoso de realizar empreendimento estáveis no Brasil. A inércia manifestada, tantas vezes, pelos poderes públicos da república, não favorece, antes contraria o desenvolvimento natural da nossa economia. São trivialidades entre nós as maiores disparidades econômicas. Desconhecem os poderes públicos as duas cartas econômicas brasileiras, de recente publicação, como recomendações das classes produtoras reunidas nas duas conferências: de Teresópolis e de Araxá.

Tem, pois, razão o sr. Alde Sampaio ao afirmar: “No Brasil a parcela que está realmente ajudando pouco e **ENTRAVANDO A VIDA NACIONAL** é a representada pelo poder público. Os auxílios que a ele competiam são deficientes e os **MALES CAUSADOS SÃO ENORMES** pelo excesso de despesa pública em fins não produtivos e com grandes desperdícios de trabalho” (Diário de S. Paulo, I. 8.48. Os grifos são nossos)

O decréscimo da produção agrícola e o desajustamento do homem do campo, fazendeiro ou pequeno agricultor, clamam por uma solução urgente. O abandono de lavouras e outras atividades agropecuárias, como carne e leite, não move os poderes públicos republicanos ao estudo destes problemas. Comissões de preço onde estão ausentes os interessados produtores, fracassarão, como fracassarão todas as outras entidades criadas pelo governo alheio à realidade. Curioso, entretanto, é que serviços públicos hoje “inventados” quase demagogicamente para dar em droga e desserviço público eram atividades normais das Câmaras Municipais dos “ominosos” tempos da Colônia.

99. A necessidade de um planejamento criou o plano SALTE que, para ser realizado, exige CONTINUIDADE ADMINISTRATIVA, inexistente e impossível na república. Apelos o presidente Dutra para o seu sucessor, qualquer que seja ele, no sentido de continuar... Acontece, porém, que a história de 60 anos do atual regime nos confirmou o fato sociológico de que NENHUM presidente *continua* a obra daquele a que segue imediatamente. Às vezes, reata a obra de governantes remotos.

Os nossos produtos naturais, tais como madeiras, óleos vegetais, fibras, minérios, aguardam capitais, técnica e comercialização, adequados à sua natural expansão no mercado mundial. Neste ponto estamos, seguramente, em situação inferior à desfrutada em pleno regime colonial.

O terror pânico do capital estrangeiro, hoje artigo de exploração da opinião pública, por certos manejos políticos inconfessáveis, forma uma cortina de ferro à organização de empresas industriais, em livre concorrência, sob controle moral e político, no bom sentido, do governo e da opinião pública em regime democrático. Somente este fato deslocou o Brasil para o quarto lugar na economia das Américas, vindo depois dos Estados Unidos, Canadá e Argentina. A demora na liberação dos bens dos súditos do antigo eixo, por parte dos poderes públicos, causou-nos prejuízos que talvez espantem quando forem devidamente conhecidos. Será uma das páginas turvas da história da república...

100. Não se coloca à altura da nossa conjuntura econômica atual o nosso meio bancário antiquado.

Os capitalistas procuram no mercado de altos juros, hipotecário p. ex., o emprego para seus capitais, deixando para estrangeiros otimistas e crentes em nossas possibilidades o grandioso mercado de empresas economicamente produtivas, tais como indústrias, cooperativas agrícolas e empresas de comércio.

Se “todos os povos devem buscar nas suas próprias forças as energias capazes de fazê-los progredir” (diz A. Carneiro Leão), uma autocolonização industrial do Brasil, tão boamente praticada pelos países acima citados, embora

não à maneira da executada pelo governo anticristão e materialista da URSS com desprezo a todos os direitos da pessoa humana – é sonho de noite estival para o nosso país, que dela é o mais necessitado. As cidades do nosso país com suas populações vegetativas no campo da produção, onde a miséria inconfessada impera à sombra dos casarões coloniais, constituem imenso e virgem mercado interno, para inteligente planificação econômica de industrialização, visando a empregos para milhões, com a sua conseqüente elevação de índice de vida e expansão de mercado interno de consumo, à semelhança dos Estados Unidos de nossos dias, nos quais há 65 milhões de empregados produzindo uma renda anual de mais de 200 bilhões de dólares para a Nação.

Poderão tais números retumbantes despertar a modorra nacional e governamental no Brasil? No entanto, como já antes dissemos, em meados do século 18 o Brasil exportava *três vezes mais* que as então colônias inglesas da América do Norte!...

101. Teresópolis e Araxá clama no deserto, embora tenha sido evidenciada a estreita aliança que existe naturalmente entre as classes produtoras da agricultura, indústria e comércio, classes que fazem o possível para enquadrar o Brasil nos seus verdadeiros destinos, sob as lições luminosas da encíclica “Rerum Novarum”, quer dizer sem luta de classes, nem explorações de proletários. Viu-se nessas conferências a máxima boa vontade para realizar o engrandecimento nacional, dentro de soluções modernas e de acordo com a liberdade de iniciativa, com reza o direito natural.

* * *

O Comércio bradou pela liberdade de iniciativa, protestando contra a pecha de “tubaronismo” a ele assacada pelos órgãos da imprensa, e demonstrou serem os seus produtos tributados em 50% do seu valor pelo governo, quando tal tributo é antieconômico ao passar da casa dos 38%. Num regime de asfixia das atividades particulares, não há lugar para fecundas iniciativas, nem para barateamento do custo de vida, sonho das classes menos favorecidas. O caminho assim é retilíneo para o socialismo com o seu corpo imenso de funcionários descontentes e sub-

mertos num pélogo de medo, espionagem e delação, como acontece na URSS, onde há 14 milhões de funcionários para uma população de 200 milhões de indivíduos de várias línguas e raças, conforme declarou a 4 de abril, perante o Conselho Supremo dos Comissários do Povo, o ministro das Finanças da União Soviética, Zvérev.

A Agricultura clamou por financiamento da produção, garantia de preços mínimos para a venda dos seus produtos, afim de poder sobreviver, diante da incerteza de mercados externos, com a agravante da intervenção de senadores ávidos de propaganda eleitoral, desejosos de passar a gilete nas honradas barbas dos nossos cafeicultores. Não pediram os nossos agricultores em crédito hipotecário e agrícola como existe nos Estados Unidos, Canadá e Argentina, porque isto lhes pareceu miragem inatingível em face do primarismo institucional reinante.

A Indústria, finalmente, implorou maiores liberdades de iniciativa, fiscalização mais lógica, ingresso, para opinar ao menos, na elaboração dos tratados de comércio internacionais, feitos pelo Itamarati, às vezes desastradamente contra os interesses da Produção brasileira.

Deram as classes produtoras o exemplo de como seria um verdadeiro Congresso ORGÂNICO, à maneira das Cortes da nossa Tradição, onde todas as demais classes liberais, proletárias, militares, funcionais, tivessem liberdade de clamar pelos seus direitos!

Um são planejamento econômico para o mercado interno, uma política bem orientada para o mercado de exportação, em regime de liberdade e de sábio protecionismo (que nada tem de ver com o que por aí anda, nem com filhotismo ou compadrismo econômico), melhor e mais ampla a justiça social, segundo os princípios da “Rerum novarum”, “Quadragesimo anno” e outras encíclicas papais, são meios de que somente o Império Orgânico, preconizado por Pátria Nova, poderá usar em nossa Pátria.

* * *

103. Os nossos problemas de educação e saúde, evidenciados na plano SALTE, ambicioso demais para ser realizado integralmente, a contento de todos, em república, somente terão a devida solução numa economia sã, sabiamente tributada.

Na “Justificação histórica”, citamos o Ministro da Fazenda em 1898 e os seus inefáveis queixumes da situação a que se reduzira depois de quase dez anos o equilibrado Império de Pedro II. Podem continuar o pranto os outros sucessivos Ministros. A república com a sua inflação tributária para atender ao descalabro das contínuas inflações de cargos públicos, por força da sua política partidária congênita ao regime, não pode resolver o problema econômico nacional, apesar da boa vontade de alguns homens públicos nacionais. Aí, com efeito, está uma conjuntura em que o regime derrota irremediavelmente os homens e se pode, como sob outros aspectos, asseverar: O mal é o regime!

Orçamento deficitário, inflações antieconômicas, positivamente não são remédios para a nossa situação econômica atual, de cujo reflexo na saúde pública dão atestado os altos índices de mortalidade infantil e tuberculose, que como se sabe, são males derivados da insuficiência econômica. Ora, todos sabem a importância da economia não só na preservação da nossa vida física, senão também da vida psíquica, *humana* no sentido completo.

104. Esta situação, com veremos mais adiante no capítulo VI, pode ser modificada, bastando apenas alterar o absurdo da nossa atual situação fiscal, assim descrita no jornal “A Gazeta”:

“Não se conhecem ainda os algarismos estatísticos referentes ao ano de 1949. Mas os de 1948 – ontem estampados na *A Gazeta* – esclarecem de sobejo essa absurda situação fiscal. Nesse ano a União arrecadou 16 bilhões o 699 milhões de cruzeiros. Os Estados com o Distrito Federal totalizaram 11 bilhões e 188 milhões. E aos municípios do país inteiro penas couberam 2 bilhões e 794 milhões de cruzeiros. É espantoso esse desequilíbrio. Espantoso e revoltante, sobretudo no que concerne à União que não aplica praticamente coisa alguma em favor dos municípios, com levar deles tão vasto quinhão de rendas”

Diante de fatos como este, não é de estranhar que cerca de 80% dos contribuintes procurem sonegar os impostos, às vezes com perfeita aquiescência fiscal.

105. O artigo adiante transcrito *debita venia* do *Jornal de S. Paulo* de 18.V.50 (*Nós e a Argentina*) esclarece muito bem o nosso verdadeiro status-quo econômico.

“Tão flagrante é o contraste entre a posição do Brasil e da Argentina, perante o Estados Unidos, perante o resto do mundo, que não há como deixar em silêncio a humilhante disparidade.

“Qual o motivo da nossa inferioridade em face dos vizinhos portugueses? Que razões profundas levam os Estados Unidos, por exemplo, a dispensarem maiores atenções à República Argentina, apesar da hostilidade com que é tratada pelo seu governo, hostilidade jamais disfarçada, não raro concretizando-se em atos?

“O sr. Osvaldo Aranha frisou bem a situação quando disse que o Brasil é tratado pela América do Norte como esposa honesta e fiel, ao passo que a Argentina, é tratada como amante faceira e volúvel. A esposa honesta e fiel não dá maiores cuidados, ao passo que à amante coquete é preciso dispensar sempre os mais desvelados carinhos, para não perdê-la.

“Não disse, entretanto, o sr. Osvaldo Aranha, que tudo isso resulta da fraqueza econômica do Brasil, da provada incapacidade do governo para estimular nossas fontes de produção, da ausência completa de harmonia interna, para obtermos aqui certa unidade política, pois a unidade assegurada pela raça e pelo idioma não bastam a constituir o que se chama, com absoluta propriedade vocabular, uma nação. Ao estrangeiro não passa despercebida a situação caótica em que vivemos, como provam as confusas negociações para a escolha o candidato à Presidência da República, Há mais de dois anos que os negócios públicos foram relegados a segundo plano, porque o general Dutra e seus auxiliares graduados vivem numa estéril expectativa, empenhados na solução continuísta. A ninguém passou em branca nuvem a intenção da Copa e Cozinha, de arranjar meios e modos do general Dutra ver prorrogado seu mandato.

“Somos, pois, um país que entra em crise quando chega a hora de escolher quem nos dirija. E se, dois anos depois de ocupar o Catete, o chefe do Governo já se acha às voltas com o problema das candidaturas, não sobra tempo nem vagares para um governo fecundo, enérgico, empenhado unicamente no meneio dos negócios públicos, encarando de igual a igual, o estrangeiro que nos queira diminuir. Perdeu-se na poeira dos arquivos a lição viril do Marechal de Ferro.

“O que vemos hoje é o seguinte: tão tímido e humilde se tem mostrado o general Dutra perante as nações estrangeiras, quão obstinado e vingativo ao punir os patricios que não se submetem aos caprichos da Copa e Cozinha. Tão complacente nos aparece quando se trata de evitar tratados ou combinações ruins ao interesse nacional, quando quem está em causa é uma nação estrangeira todo-poderosa, quão intransigente quando se trata do negar crédito à produção em São Paulo, porque O sr. Adhemar de Barros, governador desta província malsinada, não quis curvar-se às imposições dos serviços da Copa e Cozinha,

“Como pode uma nação assim merecer o respeito dos povos livres?

“Quem quiser entender, pois, a diversidade de tratamento que os Estados Unidos dispensam ao Brasil e à Argentina, terá de partir da consideração inicial de que somos um país sem governo. Porque não merece o nome de governo o simulacro que aí está. Temos um chanceler, o sr. Raul Fernandes, para assinar de cruz tratados de comércio que provocam em nossa economia uma perda contínua de substância; temos um ministro da Fazenda, o sr. Guilherme da Silveira, que jamais entendeu de assuntos públicos, não passando de um médico medíocre, que morreria de fome se adotasse a profissão e não se metesse, como se meteu, na indústria de tecidos. E citamos estes dois ministros, porque a Fazenda e as Relações Exteriores são as vigas mestras de todos os governos.

“Na Argentina é diferente. Atos e palavras largamente divulgados provam, diariamente, que há governo, há personalidade, há energia em face das potências do dólar e da libra. Ao contrário do general Dutra, Perón não teme que o tomem por comunista quando defende os interesses vitais da sua pátria. E é o medo de passar por vermelho que leva o general Dutra às mais vergonhosas capitulações ante os Estados Unidos, a Inglaterra, todos os países fortes. Sim, Perón tem balangandãs, e o nosso governo federal, ninguém sabe o que é que ele tem, porque manda menos no Brasil do que os Vitorino Freire, Liras, Georgino Avelino “et caterva”





CAPÍTULO IV

**REALIDADE EM PROSPECÇÃO
E SUA INDUSTRIALIZAÇÃO**



MINERAIS, VEGETAIS E ANIMAIS



MINERAIS

106. *FERRO*. – Metal básico da nossa civilização contemporânea. Possui o Brasil, dentro das suas fronteiras, mais de 23% do minério de ferro existente no mundo. Cerca de 15 bilhões de toneladas no centro de Minas Gerais, vários bilhões de toneladas perto do Corumbá, em Mato Grosso, talvez mais; no Triângulo Mineiro e sul do Goiás. Há também ferro nos territórios do Amapá e Rio Branco.

107. *CARVÃO*. – Duas são as regiões carboníferas do Brasil: a do Sul com 3 bacias: São Jerônimo, no Rio Grande do Sul; Araranguá, em Santa Catarina; Tomazina, no Paraná. A produção dessas três é de 2 milhões de toneladas anuais, insuficiente para o concurso nacional, tanto na quantidade como na qualidade. A do Norte oferece maiores possibilidades, por que abrange largas extensões o horizonte geológico propício para a prospecção de bacias carboníferas produtoras do carvão bom e abundante. Tais terrenos cobrem cerca de 500.000 quilômetros quadrados nas províncias do Piauí, Maranhão, norte do Goiás e sul do Pará. O total das atuais reservas carboníferas brasileiras é de 6 bilhões de toneladas.

108. *PETRÓLEO*. – Esplêndida realidade no Recôncavo baiano e circunvizinhanças, as suas possibilidades se encontram na bacia amazônica, sul do Maranhão e Piauí, norte do Espírito Santo, bacia do Parapanema o alto Araguaia em Goiás. Cerca de 6% das possibilidades petrolíferas do mundo estão no Brasil.

109. *ESQUISTOS BETUMINOSOS*. – ImproPRIAMENTE chamado xistos, estes folhetos, matéria-prima para obtenção de carburantes, formam duas imensas faixas: a do sul cortando as províncias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e sul de Goiás. Ao norte há outras que atravessa pelo meio as províncias do Maranhão, Piauí, indo terminar no sul do Ceará. Em São Paulo, encontra-se isolada da faixa já referida a promissora bacia esquistosa, em exploração, do médio Paraíba do Sul, entre Taubaté e Pindamonhangaba. Talvez seja o Brasil o país do mundo possuidor das maiores jazidas deste minério.

Temos no SCIP um processo que pode baratear imensamente a industrialização dessa matéria prima.

110. *LENHITO*. – Carvão de qualidade inferior, muito empregado na Alemanha para obtenção de energia termoeletrica e petróleo sintético. Há no Brasil enorme bacia desse minério, cerca de 30.000 quilômetros quadrados, em volta de Tabatinga, província do Amazonas. Menores existem no Rio Aripuanã, Amazonas, Gandarela em Minas Gerais e Caçapava, em São Paulo.

111. *SAPROPÉLICOS*. – Existente nas baixadas costeiras da Bahia e Espírito Santo, bem como nos lagos da bacia amazônica, é matéria-prima semelhante à turfa, para a produção de carburantes e briquetes combustíveis.

112. *TURFA*. – Há ocorrências de turfa nos altos vales do sul do Brasil, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e em Minas.

113. *COBRE*. – Conhecem-se, atualmente, as principais ocorrências de cobre no Brasil: Caraíbas, na Bahia; Serras do Gurupi e Dorsordem, no Pará e Maranhão; região de Piauí, no Rio Grande do Norte e Paraíba. O cobre encontrado no Paraná e Rio Grande do Sul parece não ter importância industrial.

114. *ALUMÍNIO*. – Imensas jazidas de bauxita, minérios de alumínio, são encontradas em Poços de Caldas, alto vale do rio das Velhas em Minas Gerais, sudoeste baiano, Traíras e Pirocaua junto à foz do rio Gurupi, Maranhão.

115. *MANGANES*. – São grandes as possibilidades desse metal utilíssimo na indústria do aço, existentes no Brasil, que já é exportador do mesmo. Macapá, no Amapá; Lafaiete, em Minas; Campo Formoso e Mundo Novo, na Bahia; Urucum e Piranhas, em Matogrosso, são os pontos onde existem grandes jazidas deste minério.

116. *NÍQUEL*. – Possui o Brasil grandiosas jazidas de minérios níquelíferos em Niquelândia, Goiás; Gilbués, Piauí; e Livramento, Minas. A de Niquelândia é tida como das maiores do mundo.

117. *CROMO*. – Em Mundo Novo, Bahia, há grandes ocorrências de cromita, minério de cromo, utilíssimo na indústria do aço.

118. *TUNGSTÊNIO*. – Em Jundiá, São Paulo; e Picuí, Rio Grande do Norte, ocorrem jazidas de minérios de tungstênio.

119. *ESTANHO*. – Camaquã, Rio Grande do Sul, São João Del-Rei, Minas Gerais, Picuí, Rio Grande do Norte e Paraíba, e Queimadas, Bahia, são as localizações de importantes jazidas de cassiterita, minério de estanho.

120. *ZINCO e CHUMBO*. – Os minérios produtores desses metais são particularmente abundantes na bacia do rio Ribeira de Iguape, São Paulo e Paraná, onde há exploração e industrialização dos minérios de chumbo.

121. *BERILO*. – De minérios desse metal conta o Brasil com as maiores jazidas, que se alinham da província do Rio de Janeiro até o sul da Bahia, atravessando Minas e Espírito Santo. Há também berilo em Picuí, no Rio Grande do Norte e Paraíba.

122. *MAGNÉSIO*. – São gigantescas as jazidas de magnesita no Ceará, bem como as de Brumado na província da Bahia.

123. *ZIRCÔNIO*. – Os minérios desse metal constituem monopólio brasileiro e são abundantíssimos em Poços de Caldas, Minas Gerais.

124. *OURO*. – Existente em todas as províncias brasileiras, pode tornar-se tão importante como nos tempos ditos coloniais, durante os quais produzimos cerca de 1.000 toneladas desse metal precioso que serviram para a ulterior estruturação do Império Britânico nas ruínas do Grande Império Lusíada.

A mecanização da exploração aurífera brasileira poderá erguer o nosso índice financeiro sem ajuda de empréstimo estrangeiros.

125. PRATA. – Existente na Bahia e em São Paulo, pode ser fonte de riqueza nacional apreciável.

126. PLATINA. – As regiões plantiníferas do Triângulo mineiro podem, pela industrialização e mecanização, ser enquadradas entre as principais produtoras desse metal estratégico no mundo.

127. DIAMANTES. – Pode o Brasil a ser o maior produtor de diamantes e carbonatos do mundo, bastando para isso uma sã política construtiva.

128. AREIAS MONAZÍTICAS. – Material estratégico para a manipulação da energia atômica, deve ser industrializada em nossa país, para se tornar fonte de riqueza e de trabalho.

129. TITÂNIO. – Metal estratégico, têm seus minérios no Brasil grande importância, tanto pela quantidade com que ocorrem, como pela qualidade que apresentam.

130. A INDUSTRIALIZAÇÃO DOS METAIS RETROREFERIDOS pode ser feita dentro de um plano perfeitamente enquadrado em nossas possibilidades presentes, antevendo-se um futuro grandioso. As matérias-primas copiosas servem de base para o plano industrializador que há de visar os dois caminhos econômicos abertos: mercado interno em expansão e mercados externos importadores. O aumento da produção pela industrialização dos minérios expande o mercado interno elevando o índice de vida da população brasileira, que nunca foi tão baixo como agora. A industrialização dos minérios dentro do país valoriza-os a tal ponto que nos será possível impor os preços de venda nos mercados externos, levando-os em nossos barcos e transportes aéreos, se necessário, com as benéficas conseqüências para a riqueza nacional.

131. A siderurgia já é realidade tangível entre nós, o seu sucesso inicial augura novos empreendimentos com as favoráveis repercussões no campo industrial. Pensamos, porém, que devemos ampliar a siderurgia de aços finos, aproveitando os *ilimitados* recursos hidroelétricos

e mobilizando as nossas infundas possibilidades de produção de ótima carvão vegetal. A siderurgia sueca deve ser imitada e seus conselhos seguidos, sem prejuízo dos outros métodos.

A nossa psicologia mineralógica ficou até hoje no campo da produção do menos econômico dos metais: o ouro.

Urge criarmos entre nós a psicologia da industrialização dos minérios para chegarmos à construção de um parque industrial antevisto por Henry Truman, ao dizer em discurso pronunciado diante do Congresso Brasileiro, quando da sua visita oficial ao Brasil:

“O Brasil tem meios para sustentar, com seus minérios, 200 milhões de homens no mais alto índice de vida da história”.

132. Não ficam por aí as nossas possibilidades mineralógicas: muito pelo contrário, tendem a se expandir e crescer à medida que se ampliar o nosso conhecimento sobre as nossas realidades.

Já dizia Alberto Torres: “A necessidade de capitais e de braços estrangeiros era um dos abrigos a que se tinham acolhido a nossa indolência e o nosso despreparo, em face dos problemas da nossa economia, que, não sabendo resolver, iludíamos por essa forma. Esse apelo não tem por si o apoio de nenhuma teoria. Ninguém concebeu jamais o crédito como meio de solução às crises da prodigalidade e da desorganização econômica, nem a importação de gente, às da desorganização do trabalho: é um simples recurso protelatório, explorado por intermediários que vivem nas capitais e cercam os governos, e implorado pela necessidade sequioso da produção, em eterna falência, enquanto os dirigentes, sem capacidade para dar soluções práticas, continuam a comprometer os povos nos riscos das suas concepções fantasistas...”

Não podemos ser eternos mendigos internacionais de capitais e de braços. Precisamos organizar a nossa produção. E virão espontaneamente, como vinham nos tempos da Monarquia, capitais e braços.

Mas, leiamos mais uma página de Alberto Torres:

“Na economia – eis uma verdade que não temo submeter à contraprova das mais rigorosas investigações da estatística e da análise social

– toda a nossa aparente vitalidade consta, de extremo a extremo do país, de extração de produtos e de limitado esforço de exploração extensiva, em que a nossa terra vai cedendo tudo quanto possui em riqueza natural, ao alcance da mão ou de rudimentaríssimos processos de trabalho, com vertiginosa desvalorização, ainda não atingida – a não ser no vale da Mesopotâmia – em regiões já exploradas há muitas dezenas de séculos. Nesta terra, assim saqueada, o comércio, o trabalho estrangeiro e o crédito de usura que possuímos, drenam, em capital para o estrangeiro, quase todo o produto dessa inconsciente e brutal destruição. Dando-nos em troca, gêneros e objetos, que, muitíssimo longe de representar o preço da ruína de que resultam, não deixam, entre nós, em obras e bens voluntários, senão fração mínima de seu valor.

“O aumento das nossas exportações e importações não traduz senão a expressão da troca dos produtos e dos próprios elementos e forças produtivas das nossas terras virgens, por coisas fúteis, solicitadas pela nossa vaidade, ou que se fazem necessárias justamente por causa da nossa incúria. É em fato que se pode dar, e que se dá, na exploração de qualquer território selvagem por feitorias estrangeiras. Toda a nossa fictícia *circulação* econômica é obra, assim, de uma federação de feitorias, que, desde as vendas do interior até as casas de importação e exportação, as estradas de ferro, as fábricas, o comércio intermediário – não fazem senão remeter para o exterior, e produtos, lucros comerciais, indústrias e bancários, rendas de várias naturezas, a quase totalidade dos frutos da nossa terra. As duas verbas da exportação e da importação equivalem para a nossa economia a verbas de passivo, e de impassivo colossalmente precário, enormissimamente lesivo. É ISTO, E SÓ ISTO, QUE ESTÁ “EM PROGRESSO” ENTRE NÓS (grifo nosso), acarretando, com imensa perda para a terra, e com o abatimento e desmoralização do povo, o prolongamento, na vida mundial, da corrente de fenômenos que, havendo dado causa às guerras e revolução do passado, provocarão daqui por diante, se não forem tolhidos, ainda maiores e mais desastrosos conflitos” (O problema nacional brasileiro).

O que se torna necessário entre nós é uma política sã, continuada, protecionista, supletiva por parte do Estado, para chegarmos ao resultado anvisado por Truman, resultado que será obtido por brasileiros para brasileiros.

133. Como termo de comparação, vejamos o que representa o atual status-quo econômico norte americano: cerca de 60 milhões de homens empregados no mais alto índice de vida da história.

Importa “cumprir com o dever em sentido mais amplo – diz Pio XII – de dar às inúmeras famílias, conservando sua integridade e unidade natural, moral, jurídica e econômica, a oportunidade vital, por mais modesta que seja, de viver segundo as mais elementares exigências da dignidade humana” (Discurso no Congresso de Estudos Sociais, julho de 1950).

E importa alagarmos esse reclamo para toda a Nação Brasileira, a nossa Grande Família.

134. Intromissão capitalística estrangeira devem ser varridas de vez. Em seu lugar, amplas garantias para o capital e técnica estrangeiros que se nacionalizem em 20 anos. O primeiro caso nos empobrece e degrada ao estado atual; o segundo, porém, nos enriquece e exalta no conceito das nações. Tais aspectos do fenômeno capitalístico são diametralmente opostos no terreno da economia-política, quando encarados por uma sã e sábia política econômica.

Pedimos encarecidamente aos nossos leitores uma nova leitura do trecho acima para se evitarem conclusões apressadas sempre eivadas de graves erros.

Não procederam doutro modo os próprios Estados Unidos!

* * *

135. Há, também, no Brasil os minerais não metálicos, tais como:
QUARTZO. – Bahia, Minas e Goiás.

136. *GIPSITA* (GESSO). – Rio de Janeiro, Maranhão, Rio Grande do Norte, Ceará, território da Guaporé.

137. *CALCITA* – Minas, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, território do Rio Branco.

138. *DOLOMITA*. – Taubaté, São Paulo

139. *DIATOMITO*. – Espírito Santo, Pernambuco, Ceará, Amazonas e território do Rio Branco.

140. *APATITA*. (Adubos fosfatados). – São Paulo, Bahia e Alagoas.

141. Estes minérios tornam possíveis entre nós as indústrias de construção, tais como: cimento, cerâmica refratária, vidros, adubos, etc. Estas indústrias favorecem a instalação das indústrias dos minérios metálicos, já referida atrás.

VEGETAIS

142. Imensas são as nossas possibilidades econômicas vegetais nativas e cultivadas, nada ficando a dever às encontradas no reino mineral. Sem entrar em minúcias, agrupamos pelas vastas regiões nativas as realidades botânicas em prospecção, ficando bem entendido que temos, em preparo e estudo meticoloso, planos pragmáticos para mobilizar tão soberba riqueza.

143. *GUIANA BRASILEIRA*. – Sob este nome colocamos as regiões brasileiras de vegetação não florestas, savanas e campos de capim navalha, que se estendem pelas chapadas guianenses ao norte do rio Amazonas. Nesta região há milhares de quilômetros quadrados de terras estéreis impróprias para a agricultura.

A balata e as palmeiras caroa, buriti e caraná, bem como a pupunha, tucum, cachim, embaúba e vários gravatás (também ocorrem os termos cravatá e caraguatá), são plantas destinadas a valorizar estas larguíssimas regiões deserdadas do resto do Brasil. Cada uma das enumeradas dá produtos industrializáveis e podem servir admiravelmente para um plano quinquenal.

144. *AMAZÔNIA*. – Neste nome incluímos a vastíssima selva equatorial que pasma pela riqueza potencial conhecida por todos os botânicos do mundo. Inúmeros e valiosos produtos podem ser mobilizados por um

plano econômico, que objective, com um reflorestamento, criar dentro do intricado Inferno Verde bosques de determinadas espécies industriais sem rival no planeta. Como exemplo mostramos um: o louro nhamoi, planta que produz a terebentina.

Nada impede o povoarmos milhares de hectares de terras na “terra geral” do Japurá, mesopotâmia lacustre entre os rios Negro e Japurá, com esta planta e termos nesse lugar a maior região do mundo produtora dessa preciosa essência. Os trabalhos iniciais poderão fazer-se na região da Bragantina paraense, já desbravada e despida de sua opulenta flora nativa. Serviram para outras experiências no mesmo sentido os campos de Lábrea.

As resinas, os vários tipos de borracha, as madeiras raras, as fibras e os oleaginosos, seriam os meios pragmáticos que norteiam este magnífico plano de domesticação das selvas amazônicas para enriquecimento do Brasil. Naturalmente, tal planejamento seria dirigido pela ciência a cargo de dois institutos lá existentes: o Instituto Agrônômico do Norte e o Museu Goeldi.

Para confirmar o supradito, transcrevemos as palavras de um cientista russo, Nicolau Vavilov, da universidade de Cornwall, grande autoridade em questões de economia agrícola, que assim se externou sobre a flora brasileira, quando em visita ao nosso país: – “A riqueza do Brasil em florestas é quantitativa e qualitativamente insuperável, podendo-se mesmo afirmar que aqui o problema florestal tem tanta importância quanto agrícola! Um quarto das espécies vegetais conhecidas no mundo, ou sejam 50.000, ocorrem no Brasil. As bases genéticas de plantas, mundialmente cultivadas, como o algodão, o milho e a batata, encontram-se certamente no território brasileiro. Os óleos vegetais e os hidratos de carbono são substâncias cuja importância na alimentação animal cresce dia a dia e, nesse ponto de vista, nenhum país pode concorrer com o Brasil”.

145. *PINDORAMA*. – Palmeiras que cobrem centenas de milhares de quilômetros quadrados ao sul da Amazônia, desde o Piauí até Mato Grosso. Para avaliarmos uma só espécie de palmeiras, fiquemos no babaçu, já tão discutido. Somente esta palmeira representa uma riqueza potencial oito (8) vezes maior do que a do café. Transformarmos o Pindorama

deserto de homens em imensa faixa industrial com milhões de operários fartos e milhares de usinas ativíssimas não é um sonho quimérico para um Império; por isso, temos planos esquemáticos econômicos que visam a tão imponente objetivo, que por certo nos trará a tão almejada independência econômica. O que se disse do babaçu se aplica às outras 47 espécies de palmeiras povoadores do Pindorama.

Cabe outrossim aqui o plano de domesticação dos palmeirais nativos num sentido de racionalização industrial.

146. *CERRADOS E CAATINGAS*. – Na amplíssima região coberta por estas savanas, que vai do Rio Grande do Norte até o sul de Mato Grosso, compreendendo todo o vale do rio São Francisco, há plantas aptas para um plano econômico. Incluem-se neste caso a carnaúba, o licuri, a oiticica, caroá, a maniçoba, a mangabeira, o faveiro, plantas que representam ceras, óleos, fibras e borrachas para os mercados do mundo. Cabe também para esta região a pragmatização dos estudos de certas plantas da mesma, as quais podem servir de forragens.

147. *PANTANAL DE MATOGROSSO*. – As baixadas do Paraguai são hoje ocupadas pela pecuária. A natureza, porém, destinou-as ao arroz que no pantanal é nativo e serve para engordar boi. Tornar o Brasil o máximo produtor de arroz do mundo, o supremo abastecedor da Ásia que se encaminha para crescente industrialização, seria reeditarmos no século 20 o que fizeram os Norte Americanos com o trigo e o presunto no século passado com relação à Europa em industrialização crescente. Para sermos verdadeiros imitadores, no bom sentido, sem fugirmos a nós mesmos, deveríamos usar nesse transporte navios veleiros, como adiante se verá.

148. *MATA ATLÂNTICA*. – Hoje em dia precisa de reflorestamento urgente esta região costeira que se alarga do Rio Grande do Norte até o sul de Santa Catarina, na grande restada atlântica. Nada mais natural do que iniciarmos nas encostas e quebradas uma política de reflorestamento a longo prazo que inclua nos seus planos também plantas exóticas, nogueira e sândalo p. ex., ao lado das plantas nossas, jacarandá, caju, peroba e outras. Fora isso apenas repetir o que fizeram os nossos Ante-

passados no tempo da chamada Colônia. O longo tempo exigido por estas plantas para perfeito crescimento pode ser dado econômico a serviço da demarcação de áreas destinadas a parques florestais, onde se pratique uma economia florestal sem impedir outras atividade agrícolas, criação de gado p. ex. As florestas de Noruega, faces sul, bem como as que se venham a plantar nas escarpas abruptas, serra da Mantiqueira p. ex., seriam propriedade do Estado e exploradas cientificamente.

Os resultados práticos obtidos na Mata Atlântica seriam utilizados na Hileia Amazônica, pois ambas se assemelham.

149. *CURITIBA*. – Estinguem-se com rapidez os pinheirais do sul; o mate é objeto de exploração aniquiladora. Reflorestar, plantar mate, enriquecer a flora com novas essências, tal deve ser a imperial diretriz pragmática para esta região do sul brasileiro.

150. *RESTINGAS E COXILHAS DO SUL*. – Florestas de pinhais nas restingas e nas coxilhas seriam os métodos preconizados para enriquecermos estas regiões, onde as atividades agrícolas e pecuárias desbravaram a vegetação nativa ou o terreno sáfaro e arenoso apresenta milhares de quilômetros quadrados inúteis para qualquer atividade econômica. Pinhais, de Laguna ao Chuí, e florestas de nogueiras nas coxilhas enriqueceriam a flora local e consequentemente os brasileiros sulinos.

ANIMAIS

151. É conhecida a pobreza de nossa fauna no que se refere aos animais úteis domesticáveis. Contudo, os tupis já tinham em suas tabas xerimbabos, isto é, animais de estimação – filhotes de animais selvagens criados juntos às crianças.

Algumas aves são domesticáveis e prestam-se a um serviço de saneamento junto às casas, pela perseguição que movem aos mosquitos e moscas.

A paca também é objeto de domesticação entre as populações sertanejas, para banquetes em dias de festa. Há, porém, um mundo ainda não

convenientemente explorado, para se aumentar o estoque de carnes, isto é, proteínas, com o duplo fim: aproveitarem-se as regiões pobres e melhorar a alimentação do nosso povo.

Os cervídeos, animais que vivem nos campos mais estéreis do Brasil, devem ser encarados como domesticáveis; e, nesse caso, há uma série de experiências a serem feitas, não somente no sentido de se selecionarem as variedades mais úteis, mas também de, pela mestiçagem com variedades exóticas, procurar aumentar as qualidades das nossas, ainda rústicas, melhorando-as.

O ratão de banhado, do sul, tais como a capivara, a cotia e outros, podem igualmente servir para uma indústria criadora, capaz de tirar deles valiosos produtos.

A tartaruga e o peixe-boi do Amazonas exigem de nós medidas de proteção, para se não extingüirem.

A anta, o tatu (criado no Texas!) e outros devem merecer de nós cuidados especiais para sobrevivência.

A piscicultura enquadra-se bem neste ramo de atividades, tanto a concernente aos peixes fluviais como o tucunaré, o guaru-guaru, o pirarucu, o dourado e outros, como a que se orienta para os peixes como a tainha, robalo e outros.

152. A introdução de espécies exóticas há de obedecer a um plano que enquadre, de um lado a iniciativa oficial visando à saúde pública, combate as pragas, mosquitos p. ex., e do outro a iniciativa privada, aumento da nossa riqueza animal para aumentar o nosso plantel de proteínas e demais produtos de origem animal.

Afim de bem se entender o calor da introdução de animais exóticos para combater as pragas, vejamos um fato interessante. De modo geral, todo o Chapadão Central é infestado por três pragas, a saber: gafanhotos, formigas e carrapatos. Temos, portanto, absoluta necessidade de projetar um plano de combate a tais inimigos de maneira intensiva e metódica, se quisermos aproveitar infindáveis regiões para a lavoura e a pecuária. Parece-nos que o

emprego da formiga *Sequititi* do Peru resolveria favoravelmente o assunto, pois que tal inseto destrói qualquer outro de sua espécie. Uma experiência, a fazer-se numa mesopotâmia de chapadão, dar-nos-ia proveitosas lições para ulteriores ensaios debeladores das pragas acima citadas.

É a Ásia um imenso reservatório de animais já domesticados que podem ser introduzidos entre nós, tais como: gauro, dzo, para os bois; arni, carabau, para os búfalos; cachemira para as cabras, etc.

Quando houvermos enriquecido o nosso Brasil com estas espécies de animais úteis, então teremos construído para nós e para nossos filhos um país maior e melhor.



INDUSTRIALIZAÇÃO DOS MINERAIS



SIDERURGIA

153. Já fez milagres convincentes no campo das nossas realidades econômicas a nossa grande siderurgia. VOLTA REDONDA pode ser citada como exemplo.

A usina siderúrgica de Corumbá é, sem dúvida, aquela que melhor se acha instalada para se tornar um grande centro siderúrgico, pela posição verdadeiramente estratégica e pelos recursos em matéria-prima industrializável, ferro, manganês e carvão vegetal de que pode dispor.

As outras usinas, em São Paulo e Minas Gerais, também contribuem para o desenvolvimento do nosso mercado interno siderúrgico.

154. Torna-se, porém, necessário um programa de extensão siderúrgica por todo o território nacional.

O vale do São Francisco, com suas jazidas ferríferas, em partes conhecidas, e que se estendem pelo algonquiano da serra do Espinhaço e das Almas, pode vir a ser um imenso palco para uma siderúrgica rival da norte americana de Pittsburgh, quando ouvirmos os conselhos suecos, aproveitando os nossos carvões vegetais de babaçu. É oportuno lembrarmos que podemos descobrir grandes jazidas de bom carvão de pedra nas províncias de Piauí e Maranhão.

A existência de cromo na Bahia permite uma indústria de aços finos no vale do São Francisco, que pode tornar-se exportador desse material estratégico por excelência.

O ferro dos algonquianos do maciço guiano do Além-Amazonas deve servir de base para uma siderurgia que haja de ensaiar os seus primeiros passos em Bagre, na província do Pará.

Outra siderurgia no sul pode viver próximo das bacias carboníferas de Santa Catarina, com o aproveitamento do ferro das rochas basálticas abundantíssimas no próprio local.

155. Podem todas essas possibilidades transmudar-se em realidades, se um plano econômico presidir a sua efetivação. Para isso temos planos bem estudados sobre o que se realizou no mundo nesse sentido e não tememos críticas, porque já constatamos realidades executadas em outros países, em circunstâncias mais adversas que as nossas. A Suécia, a Alemanha e o Japão são exemplos que citamos para os críticos apressados do nosso meio siderúrgico.

Estudamos aparelhagem adequada para a realização desse projeto que é tão grandioso como a nossa Pátria Imperial.

ENERGIA

156. Revela estabelecermos sem demora uma política de ENERGIA, que dote o nosso país de meios de produção sem igual no mundo. Para isso dividimos este item em dois setores: *hidroeletricidade* e *termoenergia*.

Hidroeletricidade. São conhecidas as nossas possibilidades de produzir enorme soma de energia elétrica aproveitando as cachoeiras, que se encontra em nosso território. Para isso não se ignoram as nossas possibilidades. Sete Quedas, Iguaçu, Paulo Afonso, Urubupungá, Salto Teotônio, do Madeira, são as maiores, isto sem falarmos dos desníveis aproveitáveis pela engenharia, como se fez com a usina de Cubatão em São Paulo, técnica que se pode repetir em Aparados da Serra no Rio Grande do Sul com idênticos resultados. As nossas escarpas verticais do Espigão Mestre e Gurgueia são sítios que possibilitam a multiplicação de empreendimentos do gênero.

Aliando-se essas futuras usinas com empresas industriais criadoras de centros de populações como se verá mais adiante, teremos praticado

uma sã política econômica, a qual poderá multiplicar centros industriais semelhantes ao de São Paulo, que é um milagre da Energia hidroelétrica.

Há, entretanto, um setor da hidroelétrica que importa ser ventilado entre nós: o de usinas de pequeno desnível, existentes nos Estados Unidos nas margens do Mississipi, aproveitando-se a correnteza do rio. Abundam para tal as possibilidades nos trechos correntosos dos nossos rios. O canal de Óbidos no Amazonas seria lugar ideal para esse tipo de usina. Neste caso o vale amazônico teria finalmente descoberto as suas possibilidades de produção de energia para a sua industrialização que já está tardando.

157. *Termoenergia*. Passemos agora uma vista de olhos para as nossas possibilidades térmicas.

Ficando somente com o carvão, devemos ter em mira a nossa imensa riqueza de carvão vegetal, até hoje relegada ao emprego doméstico do carvão de madeira, que também se emprega na siderurgia mineira e foi a salvação da indústria paulista durante a passada guerra. Este tipo de carvão vegetal é inimigo das florestas e, portanto, das nossas riquezas naturais, da mesma forma que o emprego da lenha.

As experiências até agora feitas nesse sentido não tiveram bom êxito pela má orientação, pois trata-se de indústria nova, reclamando novos métodos, alguns até mesmo de caráter pedagógico. Cabe aqui a ação governamental antes da iniciativa privada, porque as primeiras empresas devem ter uma sistematização educativa dos operários, por se tratar de empreendimentos inéditos.

158. Aproveitando-se os frutos das nossas palmeiras, poderemos sem receio erguer uma indústria técnica cujos subprodutos valiosos a igualitária à indústria de destilação do petróleo, a qual opulentou os Estados Unidos, criando trustes que são verdadeiras superpotências no campo político mundial.

Somos talvez o único país do mundo capaz de tornar-se o primeiro produtor de carvão vegetal do planeta, sem tocar em nossas matas, e concomitantemente praticar uma política, ora urgente, de sábio reflorestamento.

CARBURANTES

159. Separamos de propósito os carburantes das fontes de energia, pois que assim o exige a sua importância no mundo motorizado de nossos dias.

Duas são as fontes de carburantes: as naturais e as de síntese. Ambas, porém se resumem numa só destilaria.

O petróleo, do qual o Brasil, como já vimos, possui 6% das jazidas mundiais conhecidas, é o mais comum, mas não o mais possante para um planejamento econômico-político.

Cumpre-nos ter na devida conta o duplo aspecto da indústria de carburantes. Nesse sentido devemos orientar os nossos esforços para a instalação de usinas ultramodernas, em lugar de nos preocuparmos com a compra de usinas antiquadas, já a caminho da falência em outros países.

O petróleo, o esquisito betuminoso, o linhito, os cocos das palmeiras, a hulha da qual longe estamos de esgotar as nossas possibilidades minerais, podem ser mobilizados por destilarias, estrategicamente situadas no Império, afim de suprimirmos as nossas necessidades sempre crescentes de carburantes.

160. Somos dos que afirmam que tanto faz darmos aos motores gasolina de petróleo como benzina de síntese, para o seu perfeito funcionamento. Quando temos à mão as matérias-primas tão abundantes como as que possuímos, nada nos impede praticarmos uma sábia política de carburantes, para a qual emprego útil e remunerador, negando-lhes, porém, a iniciativa e fiscalização QUE DEVEM FICAR EM NOSSAS MÃOS, como imperativo da nossa soberania.

O capital e a técnica nacionais, estimulados pela ajuda governamental, nada devem temer da concorrência estrangeira que desse modo se torna colaboradoras do nosso progresso e nunca asfixiadora como poderia vir a ser em condições outras que as imperiais.

O resultado final de tanta destilação seria uma extraordinária abundância de gás, consumível pela termoelectricidade, com manifesto aumento da nossa capacidade energética.

QUÍMICA

161. A importância desse item no nosso plano evidencia-se depois dos já explicados acima.

Os nossos produtos naturais, assim minerais como vegetais, exigem de nós um emprego sem precedentes de processos químicos, para aproveitamento dos nossos recursos nesse terreno.

Mais evidente ficará o assunto, em se verificando os itens seguintes.

Nunca será demais repetir que a química nos tirou grandes fortunas e nos deu vultosos prejuízos com a criação das fábricas de anilinas retiradas do carvão pela química alemã. Em menos de um século perdemos o lugar de grandes produtores de índigo (anil) que éramos até o começo deste século e passamos a importadores de anilinas alemãs. O mesmo não se deu com os japoneses no mercado de cânfora, porque eles se prepararam para a luta com o aperfeiçoamento dos seus processos químicos de obtenção do produto.

Com novos métodos poderemos recuperar alguma margem no mercado de tintas, principalmente no campo dos fixadas de tintas para tecidos, usando as nossas possibilidades naturais já evidentes no ciclo do pau-brasil nos primórdios da nossa história e alongando-se até inícios do Império.

162. Tão vasta é a química, que por muitas gerações poderemos empregar-lhe os préstimos no afã de melhorar os nossos produtos para o mercado mundial.

Um Instituto Tecnológico Químico, destinado a aperfeiçoar a nossa produção natural, orientado no sentido patriótico e supervisionado por uma autoridade moral apartidária, faria do Brasil uma grande Potência, como fez a Alemanha moderna dos dois últimos Kaisers.

ALUMÍNIO E METAIS NÃO FERROSOS

163. Há de a nossa política orientar-se no sentido de desenvolvermos o nosso mercado interno e exportarmos produtos aceitáveis no mer-

cado mundial e não simples minérios que nada deixam em compensação pelas toneladas exportadas, reduzindo-nos a meras feitorias estrangeiras e país colonial e semicolonial.

Casas pré-fabricadas de alumínio, aparelhos domésticos e de aviação, e muitíssimos outros empregos desse metal, são metas que devemos estimular para resolvermos muitos dos nossos problemas, inclusive o das casas rurais e suburbanas tão depreciativas para a nossa civilização,

Deixamos de estender mais este e os seguintes itens pela evidência da sua importância econômica entre nós.

COBRE E ELETROTÉCNICOS

164. A importância desse metal, estratégico por excelência, exige um planejamento nacional colimando a utilização das suas jazidas que parecem ser avultadas dentro das nossas fronteiras, como se avalia pelo mapa anexo.

O ciclo cobre-eletricidade e eletricidade-cobre poderá dar em nosso país benefícios como em nenhum outro.

MINERAIS RADIOATIVOS

165. É verdadeiro pleonasmo dedicarmos um capítulo a este item, em virtude da sua extraordinária importância em nossos dias atômicos.

Trabalharmos os minerais e exportarmos produtos já industrializados é tarefa que preocupa e tem de preocupar a nossa geração. Nós que combatemos a indiferença, por vezes criminosa, da república pelos nossos magnos problemas já defrontados por ela, não poderíamos deixar passar em julgado este gravíssimo problema de salvação nacional. Ampliar os nossos recursos nesse sentido há de ser a nossa tarefa. Por aí, criaremos trabalho para o nosso povo simultaneamente com a riqueza da Nação. E a nossa independência.

METAIS PRECIOSOS

166. Pensamos que devemos continuar a velha política portuguesa anterior a Pombal, de incentivarmos em nosso meio a ourivesaria como precioso estimulante para a valorização desses metais no mercado mundial, com a conseqüente valorização interna da produção dos metais e sua industrialização.

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

167. A base do enorme progresso norte-americano e do nosso II Império reside nos judiciosos empregos desses materiais que devem servir o mercado interno por meio de uma sábia industrialização. A valorização desses materiais patenteia-se pelo surto industrial preconizado por nós nos itens acima.

Tudo enfim concorrerá para alicerçarmos um Império econômico ímpar na História dos povos, Império este que justificará as palavras de Henry Truman no Congresso: “O BRASIL TEM MEIOS PARA SUSTENTAR, COM SEUS MINÉRIOS, 200 MILHÕES DE HOMENS NO MAIS ALTO ÍNDICE DE VIDA DA HISTÓRIA”.



INDUSTRIALIZAÇÃO DOS VEGETAIS



NATURAIS

168. *Borrachas*. – Incluímos nesse título as várias plantas que produzem borracha entre nós: Seringueira, a mais conhecida; Balateira, da qual existe enorme reserva no rio Trombetas; Maniçoba, que pode vir a ser notável riqueza no Nordeste, onde é nativa. Mangabeira, de borracha inferior, porém industrializável, porque nasce em terrenos estéreis.

Há ainda outras plantas que podem servir como fontes de borracha e precisam ser industrializadas, tais como: caucho, abiorama, etc.

A industrialização de todas essas plantas deve ser feita por meio de plantações cientificamente ordenadas e o modo da coleta da borracha ser racionalizado e organizado.

Um *jardim tropical* faria os dois caminhos para a industrialização desses vegetais, plantio racional e exploração racionalizada.

169. *Resinas*. – As inúmeras plantas produtoras de resinas entre nós enriquecem os catálogos botânicos. Destacamos as duas: Breu de várias qualidades produzido por várias árvores amazônicas, com largo emprego industrial em vernizes p. ex.; Guaraná, resina usada como substituto do café e de reais qualidades medicinais do qual se diz que o seu uso permite ao homem branco viver nos trópicos. Levado para Ilha de Formosa pelos japoneses, lá constitui o artigo de comércio crescente e importante.

A Ásia seria o mercado onde o guaraná tem a sua natural expansão.

170. *Óleos vegetais.* – É o Brasil o maior Império econômico da Terra com relação a esses produtos que são no mercado mundial superiores em importância ao petróleo. Há no mundo verdadeira sede de óleos vegetais que sempre encontra o mercado interessado na sua aquisição. São incontáveis os oleaginosos amazônicos, destacando-se o muru-muru, palmeira que poderá ser tão importante em valor econômico, para nós, como café atualmente. Há a andiroba, árvore oleaginosa, cujo óleo é o de maior valor industrial do mundo pelas suas variadas aplicações. As 48 variedades de palmeiras, em todo o Brasil, permitem uma verdadeira industrialização, semelhante ao que se deu com a palmeira cone na América Central e o dendezeiro na África e Indonésia.

O Babaçu sozinho representa com sua irmã, a piaçava, uma riqueza potencial cerca de 8 vezes maior do que a do café.

O que se vê é uma esplêndida realidade industrializável. Cabe aqui o que se disse acima, isto é industrializar por meio de um cultivo judicioso e um tratamento industrial racionalizado tendo-se em vista os mercados e não os subprodutos.

O início da industrialização dos oleaginosos pode servir como começo de uma assombrosa *revolução econômica brasileira*, sem precedentes na história do mundo, bastando para isso nos capacitarmos de que tal industrialização exige novos métodos e novas empresas com bastante financiamento objetivo. É o plano *para o Império*, porquanto exige continuidade administrativa, vigilância moral e educação paciente de mais de uma geração. Os oleaginosos brasileiros podem dar lucros imediatamente e a sua importância crescerá à medida que formos racionalizando a sua exploração.

171. *Madeiras.* – O maior império econômico desse produto no mundo é o Brasil, quer pela qualidade, quer pela quantidade explorável. Temos entre nós todos os tipos de madeira, desde as extraduras mais pesadas que a água, até às extraleves, como a balsa. Sabemos que o freijó é a madeira ideal para a aviação, como aguano o é para a indústria dos automóveis. Há entre nós três dilatadas regiões produtoras de madeira: *Mata amazônica*, *Mata Atlântica* e Pinheirais do Sul. Em todas urge encarmos,

desde já, uma racional política de reflorestamento, que se oriente para a criação de florestas econômicas entre nós nos três locais, onde plantou a natureza as mais ricas matas do universo.

Rematada loucura é continuar nessa política de avestruz criando o deserto em nosso meio tropical; deixar tão importante assunto econômico ao léu é imprevidência que cedo se paga com usura (e por sem dúvidas já estamos pagando); por isso encaramos de frente e dizemos que o reflorestamento no Brasil É PROBLEMA DE ESTADO para longo tempo e que exclusivamente o Império pela sua continuidade a partidária, sem regionalismos ciumentos e abespinhado, poderá resolver com o maior problema técnico-político nacional: produzir madeiras em qualidade e quantidade pelo aproveitamento das nossas possibilidades naturais e de terras improdutivas, quase desérticas, tais como o planalto dos Parecis, pátria do gafanhoto sul-americano, e chapadas maranhenses.

Além disso, há em nossa Amazônia uma incomensurável superfície, principalmente nas baixadas, que só por meio de florestas e jardins tropicais pode tornar-se econômica, pois as suas terras parecem ser constituídas de pura areia. Explorar sem replantio as matas amazônicas no século XX é fazer a política vesga e estúpida condenada por Alberto Torres nas situações anteriormente aqui feitas em “Fontes da vida”, criando demais a mais em nossa Terra um deserto líbico no século XXI. Se tão remota desgraça não interessa ao imediatismo Republicano, pesa que tem a consciência da Pátria Imperial e eterna.

O que se disse com referências à Amazônia vale “mutatis mutandis” para as outras regiões do nosso Império.

172. *JARDINS TROPICAIS*. – Imitando para melhor os trabalhos dos holandeses na Indonésia, devemos criar entre nós este tipo de exploração econômica tropical.

Trata-se de enormes fazendas plantadas com várias espécies de vegetais, que são escolhidos pela sua importância no mercado. Faz-se o plantio em filas de sorte que durante todo ano se obtém colheitas sucessivas de várias plantas.

Em Java, antes da última guerra (1939-1945), colhiam-se numa mesma fazenda cascas de quina, óleo de dendê, paina, borracha, café, chá, sorgo, arroz, soja, pelo sistema de jardins tropicais, onde impera uma organização científica, quase estatal. Tal método pode aplicar-se aqui, bastando para isso a boa vontade governamental eficaz. Seria como que uma repetição do que se fez com a cana nos tempos coloniais e com o café modernamente.

Um jardim tropical é também uma escola de aprendizagem de métodos novos para exploração dos produtos naturais de que tão rica e promissora é a zona tórrida. A relevância desses empreendimentos holandeses arrancou a célebre frase do geopolítico de Manheim: O século XXI será dos países que se dilataram no sentido dos meridianos, assim como o século XX o é dos países que se desenvolveram no sentido dos paralelos. O Brasil e os Estados Unidos são exemplos dos países citados.

Um Jardim tropical na chapada do Apodi (Ceará-Rio Grande do Norte), com todos os gastos para o seu funcionamento, deverá ser encargo obrigatório para um governo real, que pretenda deveras solucionar o maior problema brasileiro: *civilização tropical*.

Nós brasileiros, o único povo cristão de origem europeia estabelecido nos trópicos, devemos orgulhar-nos das nossas duas cidades tropicais por excelência: Manaus, que causou assombro ao aeronauta De Pinedo, e Belém, ambos verdadeiros arcos triunfais da nossa luta titânica contra o Inferno Verde

O império Orgânico, pela sua continuidade administrativa e interesse pelo real, pela supervisão moral e nacional pela sua estabilidade e responsabilidade escudada na sucessão dinástica, é a única instituição capaz de desenvolver sistemas de jardins tropicais no Brasil, em melhores condições do que fez o reino da Holanda em Java e no resto da Indonésia. A contraprova está na tragédia republicana das “obras contra a seca” no Nordeste.

173. *Fibras*. – Novamente, o Império econômico desses produtos está dentro das fronteiras do Brasil, desde a fibra eterna, o tucum, sem rival no mundo, até o hibisco do São Francisco, alvo do entusiasmo do italiano Pierino.

Uacima, Caroá, Bromélias e Piçava estão a exigir mais racional aproveitamento à semelhança dos outros produtos naturais atrás descritos.

A industrialização das fibras cresce com os dias e com o comércio mundial pela importância dos diversos tecidos na vida cotidiana.

As fibras são consideradas material estratégico número 1 pelos Estados-Maiores de todas as forças armadas do mundo.

174. *Ceras.* – A Carnaúba e o Ouricuri são matéria prima produtora de cera, cada vez mais empregada na indústria. A Industrialização das ceras no Nordeste acaba de sofrer verdadeira revolução pelo emprego de capitais norte-americanos em empresas verdadeiramente industriais. Há, porém, bastante espaço para aumentarmos a nossa produção de cera, com novos métodos e novos plantios dessas duas palmeiras amigas da seca, onde produzem o seu mais interessante produto: a cera.

175. *Frutas.* – As nossas frutas selvagens exigem uma industrialização adequada, não somente na indústria dos doces, invenção histórica brasileira ainda não explorada convenientemente nos mercados mundiais, mas com a criação e ampliação de outras indústrias correlatas como a dos vinhos e refrescos, para os quais já se orientam certas plantas, tais o açaí, pataúá e caju. Ampliar tais indústrias no sentido da exportação é criar mercado externo sequioso dos nossos produtos. Isto não é tarefa para consulados no estrangeiro que não suporta de modo geral a excessiva doçura e o aspecto com que apresentamos os nossos produtos, sempre em ridículas quantidades que nem chegam para o nosso reduzido consumo interno.

Licores, vinhos, refrescos, doces e conservas constituem indústrias poderosas no mundo. A Coca-Cola Americana. Tem um movimento anual superior a todos os orçamentos nacionais (federal, estadual e municipal) somados.

CULTIVADOS

176. Há em nosso país um empirismo ignaro em nossos planejamentos agrícolas, que não pode continuar. Força-nos é trabalhar para que possamos ter em nosso meio regiões onde se cultive tal e tal produto.

Também não descurarmos do melhoramento das espécies mais procuradas pelos mercados consumidores. Há, ademais, um aspecto do problema agrícola que importa ser focalizado: o da introdução de novas variedades para a criação de novas riquezas. Assim fizeram os nossos Maiores nos ditos tempos coloniais: cana-de-açúcar, café, trigo, cacau, amora, fruta pão, jambo, gengibre, cravo, pimenta da Índia, manga, muitas espécies de banana, etc., são dádivas dos portugueses à sua América, (nomeadamente pelas mãos dos Jesuítas). Como em tantas coisas boas, o que nos cumpre a nós brasileiros não é começar, mas, sim, recomeçar..

Ao lado do aspecto agrícola propriamente dito, convém considerar-se os outros referentes à alimentação sadia tanto das populações rurais como as das cidades.

Ponderando-se todos os problemas retro referidos, passemos ao duplo panorama da nossa atual conjuntura econômico-agrícola.

177. Em primeiro lugar o melhor aproveitamento dos vegetais já cultivados entre nós. Neste sentido, convém citarmos a publicação pormenorizada dos resultados das pesquisas científicas feitas no campo dos vegetais cultivados para seu melhor aproveitamento e valorização. Citemos p. ex. o aproveitamento na alimentação humano, com verdura, das folhas da mandioca, ricas em sais minerais e vitaminas. A melhor industrialização das nossas raízes, tais como cará, inhame, topinambur, batata-doce, para a fabricação de alimentos compostos sob a forma de farinhas, é assunto a considerar.

Para bem aquilatarmos o nosso problema agrícola, passemos um rápido olhar sobre as nossas possibilidades produtivas de amido, matéria-prima para um sem-número de indústria.

178. Longa é a lista das nossas fontes de amido, fora as raízes, tubérculos e rizomas, e, não contando os cereais cujos grãos são armazém desse produto, há em nosso país outras fontes, tais como: a jaqueira, a fruta-pão, porém estas ainda não são as maiores, porque vamos encontrar no sagu dos troncos velhos das palmeiras buriti copiosa quantidade de amido explorável. Os cocos das 48 variedades de palmeiras da nossa Terra, entre as quais o buriti, o caranaí, a pupunha, o babaçu, a piaçava, apresentam capas de amido facilmente industrializável.

Afirmamos que em nossa país se perdem anualmente milhões de toneladas de amido, como podemos recuperar para a alimentação, tanto humana como dos animais domésticos, bem como para a fabricação de álcool, colas, etc.

O milho, a batata, o cacau, a mandioca, o trigo, o arroz, as frutas, a cana-de-açúcar devem ser objeto de um cuidadoso planejamento agrícolas que lhes possibilite maior expansão dentro dos nossos mercados internos e de exportação.

179. É tempo de fixarmos a nômade cultura cafeeira, por meio de processos científicos de adubação, sombreamento, qualidades de grão para bebida. Parece-nos que a bebida “Santos” deve regular uma agricultura cafeeira na zona da estrada de ferro Mogiana, com caráter de pomicultura especializada, sem prejuízo das outras zonas cafeeiras do país.

180. Pensamos outrossim já ser tempo de resolvermos o problema do cacau que se deslocou do seu centro produtor natural, província do Amazonas, para o centro-sul da Bahia, Ilhéus, onde produz riqueza capitalizadora. Propomos que, gradativamente se desloque a lavoura cacauera baiana para ao Amazonas e que em Ilhéus seja substituída pela cultura da fruta-pão, árvore da cola, dendezeiro, e carité, em jardins tropicais, que permitem trabalho anual bem remunerado à mão de obra agrícola.

181. A própria cultura da cana-de-açúcar, já radicada há séculos em nosso meio, está a exigir reforma, afim de podermos produzir açúcar barato para exportação. Não há de ser somente agrícola a reforma, senão também industrial, visionando melhor aproveitamento da mão de obra que no Nordeste poderá empregar-se noutros misteres mais lucrativos, no próprio local, ou em outras regiões do país necessitadas de trabalhadores.

182. Uma REFORMA AGRÁRIA baseada em cadastro perfeito, com vistas a uma industrialização local dos produtos agrícolas para seu melhor aproveitamento, daria trabalho para os vinte milhões de brasileiros que ainda vegetam na economia de consumo, nas vilas e compôs do Brasil, com uma alimentação semelhante à de habitantes da África Central ou á que se dava aos prisioneiros dos compôs da concentração da Europa, durante a passada guerra de 39 à 45.

As cidades vegetativas ou mortas encontrariam numa agricultura sabiamente planejada o sólido mercado interno para os seus produtos e poderiam assim tornar-se cidade econômicas como as que encontramos em Santa Catarina p. ex., onde uma industrialização inteligente está criando produtos de mercado consumidor certo.

O que se fez em Santa Catarina e Paraná pode-se imitar no resto do Brasil, principalmente no Norte, Centro e Nordeste.

Nos capítulos seguintes veremos os meios preconizados pela ORGÂNICA para chegarmos a esse resultado.

INDUSTRIALIZAÇÃO DOS ANIMAIS



CAÇA – (PARQUES NACIONAIS)

183. A caça é entre nós profissão pouco remuneradora, quando não se apresenta com caráter meramente desportivo. A exportação de peles e couros de animais selvagens faz-se em circunstâncias tais, que se lhe não pode chamar, tanto sob o aspecto de proteção à fauna, como no comércio e preparo dos produtos, para consumo interno e exportação.

Os *Parques Nacionais*, multiplicados em todo o país, deve, ser refúgio dos animais selvagens, onde pode permitir-se a caça mediante uma taxa prévia, à semelhança do que se pratica na Alemanha.

Deve-se organizar um serviço de caça para o combate aos animais tendentes a constituir praga, como o gafanhoto do chapadão dos Parecis p. ex.. Tal serviço mobilizaria brigadas de caçadores dirigidos por técnicos especializados, para combate mais eficiente às pragas animais, entre as quais sobressai a saúva. Este combate pode e deve ser conduzido nos moldes do serviço de combate aos coelhos na Austrália.

Pode-se ainda entrever uma ampliação do serviço de caça, no sentido de domesticar as espécies selvagens, que de um ou outro modo sejam úteis. Um exemplo pode ser citado: a criação de palmípedes, cisnes, gansos, patos e marrecos na Amazônia em geral e no baixo Purus em particular, para a debelação das pragas de piuns e carapanãs, verdadeira barreira que são à colonização dessas regiões. Ficaria a cargo das municipalidades este serviço. Aliás, o critério Patrianovista é “municipalizar” os

serviços públicos sempre que seja possível. Os vizinhos munícipes sentem muito mais “na carne” os problemas do que os homens ausentes nas capitais da província ou na Corte.

PESCA – (PORTOS DE PESCA)

184. A pesca, tanto fluviolacustre como marítima, no Brasil é primitiva e, em alguns pontos, inferior a feita pelos aborígenes. Para calcularmos o quanto estamos atrasados nesse importante setor da alimentação, basta compararmos estes dados: 135.000 pescadores da América Hispânica recolheram em 1947 421.702 toneladas de pescado de água salgada e doce, enquanto na Islândia 6.300 colhem 477.152 toneladas anuais.

Disposições legais, contaminação das águas, equipamentos piscatório inferior e antiquado, pesca costeira, insuficiência de mercados, tais são as causas apontadas para explicar tal disparidade.

Pescadores noruegueses vêm todos os anos, da sua pátria longínqua, à ilha Bouvet, a cinco dias de navegação do Rio de Janeiro, pescar grande cópia de peixes, que são industrializados no local em navios-usinas e enviados para a Noruega. Bem possível é que o bacalhau que deles compramos todos os anos seja pescado bem próximo das nossas costas, nas águas frias da corrente de Benguela, que leva para as costas fronteiras africanas de Angola e Sudoeste Africano cardumes de peixes tão volumosos, que o mar sobre eles quebra, como faria sobre linhas de recifes de quilômetros de comprimento.

Impõe-se a criação de *Portos de Pesca*, semelhantes aos que já existem em todos os países do mundo, Portugal p. ex., em Aveiro. Propomos no capítulo seguinte os locais aptos à instalação de tais portos, onde a atividade dos pescadores não seja estorvada por disposições legais vexatórias nem seja, como está sendo explorada por estrangeiros que fazem dos nossos caiçaras escravos a serviço de sua usura desaforada. Foi para isso que expulsaram os quase-patrícios “poveiros”?

A piscicultura, que vitórias retumbantes já obteve com a introdução de variedades amazônicas nos açudes do Nordeste e a aclimação do peixe-rei nas lagoas gaúchas deve visar, ampliando-se ainda mais, ao aumento da nossa fauna ictiológica de água doce, criação de tucunaré, o melhor peixe dos nossos rios para o combate às piranhas p. ex..

Há, demais disso, o problema da criação de peixes insetívoros, como o guaru-guaru, para a luta com o impaludismo. Cabe à piscicultura na Amazônia auxiliar a tartaruga e o peixe-boi na sua terrível luta pela sobrevivência.

Pesca de alto mar com portos de pesca devem ser os meios empregados para voltarmos ao nível das antigas armações coloniais, que colocavam o Brasil num dos primeiros lugares na pesca das baleias. Nota-se, pois, mais uma vez, que no Brasil as grandezas se fazem sempre, ou quase sempre, *restaurando* e atualizando as grandezas do passado desprezadas e perdidas...

Ao lado disso, uma indústria de frigoríficos bem aparelhada pode ampliar o nosso mercado interno consumidor de pescados, para melhoria da alimentação do brasileiro que vive em regime de penúria, até mesmo em se tratando de famílias de pescadores.

CRIAÇÃO DE GADO – IMPORTAÇÃO DE ESPÉCIES TROPICAIS SELECIONADAS

185. Apesar da vitória do zebu, resta ainda muito que fazer nesse setor.

Dois são os aspectos focalizáveis para a melhoria da criação de gado entre nós: introdução de novos gados nos nossos hábitos pecuários com a conseqüente melhoria das pastagens pela correção das terras ácidas em sua maior parte, e importação de espécies tropicais selecionadas.

Muito há que fazer em ambos os setores; pois, pela correção das terras ácidas de pasto pela gipsita-gesso, pode-se antever uma diminuição dos carrapatos, o nosso grande flagelo.

O aumento do nosso plantel de ovinos pode colocar-nos em plano igual ao da Austrália.

A introdução da cabra Angorá valorizaria os nossos banhos caprinos, pela produção da lã mohair. Búfalos para os nossos campos úmidos amazônicos, bois-gauros da Índia para os campos do Nordeste, não somente aumentariam o nosso plantel bovino como multiplicariam o espaço por eles ocupado, Inteligente seleção, semelhante à feita na África do Sul e Austrália, não só melhoraria o gado de importação, mas também daria novos tipos de carne para o mercado exterior, assim como o leite em quantidade suficiente para uma alimentação digna de seres humanos.

Uma associação de criadores similar da Mesta castelhana, sem os seus abusos, poderia melhorar o nosso gado, tanto no tipo como na alimentação e, pelo transporte barato, com industrialização local, ampliar o mercado interno, com a produção a baixo preço de ótima carne para o consumo.

Financiamento apropriado incentivaria o progresso pecuário, ora em fase crítica.

AVICULTURA – (FORRAGENS)

186. Como no caso precedente temos de incentivar a instalação de granjas avícolas que se dediquem à produção de várias aves, além das conhecidas, galinhas e patos. Perus, pavões, faisões, gansos, podem ampliar o nosso mercado avícola. Há ainda que considerar um aspecto avícola interessante para nós: a introdução da galinha sultana, do Oriente Próximo, por ser uma agressiva perseguidora de ratos e insetos em geral, e formigas em particular. Galinhas sultanas contra saúvas talvez não seja má estratégia. Seria uma compensação para a praga dos pardais trazido pelo... esnobismo ignorante.

O segundo aspecto das forragens deve ser considerado. Para isso, compete-se nos selecionar as nossas forragens nativas, entre as quais existem muitas de comprovado valor, e importar outras úteis aos fins colimados que se resumem em obter melhores e maiores aves de capoeira e melhor ração alimentícia para o gado.

CUNICULTURA

187. A criação de coelhos entre nós para a alimentação das classes menos favorecidas deve ser acompanhada com verdadeira pedagogia introdutiva dos hábitos de consumo de coelhos, como já se fez no Rio de Janeiro.

Coelho e horta devem marchar juntos para melhorar os nossos hábitos alimentares tão criticados, com justiça, pelos nutricionistas.

Podemos criar coelhos que produzam peliças para abafos de pouco valor, úteis para o nosso clima que não exige peliças caras. Os nossos invernos que chegam a matar anualmente brasileiros mal abrigados, nas regiões mais frias, podem ser vencidos com abafos feitos de peliças de coelhos, mais baratos do que as de lontra, martas e outros animais caçados e criados no Canadá.





CAPÍTULO V
PRÁXIS ECONÔMICA



PRODUÇÃO



A simples leitura do índice deste capítulo elucida o pragmatismo da nossa ORGÂNICA, para chegarmos a resolver de vez todos os nossos problemas, periodicamente focalizados “individualisticamente” pelos sucessivos candidatos à presidência da república, porém, nunca resolvidos durante os 61 anos de governo republicano no Brasil.

O Império Orgânico preconizado por nós, Patrianovistas, por ser um sistema de governo econômico e de acordo com os nossos hábitos culturais, pode levar avante a práxis econômica, exarada em seus três itens econômico-políticos.

Sendo o Império supletivo e não totalitário, criando sanções pragmáticas para certas prioridades, dá aos Produtores meios possantes, pela ajuda direta e indireta, para ampliar o mercado interno e conseqüente o padrão de vida nacional. O protecionismo norte-americano deu aos Estados Unidos poderosos meios de produção, sem, contudo, livrar os produtores das crises periódicas que alteravam a esplêndida prosperidade dos pragmatistas estadunidenses. Os planos quinquenais urssistas, em seu materialismo econômico e socialista, alteraram o fâcies econômico da União Soviética, porém com um custo exorbitante de pessoal encarregado da fiscalização e espionagem dos operários e o peso morto do trabalho escravo. A nossa PRÁXIS ECONÔMICA imperial, supletiva, não obedece ao capitalismo, nem ao comunismo, mas à realidade nacional, empregando meios nacionais, para resolver problemas nacionais, com auxílio da técnica estrangeira, à semelhança do que se fez no Japão, em maior escala, e

do que se faz na Inglaterra em escala contínua. Pois o próprio Conselheiro-Mor Patrianovista já dizia em 1929: “Pátria nova...vem pugnar pelo Terceiro Império, que não será uma restauração, mas uma instauração, uma inovação, uma criação nova da vibrante alma brasileira do presente em harmonia com o meio brasileiro, com as aquisições das ciências sociais, à luz da tradição que tem a sua lei irrefragável de continuidade; ajudada pela experiência da colônia (que já era brasileira), dos dois Impérios e da própria república que, embora antinacional, ou talvez por isso mesmo, nos deu grande cópia de soluções que ela é incapaz de pôr em obra; ajudada outrossim da experiência estrangeira em certos casos; pois, sendo o homem essencialmente o mesmo em todo o orbe, HÁ PROBLEMAS QUE RESOLVIDOS ALGURES ESTÃO UNIVERSALMENTE SOLUCIONADOS” (Vide retro, cap. I, b), “Porquê Pátria Nova”).

A nossa ideia pragmatista resume-se no que afirmamos: ser a economia uma atividade do homem político que pode ser exercido por meios culturais nacionais, empregando os métodos usados pela civilização mundial, em benefício de todos.

Passemos a explicar, rapidamente cada item abaixo, como segue:

MEIOS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA

189. JARDINS TROPICAIS. Grandes fazendas, individuais ou de sociedade, com plantações mistas de vários vegetais de forma que se tenha trabalho para o ano inteiro, diminuindo-se o custeio do trato e aumentando-se o lucro pela abundância da produção.

Vejamos um exemplo: uma fazenda com uma fileira de coqueiros, outra de algodoeiros, outra de cacauzeiros, outra de palmeiras, outra de mangueiras, outra de jaqueiras, etc., pode ser verdadeira usina de produtos naturais, levando-se na dívida conta a época da colheita, para se ter a produção bem regulada.

Um Jardim Tropical governamental pode ser muito maior e destinar-se ao reflorestamento científico-econômico do Nordeste e da Amazônica. Tal Jardim poderia instalar-se na Chapada do Apodi, Rio Grande do Norte e Ceará. Voltariam aos bilhões os milhões de cruzeiros nele dispendidos. A intérmina extensão *Tropical* como se pratica na Indonésia, cujos ditos planejados pelos holandeses tornaram esse país a maior potência tropical produtiva de artigos agrícolas, nativos em outras regiões: seringueira, quina-quina, sândalo são exemplos para citar.

São os Jardins Tropicais, ao nosso ver, os únicos meios disponíveis para dominarmos a hileia amazônica, sem destruir-lhe a riqueza nativa.

A estrada de ferro Bragantina no Pará pode servir de início para a instalação de Jardins Tropicais particulares, dedicados à mobilização dos produtos amazônicos.

190. *Cooperativas.* Os pequenos agricultores podem ser associados em cooperativas, que também se aplicariam aos garimpos para aumento da produção de ouro e diamantes, pelo emprego de maquinário apropriado como se fez na África e América do Norte. Nem vem fora de propósito que o comunitarismo é uma das feições características da tradição luso-brasileira que revive nos mutirões e outras usanças. Importa, não obstante, reeducar o povo no que perdeu com estes tempos egoístas de individualismo doutrinário e prático.

191. *Bancos Agrícolas.* Administrados pelos próprios interessados, tais bancos resolveriam o problema do financiamento agrícola tão debatido entre nós. A estabilização de uma classe agricultora de fato seria o melhor resultado entrevisto pela economia dos bancos agrícolas.

192. *Disseminação Industrial.* Estratégica na era da bomba atômica e da aviação jato-propelida, a disseminação industrial deve ser encorajada como meio civilizador dos nossos sertões e como mobilizador dessas massas enormes de desempregados das nossas cidades sertanejas, cuja soma se calcula em cerca de 20 milhões de indivíduos vivendo em nível de vida baixíssimo.

193. *Imigração*. Introduzir imigrantes em nosso meio é problema árduo, por isto que ainda não fizemos o que devíamos: criar ambiente para assimilar a ádvena. A imigração tropical canalizada para a Amazônia, para os Jardins Tropicais deve encontrar lá o trabalhador nacional, nordestino de preferência, hígido e educado para recebê-la e nacionalizá-la em curto espaço de tempo, como se fez São Paulo com a imigração italiana nacionalizada pelas fazendo de café. Nada de imigração nem capital que venham explorar e menosprezar o filho da Terra! Para imigração tropical, pensamos em trazer antilhanos que já saem da América premiados pelo número excessivo em relação à terra cultivável. Estão nesse caso os porto-riquenhos que podem servir como elemento notável na ajuda à colonização da Amazônia. Idêntico fato se verifica na Índia e Java, onde mão de obra especializada em jardins tropicais pode ser mobilizada para cá, através das colônias portuguesas lá escalonadas.

Com os milhões de trabalhadores por essa forma mobilizados poderemos vencer o Inferno Verde e arrancar de lá as opulentíssimas riquezas latentes averbadas nos tratados de botânica tão caros aos inertes ufanistas dos nossos dias.

A imigração europeia, tanto individual como de empresas, já deu exemplo convincente para ser incentivada em todas as regiões onde for realmente necessária segundo os planos da ORGÂNICA. Acreditamos que a imigração europeia entre nós tem outro aspecto que se deve ressaltar: o da educação, ou, melhor, estímulo ao nosso íncola que passe a ter hábitos mais consentâneos com a civilização moderna, na luta pelo progresso.

194. *Adubação*. Educar o lavrador na mística da adubação e correção deve ser sanção a aplicar-se economicamente pelo país inteiro, até acabarmos de vez com essa prejudicial flutuação de produção agrícola e a conseqüente agricultura nômada, inimiga das nossas matas e produtora de desertos.

195. *Laterização*. Maior que a erosão e a percolação, o problema da laterização entre nós deve equacionar-se para a sua solução. É a laterização a responsável pelo nomadismo agrícola evidente em nosso meio por toda a nossa história.

O endurecimento da superfície da terra e a sua conseqüente mineralização é problema de urgência para um país tropical como o nosso, se não quisermos transformá-nos em um Arábia ou um Saara. A laterização já se instalou no Nordeste e caminha para oeste à razão de dois quilômetros por ano. Em 2.166 terá atingido a ubérrima região do Tocantins. Ajudagem somente não resolve tão importante problema de salvação nacional, invisível para os imediatistas.

Temos estudos adiantados nesse setor, por enquanto só no SUPREMO CONSELHO IMPERIAL PATRIANOVISTAS e brevemente também na “Academia Patrianovista de História e Economia Luso-Brasileira” (APHELEB). Estamos, pois, habilitados a propor um plano que resolva basicamente a laterização. É, porém, plano de Estado e, portanto, Imperial. Assim como há política contra malfetores, também propomos serviço contra laterização.

196. *Jardim Botânico* (Introdução de plantas estranhas e cultivo de plantas nativas utilizáveis).

Somente este título explica a utilidade de vários jardins botânicos que não se hão de confundir com os Jardins Tropicais retrorreferidos, e que se instalarão pelas várias regiões naturais do Império. Supervisionando estações experimentais e de cooperação, os Jardins Botânicos têm finalidade própria, a saber restaurar na medida do possível as nossas condições naturais florísticas, num sentido econômico utilizável, sem prejuízo da verdadeira ciência pura a que se dediquem.

197. *Seleção de Animais Domésticos e Domesticáveis*. Há muito que fazer nisso e algo já dissemos quando tocamos na industrialização dos animais. Jardins Zoológicos criados com este fim podem ser planejados e instalados à semelhança dos Jardins Botânicos, e não como simples locais de recreio tal qual os já existentes. A paca p.ex. e capivara, o veado já eram xerimbabos, animais estimados de casa, entre os tupis e até mesmo a primeira é criada pelo nosso caboclo, como ementa para os banquetes rurais.

198. *Aproveitamento das Regiões Áridas e Semiáridas pelo Reflorestamento*.

Cinco são as grandes regiões áridas e semiáridas, verdadeiros desertos brasileiros, a exigir trabalho nosso para utilização, e perfazendo um total de mais de um milhão de quilômetros quadrados. São elas:

- 1) Norte do Pará e Território do Rio Branco. Os campos nativos lá existentes cobrem enormes extensões de aridez apenas cortadas pelos vales fluviais. Os campos arenosos apresentam melhor vegetação do que os argilo-silicosos; estes são verdadeiros desertos.
- 2) Chapadão dos Parecis, Centro-Norte de Matogrosso. Região já batizada por Rondon de Desertão, seus campos de capim navalha, pejados de gafanhotos lembram os estepes arianos. A abundância de sílica é inferior somente à do deserto Líbico que nos tempos remotíssimos dos Faraós apresentava semelhança com esta chapada de modo impressionante, pois era percorrido por expedição venatórias daqueles soberanos.
- 3) Serra da Desordem, Maranhão, onde há barcanas e outras dunas características dos desertos, faltando apenas beduínos e camelos para se ter uma ideia completa do Saara no Brasil.
- 4) Gerais do São Francisco. As campinas existentes a oeste do vale sanfranciscano são mui semelhantes às estepes do Sael sudanês, apresentado solo duro e pedregoso.
- 5) Restingas gaúchas. Com dunas ininterruptas, desde Laguna em Santa Catarina até o arroio Chuí no extremo sul, tais restingas estão pedindo as florestas de pinho marítimo português que Dom Dinis plantou em Leiria lá pelos anos de 1.285 e forneceram madeira para as nossas caravelas.

Vê-se não termos tocado nas Caatingas e Cerrados, Campestres e Agreste que são regiões de possível melhoramento, por serem semiáridas, em menor grau que as anteriores.

199. Tornaria econômica as regiões supranomeadas uma sábia política de reflorestamento. Reflorestar não significa abandonar atividades produtivas, pois que poderia fazer-se nessas chapadas uma criação de cervos como se fez na Nova Zelândia, ou mesmo criação de carneiros, depois de crescidas as matas e semeadas novas gramíneas.

200. *Escarpas, Faces-Sul, Nascentes de Rios e Lugares Pitorescos como Parques Nacionais* (Caça, Criação de Animais Selvagens, Canadá e Nova Zelândia). – Escarpas constituem no Brasil sério problema político, não só pelo fato de oporem embaraços à construção de estradas, como pela barreira que formam nos desníveis das chapadas. Torná-las propriedade estatal para serem conservadas como florestas naturais, tal deve ser o escopo de uma boa política. O mesmo se dá com as faces-sul, onde desníveis abruptos aconselham a manter nelas as matas de Noruega para não se agravar o já grave problema de erosão. As nascentes dos rios também devem ser reflorestadas e conservadas assim, bem como os lugares pitorescos, Quixadá p. ex., no Ceará, devendo estes demarcar-se como Parques Nacionais, onde a caça seja interdita e neles se pratique a criação de animais selvagens como se faz no Canadá e Nova Zelândia.

201. *Portos de Pesca, Pesca Fluvial, Lacustre e Marítima*. Já se focalizou anteriormente, na industrialização dos animais, a instalação de portos de pesca tanto para a pesca em água doce como em água salgada.

Planejamos para a pesca de alto mar aproveitar as baías abrigadas de Guaratuba, Paraty-Mirim, Paraná e Rio de Janeiro, que, por sua excentricidade ou vizinhança de outros bons portos naturais, sirvam para portos de pesca, isto é, portos onde a atividade seja a pesca com todos os seus equipamentos modernos, tanto navios como fábricas, tanto redes como frigoríficos e saladeiros.

Os pescadores são marujos em potência. Reclamam proteção especialíssima contra *influências e explorações* escusas estrangeiras!

A centralização das atividades piscatórias em portos de pesca racionaliza os métodos, associa os pescadores, solidariza-os, melhora a produção, amplia o mercado e traz riqueza pela série gigantesca de produtos obtidos. Com portos de pesca bem escalonados em nossa costa (e temos uma lista bem organizada), aproveitando as boas baías, como já se disse, poderemos lançar-nos na disputada corrida da pesca de alto mar, que nos fará sentir novamente a nossa tradicional vocação de gente marítima, a nossa excepção-

nal projeção oceânica, completamente desconhecida pelo povo e governo da república que por pecados de omissão nos privou do sentido do Mar.

Causa pasmo nos meios econômico-políticos a desídia nossa nesse importantíssimo setor da produção de alimentos que dá trabalho para cerca de 500.000 pessoas na Grã-Bretanha produzindo umas 800.000 toneladas anuais de peixe.

Estações piscicultoras tanta para água doce como para água salgada fazem parte do equipamento nacional de pesca.

TRANSFORMAÇÃO



202. *Cidades Industriais como Elemento Colonizador.* – O estabelecimento de pequenos centros industriais onde a sua presença o requerer é fator ímpar de civilização dos nossos interiores sertanejos, onde imperar o empirismo e a rotina com seu conseqüente atraso e desemprego, vale dizer mercado interno ínfimo.

Já sabemos onde estão as nossas principais jazidas metalíferas e também onde se situam as nossas fontes de energia, cachoeiras e jazigos carboníferos, bem como palmeiras de atalaias. Nada mais fácil do que estatuir um plano de situação de pequenos centros industriais, tanto para se aproveitarem os já existentes de vida precária ou decadente, qual Alcântara no Maranhão, Mato Grosso na província homônima, como além disso criando novos, bem situados, sobre as vias de transporte. Desse modo colonizaremos o Brasil enviando para locais futurosos empresas com técnicos nacionais e estrangeiros, como capitais estão preliminarmente garantidos.

203. *Industrialização dos Minerais, com Aplicação de Métodos Ultramodernos.* – Os nossos minérios precisam de tratamento industrial e não devem ser apenas artigos de exportação em bruto à maneira de países coloniais. Isso constitui uma vergonha para uma grande Nação.

O enriquecimento dos minérios para exportação deve ser encarado como se deve, por meio de um equipamento usado em todos os países produtores de minérios.

Trabalham ainda com métodos e equipamento antiquados os nossos garimpos. As suas futuras cooperativas devem ser aparelhadas com

material moderno e eficiente, p. ex., bateias mecânicas que trabalham por dia 9 toneladas de material aurífero. Com tal equipamento não será de admirar um surto ingente da nossa garimpagem que, com os capitais adquiridos pela venda do ouro e diamante centralizados nas cooperativas, não somente sairá da servidão econômica em que jaz, como ademais terá meios para atacar a exploração dos filões auríferos e dos jazigos diamantíferos, alguns dos quais formam concessões dadas pela república a sindicatos estrangeiros e onde o brasileiro nem pode pôr o pé. Desses há alguns, disfarçados em missões protestantes como no rio Gurupi, que chegam à desfaçatez de desfraldar aos ventos em nossa terra a bandeira inglesa, qual se fosse soberana do nosso chão.

Surto de produção mineral, liberdade e valorização dos garimpeiros, ampliação do capital nacional, tais são os principais resultados práticos da Industrialização dos Minerais.

204. *Necessidade de uma Supervisão Econômica para Conservação das Riquezas minerais* (V. “Fontes da Vida” e “O Problema Nacional Brasileiro”, de Alberto Torres). – Conservar sem aproveitar não é economia, mas conservar para o futuro pelo melhor aproveitamento das nossas riquezas, tal há de ser o escopo dessa Câmara de Conservação Imperial, instituída sem os vícios de associações de interesse entre técnicos e capitalistas estrangeiros sem levar em conta os altos interesses nacionais, e até contra esses interesses.

205. *Aproveitamento dos Homens Marginais das Grandes Cidades* (Vida “Pena sem Prisão” de J. C. Ataliba Nogueira, e obras similares de Barreto Campelo e outros). – Há em nossas grandes cidades, nas favelas e porões, um crescente e alarmante número de pessoas que vivem em perniciosa promiscuidade, enquanto sobram extensões em nossa Terra, virgens de casas e promissoras de riquezas. E há-os às vezes até vida decente ou outros motivos, vegetando em empresas produtoras, visando reforçar a colonização interna (autocolonização, brasileira) e a estabilidade de tantas famílias com uma melhor posição social, não é simples ato policial, repressivo, senão, muito pelo contrário, obra ingente que somente o

Império poderá levar a cabo. A tuberculose, rainha daqueles bairros, será destronada com evidente vantagem para todos. Diminuirá a mortalidade infantil e juvenil, grassante nesses pestíferos ambientes.

Reeducar pelo trabalho produtivo em locais estranhos aos de nascimento dos homens marginais, inúteis a si mesmos e à Nação, e cujo número assombra, pois passa da casa do milhão, é obrigação cristã, muito mais meritória do que conservá-los em uma miséria vizinha do desespero e do crime, desfecho natural da sua situação.

206. *Estimulo às Invenções.* Base essencial do progresso dos Estados Unidos e demais nações industriais, o estímulo às invenções, por parte do Estado, faria surgir um número de patentes que ampliariam o nosso parque industrial a uma escala nunca vista na história. Um inventor garantido e estimulado vale mais do que mil fábricas rotineiras trabalhando. E a vocação inventiva é muito nacional. Entre outras coisas, já inventamos o aeróstato (Padre Bartolomeu de Gusmão), a dirigibilidade dos balões, isto é a aviação (Santos Dumont), a máquina de escrever (V. J. C. Ataliba Nogueira, “Um inventor brasileiro”), a máquina de escrever música (Padre Lucas), ainda não industrializadas não sabemos o porquê, etc., etc.

207. *Bancos de Trabalho.* Recentemente instalados, entre nós esta instituição fará para o trabalho o que os Bancos de depósito fizeram para o capital. O país onde esta instituição poderá tornar-se potência econômica, justamente pela falta de grandes capitais ou, mais ainda, pela carência de pequenos capitais facilmente “acessíveis”, é o Brasil. Aqui os bancos de trabalho se destinam a ser o que foram para os Estados Unidos os Federal Reserve Banks.

208. *A Grande Indústria pela Estruturação Corporativa* (Operários e Usinas). – As grandes corporações dos nossos dias, tais como a Standard Oil, General Motors, são sociedades anônimas formadas pelos próprios operários que detêm o maior número das ações. Porém a administração fica nas mãos de poucos dirigentes que, à semelhança dos banqueiros internacionais, manejam impiedosamente nos bastidores guerras lucrativas, nas quais somem vidas e riquezas. Uma corporação de verdade não so-

mente deve dar aos seus operários a participação nos lucros, senão também associação na administração. A Corporação é também *educativa*. Não assiste apenas. Forma ora, “Os problemas sociais (diz o P. e Roberto Saboia de Medeiros SJ) só serão resolvidos quando a obra de assistência estiver acompanhada de uma tarefa mais vasta e mais transformadora, que é a tarefa de criar convicções, de dar ao ser humano a têmpera pela qual ele se remedeia a si mesmo, de educar, formar homens e não asilar enfermos e padiolar estropiados. É muito mais importante atacar as causas pelas quais o homem ficou ferido, aleijado e roto do que dar uma roupa bonita que parece até uma caçoada e que nada resolve”.

E no Brasil urge, além do mais, policiar as “corporações” estrangeiras que sabotam a mão de obra nacional e desprezam e diminuem o nativo.

Idêntico fato se dá com relação à associação das usinas que deve visar ao barateamento da produção. Truste e cartéis são produtos do capitalismo; Corporações organizadas, porém, são frutos opimos da Monarquia Social cristã medieval, que foram mortos pelo inepto liberalismo revolucionário francês. Restaurar os antigos Mesteres coloniais em formas modernizadas é dar aos operários o seu devido lugar de honra na sociedade, é torná-los esteios da ordem mornarco-aristodemocrática, da qual sempre o foram, é libertá-los da tirania desumana de aventureiros comunistas exploradores da sua boa-fé, cujas mãos nunca empunharam ferramentas calejadoras. “Trata-se na realidade – e não podemos fugir à questão – de cumprir com o dever num sentido mais amplo, diz Pio XII, de dar às inúmeras famílias, conservando a sua integridade e unidade natural, moral, jurídica e econômica, a oportunidade vital, por mais modesta que seja, de viver segundo as mais elementares exigências da dignidade humana.

“Cessem também as preocupações egoístas de classes e nações, que possam prejudicar, embora de leve, uma obra sinceramente empreendida e cumprida com vigor e energia – e cooperem todas as forças e todas as possibilidades de que disponha o mundo inteiro, para auxiliar as iniciativas e os esforços dos indivíduos e grupos particulares, com a colaboração universal dos povos e estados concorrendo cada um com a sua contribuição de

riquezas e de matérias-primas, de capital e de trabalho. Saibam finalmente, os que participam desse esforço comum, reconhecer e apreciar sem reservas o auxílio prestado pela Igreja... Mostra-se antiquado quem, nos antigos países industriais, pense que hoje em dia, como há um século – e nem sequer há um século, há cinquenta – seja suficiente assegurar ao assalariado, emancipado de seus vínculos feudais e patriarcais, a liberdade legal e real.

“Porque semelhante concepção revela erro total ao ajuizar da dificuldade essencial da situação presente” (Discurso ao Congresso de Estudos Sociais, 1950).

E isso tudo não se pode realizar no ordenamento liberal e inorgânico do Estado. Será mister dizer mais?

209. *A pequena Indústria pela Garantia à sua Sobrevivência (Liberdade de Trabalho e Produção)* – Há indústrias pequenas que não podem empregar as máquinas, como o artesanato; outras há que são sobrevivência diante da exploração dos grandes trustes comerciais é manter a tradição artística que ainda sobrevive apesar do *mare magnum* da maquinaria invasora. A liberdade de trabalho e produção há de ser a garantidora da pequena indústria, que tem de poder viver sem ser absorvida por trustes aniquiladores.

210. *NOBILITAÇÃO IMPERIAL dos empregadores e empregados da Indústria.* – Um empregador que haja administrado bem a sua indústria e um empregado que bem haja servido em seu posto de trabalho, são seres que merecem a gratidão da Pátria, da mesma forma que um militar, senhor de engenho, agricultor, cientista, professor ou artista. Além da satisfação do dever cumprido, merecem honras, como títulos nobiliárquicos, condecorações, que nada ficam a dever aos concedidos a outras atividades. Onde tais honras não existem, exalta-se a usura, o amor ao dinheiro apenas. Por isso, os nosso Maiores condecoravam os valores pessoais tanto como valores coletivos, cujos estandartes corporacionais eram galardoados, como honra aos ofícios que representavam. Continuando o pensamento dos seus Avós, S. A. I. R. Dom Pedro Henrique de Bragança condecorará os valores nacionais, tanto os Patrões como os assalariados.

211. *Cooperação Amistosa e Leal do Capital e Técnicas Estrangeiras, sob Controle Nacional.* – Tanto que tenhamos posto em ordem o nosso meio econômico e esteja a nossa Política de acordo com os nossos traços culturais, com os cânones da nossa Tradição, isto é – o Império Orgânico, atestado por quase 400 anos na Península e outros tantos no chão da América, o capital e a técnica estrangeiros acorrerão em tropel para cá, como no II Império, a pedir uma parcela onde empregar as suas atividades. Negar-lhes abrigo seria estultícia cega; dar-lhes semissoberania seria abdicação de direito, incapacidade incontestada. Devemos aceitar-lhes os trabalhos cooperando com os nossos, sob controle nosso, imperial.

CIRCULAÇÃO E CONSUMO



212. Juntamos em um só item estas duas parcelas de divisão da Economia Política porque sabemos serem ambas o ponto fraco da economia brasileira durante a era republicana.

Continuássemos Império e hoje teríamos muito mais de 200.000 quilômetros de ferrovias calculando-se pelo progresso demonstrado na construção de estradas de ferro nos últimos dias do Império (Vide o nosso cap. III, Justificação histórica). Sobre os grandes planos ferroviários imperiais que iam sendo executados quando fomos assaltados pela república, recomendamos a leitura de “O Império do Brasil na Exposição Universal de 1876 em Filadélfia”, Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1875¹⁵.

O nosso mercado interno consumidor sofreu muito mais com a república pelos muitos encilhamentos provocados pelas sinfonias inacabadas de cada período presidencial. De como alarmante diminuiu o consumo, bastante para isso compararmos dois jantares nos dois períodos – o Imperial e o republicano.

O transporte fluvial foi o que mais sofreu com a república, pois após o fatídico 89 não se fez no Brasil um só quilômetro de canal navegável, ao passo que no Império tínhamos um ligando Campos a Macaé, primeira etapa para se tornar navegável o Paraíba do Sul até a cidade paulista de Paraibuna.

(15) “Tínhamos em 1867 apenas 683 kms., de vias-ferreas. – Temos agora perto de 10.000”, diz Santa-Anna Nery em 1889, o. c.. Veja-se a porcentagem de crescimento ferroviário no Império”

Em seguida a estas tão necessárias quanto oportunas considerações, passemos aos itens.

TRANSPORTES

AÉREO, MARÍTIMO, FLUVIAL (RIOS E CANAIS COMPLEMENTARES),
FERROVIÁRIO E RODOVIÁRIO

213. O nosso transporte *aéreo* que tem unificado o Brasil, a despeito dos regionalismos republicanos, é todo feito por meio de aeronaves construídas no estrangeiro. Não possuímos sequer uma fábrica de aviões que se compare às existentes na Argentina, que já fabrica para fins militares aviões jato propelidos. Não são aproveitados os ventos verticais das nossas escarpas por uma navegação aérea de planadores rebocados, como fora possível ao longo do Espigão-Mestre, desde Minas Gerais até o Maranhão. Com fibras eternas até hoje uma indústria fabricante de dirigíveis para vigilância das nossas costas longuíssimas, nem aproveitamos as melhores madeiras para aviões, exportando-as *in natura* para outros países, que à semelhança do Japão constroem com elas os aeroplanos “Zero”, com os quais varreram dos da China as esquadras anglo-saxãs no início da passada guerra de 39-45.

Tudo isso está positivamente errado. Precisamos fabricar planadores, dirigíveis, aviões, usando a nossa matéria-prima para as nossas necessidades aeronáuticas, que são maiores do que as de outros países melhor servidos de outros meios de transporte. Abundam em nosso território os metais leves: alumínio, magnésio, berilo, lítio. Nada a não ser inércia e incompreensão dos nossos mais graves interesses impede os nossos técnicos de dotarem o Brasil de poderosa frota aérea de transporte, protegida por vigorosa aviação de guerra. E o que nos sobre é tripulação valente e das melhores do mundo.

214. O transporte *marítimo* oferece-nos curiosos aspectos que vale a pena considerar.

É deficiente o nosso transporte marítimo de longo curso. É fraca a tonelagem do nosso Loide para o nosso comércio exportador, com a agravante de serem incrivelmente altos os fretes. A Argentina que não possui a nossa tradição náutica e antes da segunda grande guerra não tinha frota de longo curso está hoje aparelhando uma que promete para os próximos dois anos ultrapassar a casa dos 2 milhões de toneladas.

Novamente, algo está errado, ainda mesmo não relembrando as nossas glórias marítimas imperiais; pois durante a guerra chegámos a construir eficientes navios de guerra pequenos, tais como destróieres e corvetas. Nada nos impede fabricar naus de longo curso usando o aço superior de Volta Redonda, a única obra notável criada no Brasil depois de 89.

Há, aliás, um assunto interessante para nós: são rasos os nossos portos. Manaus é, por ilógico que pareça, o mais fundo com os seus 20 metros de profundidade junto dos cais flutuantes do rio Negro. Até que tenhamos meios de ampliar e equipar modernamente os nossos portos litorâneos, convém verificarmos as nossas possibilidades de construção de navios de pouco calado e boa tonelagem, coisa de fácil execução para um país que já foi no século passado um dos melhores fabricantes de navios veleiros. E não só de veleiros. Este tipo de barco, o veleiro, ideal para longo curso de grande comprimento por causa do seu frete baixo, ainda se fabrica no Báltico e na Grécia para o comércio da Austrália que deles faz bom uso para o transporte do seu trigo a Londres, onde chega a competir com o trigo canadense vindo em vapores. O Brasil amanheceu na construção de tais embarcações, pois o primeiro que as fabricou aqui foi Martim Afonso de Sousa, o fundador de S. Vicente em 1532. Quanto à sua velocidade, já fizemos veleiros que venciam 18 e 20 por nós, enquanto hoje os mais velozes cargueiros a vapor mal alcançam 16.

215. Boa política é fazermos uma frota de veleiros para alcançarmos os portos da Ásia, África e Oceania (como os nossos Avós), porque a nossa posição geográfica é incomparável nesse sentido. Desse modo criaríamos um mercado para nós nesses continentes e poderíamos trazer de volta para os nossos portos *mercadorias reexportáveis* (as nossas modernas “especiarias”)

para a Europa e América do Norte, melhorando assim o nosso mercado de fretes internacionais, impondo aos cargueiros interessados na reexportação frete mais baixo para as nossas mercadorias importadas e exportadas.

Com estaleiros especializados em construir veleiros de alta tonelagem para carga, poderemos ver de novo a nossa imperial bandeira tremular nos sete mares do mundo como nos tempos de El-Rei Dom João VI, Rei e Imperador do Brasil, no topo dos mastros de navios nossos em todo o sentido, desde a matéria-prima do fabrica até na marinhagem treinada à maneira doutrora nas grandes rotas oceânicas.

Os nossos vapores ficariam para uma cabotagem e para as linhas do Atlântico Norte, onde conseguiram vencer os veleiros com a ajuda do canal de Suez e as perenes calmarias do mar Vermelho na rota curta entre Europa e Ásia.

Há em nosso país planos para a construção de veleiros de 5.000 toneladas em série, isto é, de acordo com as nossas necessidades. Talvez fosse hoje proveitosa para nós, que já fomos construtores dos mais velozes veleiros do oceano, uma visita dos nossos técnicos às ilhas Aland entre a Suécia e a Finlândia.

Concomitantemente a tal política construtora de cargueiros de vela, podemos instalar em Bongi, perto de Angra dos Reis, estaleiros para a construção de vapores, como fez o saudoso Mauá na Ponta da Areia perto de Niterói antes de 1870, isto é antes do incêndio misterioso que os destruiu e que a voz do povo atribuiu aos ingleses, cujos barcos, eram impotentes para vencer o mar a velocidade de 11 nós alcançada pelos navios de fabricação do eminente brasileiro desajudado pelo Senado, sem embargo da fala do trono de 1869, na qual Pedro II pedia auxílio para o maior economista nascido no Brasil.

Erros do passado não se compreendem no presente. Ou aprendemos com a História, ou somos loucos.

216. O transporte *fluvial* está entre nós longíssimo de se comparar ao feito pelos argentinos no baixo Paraná, para vergonha nossa.

Barcos fluviais próprios para os nossos rios estão desenhados em Dusseldorf na Alemanha. Nada impede que os possamos fabricar em nosso país, pagando os direitos autorais, já que não contamos com planejadores nacionais para tão fácil empreendimento.

Melhorar os nossos rios tais qual se fazia nos últimos dias do Império é plano de Estado que se não deve olvidar, como sucede. Represas, balizamento, comportas, canais, tudo deve ser mobilizado para termos barcas de 300 toneladas percorrendo o Paraíba do Sul e o Tietê, ambos ligados pelo canal de Guararema, e ambos livres das obras hidráulicas nefastas à navegação, construídas pela “Light” e que com as obras do Cubatão não têm mais razão de ser.

O rio São Francisco com suas obras em projeto e execução deve ser reeditado nos rios Araguaia, Tocantins e Madeira, para termos eficiente ligação sul-norte brasileira de frete barato e de alta tonelagem transportada, interessando a metade do continente. Ao leitor tal plano pode parecer mirabolante. Porém, nada acrescentamos ao plano de autoria dos irmãos Keller, engenheiros hidráulicos alsacianos contratados por Dom Pedro II, o maior dos Brasileiros, para domesticar os nossos rios ainda selvagens para a navegação fluvial, cujo frete é cinco vezes mais barato do que o ferroviário. Devemos esclarecer que a execução desse plano ficaria mais barata do que a construção da estrada de ferro Santos-Jundiaí, de muito menor extensão e capacidade de carga.

Pouco temos que falar aqui acerca do transporte *lacustre*, cujos problemas facilmente se solucionam concomitantemente com os fluviais.

217. O nosso transporte *ferroviário* padece de muitos e antigos males, a saber: vias mal projetadas, como a E. F. Teresina-S. Luís; outras antieconômicas, como a Oeste de Minas; outras parasitadas por excessivos ramais, como a Mogiana; outras desgastadas pelo uso, como a Leopoldina; todas, porém, sem bitola uniforme, equipamento moderno e classificadas como simples estradas de penetração, com linhas abaixo do comprimento considerado econômico para a sobrevivência da ferrovia, ou seja 1.300 quilômetros. Unificar as bitolas pelo padrão argentino, ou europeu por ser

mais barato, 1,48 (um metro e quarenta e oito cm.); formar linhas imperiais, tais como Rio-Belém, constantes no plano ferroviário nacional decalcado nos planos da princesa Dona Isabel; eletrificar todas as vias-férreas escoimadas de ramais antieconômicos; traçar mais dois transcontinentais, acima da E. F. Brasil-Bolívia em construção. Um ao sul, pela linha das cachoeiras dos afluentes do Amazonas e outro ao norte do grande eixo potâmico do Amapá à Colômbia, tais as linhas gerais sugeridas por esta ORGÂNICA para o nosso desenvolvimento ferroviário que deve desde logo acertar seus erros, afim de se livrar da crise perpétua em que vive, conquanto apresente organizações como a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, honra da nossa capacidade de organização quando não intervêm injunções externas burocratizantes.

218. O plano *rodoviário* nacional, traçado nos últimos anos do governo do Estado Novo, deve ser realizado sem demora, visto ser a nossa topografia hostil às ferrovias pelos desníveis súbitos que apresenta pelas escarpas e vaus.

As rodovias traçadas para autos poderão carrear para cá a instalação de uma fábrica de automóveis, cujos diretores se estarrecerão ao verificarem a barateza de fabricação dos caminhões, jipes, automóveis e caminhonetas em nosso meio, mercê de sermos o único país que possui dentro das suas fronteiras as matérias-primas necessárias à fabricação de tais veículos, fato já de há muito conhecido nas fabricação de automóveis europeias, empresas Ansaldo, na Itália, por exemplo.

Aliás já fracassaram iniciativas de instalação de fábricas de autos em nosso país, graças ao servilismo republicano e a intrusões descabidas...

“Um plano desses custará muito dinheiro!” objetará alguém. Convidamo-lo à leitura do capítulo seguinte onde verá os meios por nós preconizados para o levantamento de tão quantiosas somas.

Demais disso, urge-nos acabar com essa mania republicana de somente querer fazer as “coisas fáceis” deixando as que são mais difíceis ou impossíveis (?) para os outros. Não era difícil para Portugal com 1.200.000 habitantes dominar e conservar o Brasil durante 300 anos? E estamos aqui, pelo milagre da fé e da

vontade portuguesa. Tomemos exemplo disso nós que hoje somos 50 milhões de brasileiros. E contaminem-se todos com a *audácia* Patrianovista, que infelizmente ainda é muito menor do que a temeridade louca dos nossos Maiores.

EMPÓRIOS

CENTROS DE DISTRIBUIÇÃO, FEIRAS, CENTROS DE ARMAZENAGEM,
FEITORIAS DE EXPORTAÇÃO NO ULTRAMAR, COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO
PARA O COMÉRCIO COMPENSADO NO BRASIL

219. Um comerciante familiarizado com estes nomes no comércio internacional compreende a importância deste item, para o nosso comércio interno e externo. A ausência de uma política nacional nesse sentido valoriza em 100% as nossas mercadorias no trajeto feito por elas dos nossos portos exportadores para as praças importadores, sem que até agora alguém possa explicar tal anomalia. Quem se entrega deliberadamente nas mãos dos seus concorrentes e compradores em matéria de comércio ou é insano ou pertence ao Itamarati. Se não, vejamos os planos comerciais, propostas líquidas e certas de empresas comerciais, benéficas para nós, que até agora não obtiveram resposta do nosso ministério do Exterior, quando (pior ainda!) não assina, em nome do Brasil, tratados de comércio sem nem sequer ouvir os nossos meios produtos e comerciais, como aconselha a prudência política e ordena a lógica mais primária.

Vão muito além de qualquer planejamento otimista os nossos planos nesse sentido, porquanto objetivamos até um lugar no mercado de reexportação que se faz e fez boa parte da riqueza desfrutada pela Inglaterra, Holanda e Bélgica, como já vimos ao falarmos de transporte marítimo de longo curso.

Um cuidadoso plano de abastecimento nacional não deve deixar passar por alto o equipamento de empório tanto para o mercado interno como para o externo, tanto para a importação quanto exportação.

A consequência disto é um barateamento do custo de vida sem diminuição do custo de vida sem diminuição do poder aquisitivo que por isso mesmo – organização do comércio distribuir – fica maior pelo melhor

policimento do mercado distribuidor interno e maior vigilância do mercado externo, para moralizar as naturais manobras altistas e baixistas, no campo do comércio das mercadorias.

BANCOS

BANCO CENTRAL, BANCOS CONFEDERADOS, CAIXAS DE COMPENSAÇÃO (INSTITUIÇÕES NACIONAIS DE ADMINISTRAÇÃO NACIONAL, SOB FISCALIZAÇÃO IMPERIAL)

220. Organizar-se tal aparelhamento para servir as nossas necessidades econômico-comerciais e não para financiar eleições p. ex., de forma tal que ela não impeça, antes ajude o natural desenvolvimento comercial do país, tal ser o alvo desse item.

Sendo os Bancos os setores onde o capitalismo internacional e de-sumano mais exerce as suas atividades nefastas ao natural desenvolvimento dos povos, ora provocando guerras e revoluções explicáveis, solicitamente, por escritores e sociólogos desconhecedores da história como razão do Estado que eles sejam postos sob estreita e firme fiscalização imperial em vista da sua natural função, que é servir a economia e não deturpar a política de muitos povos p. ex., financiando grandes revoluções nocivas a esses mesmos povos sob várias capas republicanas, democráticas, socialistas etc.

Os Bancos, portanto, serão instituições nacionais, de administração nacional, para evitar infiltrações de elementos adventícios ou apátridas que agem como bactérias nesses pulmões do são comércio.

SEGUROS E RESSEGUROS COMO INSTITUIÇÕES NACIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA ECONOMIA

221. O que se disse acima com relação aos bancos repete-se com maior intensidade neste item para se acabar de vez com anomalias estranhas como esta: o nosso Instituto de Resseguro financia a agricultura australiana, enquanto o nosso jeca sentencia: Desgraça pouca é bobagem!

REGULAMENTAÇÃO DOS JOGOS PARA SE EVITAREM CAPITALIZAÇÕES ILÍCITAS

222. O melhor meio de acabar gradativamente com o jogo é a sua regulamentação. O nosso jogo do bicho, um dos nossos artigos de exportação invisível, poderá, se regulamentado, dar ao fisco meios possantes de arrecadação que alterarão para mais as nossas receitas. Muitos quilômetros de vias-férreas, muitas escolas especializadas, algumas cidades industriais colonizadoras, milhares de marginais e crianças desamparadas seriam financiados com o produto dos impostos arrecadados no jogo do bicho, sem que os 33% de lucro líquido deixados por esse jogo sejam canalizados para os cofres de verdadeiras potências econômicas de modo sub-reptício, proporcionando ainda margem para propinas “et caterva”.

LIBERDADE DE COMÉRCIO SOB CONTROLE MORAL PARA CANALIZAÇÃO DE ENERGIAS CONSTRUTIVAS

223. A ganância do fisco tem sido um dos entraves mais pesados ao natural desenvolvimento comercial no Brasil.

Há comerciantes que têm sido por sócios naturais fiscais do governo em cuja folha de serviços ao Estado existem muitas inexplicáveis páginas em branco. Para se pôr um paradeiro nisso, que asfixia o comércio honesto, propomos o *cadastro pessoal* para os funcionários encarregados da fiscalização de impostos. Julgamos que dessa forma os funcionários sérios serão os primeiros a aplaudirem a nossa proposta, sendo nisso acompanhados por todos os negociantes honrados.

Reside nessa ganância criminosa do fisco a razão pela qual os inquisidores de recente pesquisa fiscal constataram com espanto a sonegação visível de 30% dos impostos e taxas que já oneram perigosamente os nossos produtores em quase 50% do valor das mercadorias, conforme declarações de grande comerciante na Conferência da Araxá, quando sabemos ser o limite tributável tolerado em qualquer não policiada,

de até 33% do valor das mercadorias. Isso também justifica a expressão do sociólogo Pontes de Miranda afirmando ser o brasileiro o povo mais roubado do mundo...

As energias construtivas comerciais canalizadas por esse meio de honestidade no campo fiscal aumentariam, em curto prazo, a receita naturalmente sem sonegações e outros artifícios menos dignos.

AUMENTO DO MERCADO INTERNO E CONSEQUENTE ELEVAÇÃO DO PADRÃO DE VIDA NACIONAL NUM REGIME DE ALTO CONSUMO

224. O título deste item explica por si o estado econômico do Brasil dentro dum curto lapso de tempo de regime imperial, resgatando de vez a Nação Brasileira dos títulos menos dignos com que a mimoseiam no resto do mundo. Reeditamos em ponto maior o que fez nosso irmão Portugal cujo exemplo devemos seguir para glória da nossa Raça abastada por um regime estranho à nossa Cultura e, portanto, nefasto ao nosso desenvolvimento, apesar dos esforços de alguns republicanos sinceros.

Acreditamos que a leitura desses itens econômicos da nossa ORGÂNICA PATRIANOVISTA tornou patente a fragilidade da república para realizar plano de tamanha envergadura. Nada pode a república com o seu horizonte visual limitadíssimo, que nem chega a atingir os cinco anos de uma presidência... que, inexperiente, sempre tateia no escuro pelo menos dois anos!

Nada do que foi proposto constitui novidade para um bom estudioso da história econômica do Brasil. Tudo quanto se escreveu e planejou, realizaram-no outros povos de menores recursos do que nós, com meios naturais próprios, sem esmolar piedade pelo mundo das finanças, sem empréstimos de instituições políticas usadas por vizinhos ou importadas secretamente e através de conciliábulos antinacionais, como os Estados Unidos e nossa vizinha Argentina.

Mas “São ineducados os nossos homens públicos, – diz Afrânio Peixoto – não sabem nada (perdoai-lhes, Senhor, eles não sabem o que *fazer...*), governam ao Deus-dará, apenas nomeações, demissões, promoções... (Prefácio à *História Econômica do Brasil*, de Roberto Simonsen).

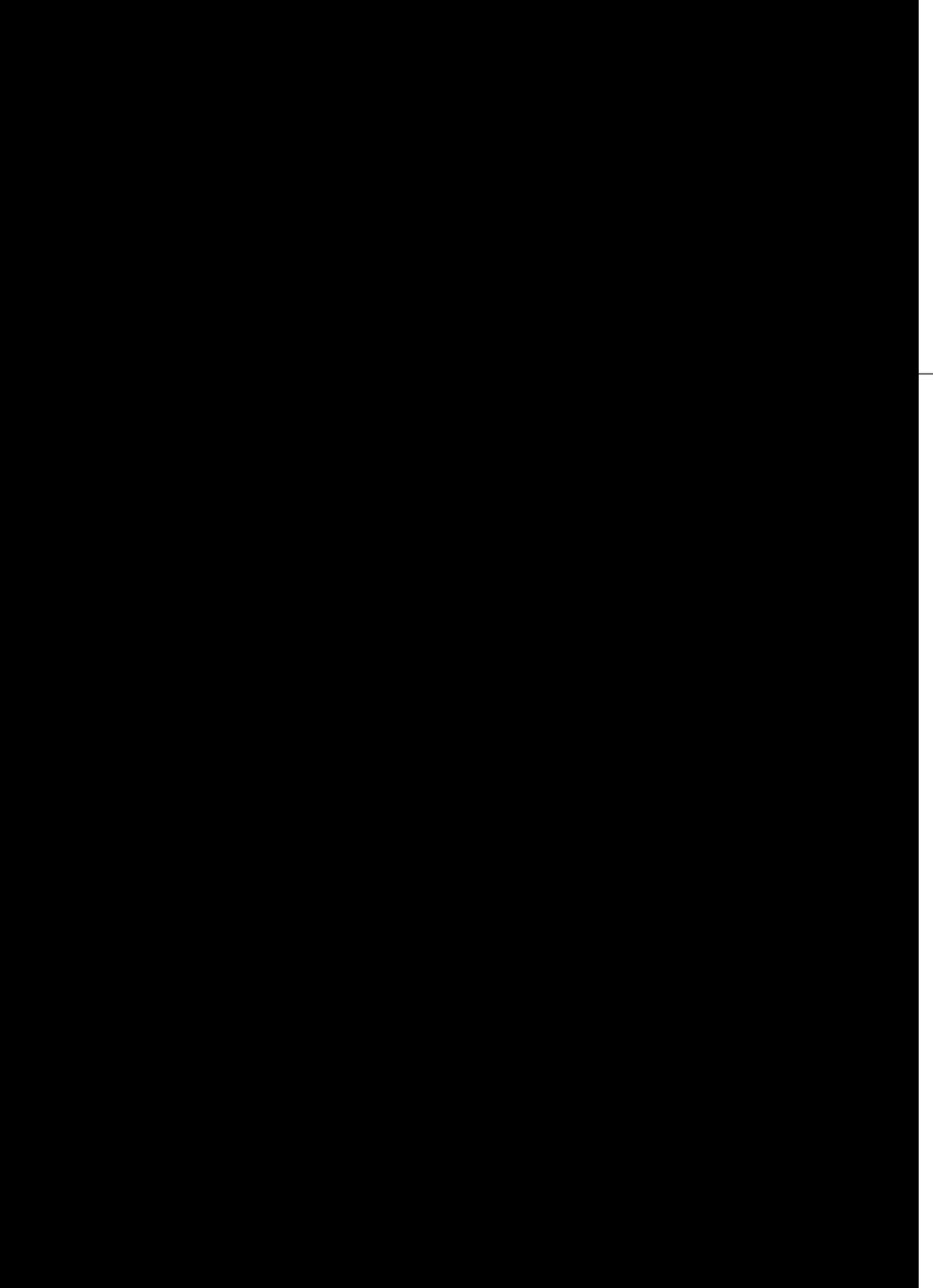
225. O Império, unicamente o Império, é capaz de pôr em obra o que aqui se explanou após estudos prolongados, porque ele é a forma substancial do Brasil, ele faz parte da nossa Cultura como a língua, religião e costumes. Desde o nosso berço, nascemos como Império, vivemos como Império quando unidos a Portugal, separámo-nos Império e nossa economia vive gritando Império, até mesmo quando sobre nós tombam tempestades ruinosas similares às crises da borracha e do café. Isto vem provar que o Brasil, Pátria Imperial, não pode, de modo algum, ser república. Somos IMPÉRIO por natureza e vocação.





CAPÍTULO VI

**REFORMA FINANCEIRA
E TRIBUTÁRIA**



ESTADO ATUAL



226. Controle cambial, Câmbio fixado, restrições de consumo, mercado negro, queda da produção, déficits orçamentários, ausência de capitais, juros altos, alta do custo de vida a níveis anormalíssimos, são palavras associadas a outras, tais como: alta de imposto a níveis proibitivos para o comércio – Conferências de Araxá e Teresópolis; – fisco esganador; tubaronismo sem entranhas; aumento dos subsídios dos deputados do legislativo, e muitas outras. O que mais grave nos parece é reduzir-se isto a um nível múltiplo comum que degrada o caráter nacional a um nível baixíssimo, como se o pobre povo brasileiro fosse culpado da inépcia ou inércia dos seus governos. Há, porém, velho ditado que reza: Casa onde não há pão, todos gritam e ninguém tem razão.

227. Analisando-se, entretanto, a verdadeira causa desses males que entravam o livre desenvolvimento do nosso Brasil, constatamos residir ela no falso princípio adotado pelos homens de 89, isto é a república copiada nos moldes norte-americanos, sem se verificar a dissemelhança econômica-social patente entre os dois países a começar pelo uso da língua: lá se fala o inglês e cá o português, embora em ambos os países as duas línguas sejam mal faladas.

A república, criando no Império unido 20 pequenas nações, deu origem a 20 novas fontes de impostos diversos chamados impostos estaduais, desiguais entre si, como desiguais são as economias dessas parcelas componentes de um único corpo político – o Império Brasileiro.

O encilhamento republicano desbaratou economias e capitais nos primeiros anos da república. Ao lado disto, como se tantos males não bas-

tassem (Vide “Justificação histórica” no cap. III desta obra), surgiu a verdadeira praga republicana: o aumento excessivo do funcionalismo com o seu correspondente déficit orçamentário a exigir acréscimo gradativo e perene dos impostos. Saldos, quando aparecem, são sempre devedores; para saldá-los, recorre-se a empréstimos crescendo as dívidas interna e externa. A produção nacional é largada ao Deus-dará.

Republicano brasileiro errado como os outros, porém muito arguto, destarte se exprime Alberto Torres: – “Nenhum outro tem tido, até hoje, vida mais descuidada do que o nosso. O espírito brasileiro é ainda um espírito romântico e contemplativo, ingênuo e simples, em meio de seus palácios e de suas avenidas, de suas bibliotecas e de seus mostruários de elegância e de vagos idealismos. Com uma civilização de cidades ostentosas e de roupagens, de ideias decoradas, de encadernação e de formas, não possuímos nem economia, nem opinião, nem consciência dos nossos interesses práticos, nem juízo próprio sobre as coisas mais simples da vida social” (Certamente quer referir-se aos estadistas republicanos, e não ao povo a que pertencemos nós que isto escrevemos e ele após deixar os cargos da governança republicana na província do Rio).

E continua: “Quanto à república e às suas obras, a intolerância partidária nunca permitiu, nem a adversários nem a confrades, negar os benefícios e progressos, que atribui ao regime. A simples observação da decadência, a que descemos, nos costumes eleitorais (o texto é de 1914 em plena *república velha*) – base do sistema representativo e título dos governos democráticos – bastaria para provar aos mais zelosos desde azedo pessimismo o desgosto com que muitos republicanos desconhecem, nas instituições dominantes, a *república que haviam sonhado*.

“Nas finanças, na administração, na justiça, na ordem política, na moralidade administrativa, na instrução, o declínio é manifesto; e só se compreende que o contestem, justamente, porque o hábito da vida em desordem nos está varrendo dos espíritos os critérios que formavam a base da nossa consciência social, e, com eles, a própria sinceridade – virtude profunda e ingênita em nossos Maiores”. (*O Problema Nacional Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1914, “Algumas palavras de introdução”).

Percebe-se aí, sem revelação direta do ilustre pensador republicano, a causa dos nossos males: a república.

228. A retração dos mercados importadores externos não despertou a modorra eufórica porque ignorante dos republicanos. Desse modo foram-se os nossos importadores de fumo, açúcar, algodão, borracha, cacau, copra, chá, couros, madeiras, fibras, etc. Novos mercados produtores desses artigos tomaram o nosso lugar, enquanto os nossos ingênuos dirigentes impavam de orgulho tolo ao constatarem o aumento numérico do valor exportação, sem se incomodar com a diminuição real das nossas exportações no mercado mundial. Sucedendo ser exagerado o desequilíbrio, um empréstimo externo compensava provisoriamente, bastando isso para o regime que se baseava numa filosofia de administração provisória quadrienal.

O aumento vegetativo da população compensava em parte a perda de certos mercados, do açúcar por ex., dois fatos, porém, sacudiram o otimismo dos situacionistas republicanos brasileiros: a perda total do mercado da borracha e a crise do café, separadas por 4 anos apenas, quer dizer – este em 1908 e aquela em 1912.

Pouco depois estourava a guerra de 14-18 que viria abalar o mundo em seus fundamentos e viemos a capacitar-nos de que as nossas estradas de ferro eram deficientes para transportar a nossa produção de gêneros para os mercados europeus necessitados; milhares de sacos de feijão apodreceram nas estações ferroviárias, enquanto milhões de bocas necessitavam deles. Ninguém, porém, ligava importância a esta crassa imprevidência republicana, preferindo atirá-la às costas do povo brasileiro. Continuava a república na farsa das suas eleições quadrienais em que o governo sempre ganhava, e o povo levava a culpa de tudo pela sua ignorância e analfabetismo, quando não pela sua falta de saúde e previdência.

Chegamos assim a 1930, quando a crise econômica mundial estancou o mercado financeiro fornecedor de empréstimos meramente políticos, sobreveio a crise do café e a consequentes revolução interna que, à moda das outras de nossa história republicana, traria planos românticos salvadores irrealizáveis. Procurou-se até pagar dívidas nacionais com coletas públicas depositadas na bandeira da república.

229. Vegetou-se economicamente até a segunda guerra mundial 39-45, entretanto que a Argentina passava à nossa frente e o Canadá atinha o terceiro lugar no mercado mundial. Reformas legais de caráter social, oportunas embora em atraso com o resto do mundo, salvaram de certo modo o governo então vigente de uma situação crítica total. Alguma coisa se fez relativamente às nossas indústrias de base; mas, passada a febre nacionalista, voltou tudo à modorra anterior.

Nós, Patrianovistas, porém, desde 1928 vivemos bradando aos quadrantes do Brasil: o mal está na república que é inorgânica, dissolvente, anti-nacional, separatista..., enquanto os românticos republicanos (da 1.^a, 2.^a, 3.^a e enésima república!), ignorantes da realidade da Raça, do Chão e dos Problemas brasileiros, se julgam realistas e nos têm como “poetas” da política...

Mas nós continuaremos. Urge uma reforma da nossa vida financeira e tributária, que de forma alguma poderá ser feita por republicanos e partidários, ainda quem com planos fantasmagóricos chamados *Salte* e outros menos audaciosos.

“A política financeira que conseguir, a despeito dos eternos obstáculos da nossa vida interna (*república...* insistimos nós Patrianovistas), a redução do meio circulante e a criação de saldos orçamentários, – será uma política de salvação nacional e de redenção econômica” (Nuno Pinheiro, “À margem da história da república”).

Quem quer o fim quer os meios... ou não terá o fim.

Vai toda a razão com o dr. Pontes de Miranda, quando corajosamente assera: – “Precisamos REGENERAR O ESTADO, afim de que não enfraqueça, mais do que já está, o nosso único padrão de glória, que é a Nação, o Império que construímos. É preciso que os brasileiros vejam a unidade nacional através de homens que a encarnem e tenham capacidade de interessar os milhões de habitantes na obra comum dos nossos destinos. Ora, é inegável que os maus governos que temos tido põem diante dos olhos desiludidos e desencantados dos nossos patrícios a odiosidade do poder despótico, rapinante, medíocre, cômico, transitório e incolor”.

REFORMA



230. Devemos imitar Portugal (e ultrapassá-lo ainda) reformando as nossas instituições governamentais que por sua vez reformarão a nossa situação financeira e tributária. A reforma política deve, no entanto, anteceder a reforma financeira e tributária, sem o que nada é possível. Com isso que aí está não se consegue patavina.

O império, e somente ele, é capaz dessa reforma de base que pouco a pouco nos irá reconduzindo ao lugar de onde a paranoia republicana nos tirou quando em 89 arrebatou o Brasil dos brasileiros para entregá-lo aos seus sepultadores.

A honestidade característica dos governos monárquicos, ainda que desvirtuados e inoperantes, deve preceder as duas reformas supracitadas. Primeiramente há de se começar por um Cadastro Patrimonial obrigatório a todo brasileiro, a exemplo do serviço militar. Já nos tempos coloniais (tínhamos um Rei em Lisboa!) certos oficiais das Câmaras depositavam os seus bens particulares como garantia contra as estão mui pouco prováveis malversações.

O segundo passo a ser dado deve interessar a produção em geral, e se refere a uma diminuição gradativa, porém certa e ética do corpo de funcionários oficiais.

O terceiro passo seria o melhor aproveitamento das nossas capacidades governamentais na economia, pelo emprego do Exército em serviços pioneiros consentâneos com a sua exímia finalidade, como escola vigente de são patriotismo.

O quarto passo unificaria os serviços governamentais de modo para se evitarem duplicidades esbanjadoras.

O quinto seria a criação de um aparelhamento bancário com as economias realizadas pelo governo. Tal aparelhagem, empregando na produção investimentos crescentes num curto prazo de 10 anos, mudaria a face atual do Brasil como se milagre fosse.

Os outros passos interessam à economia privada, chamada pelo nosso sistema político à representação legislativa, e seriam logicamente a diminuição dos impostos a níveis suportáveis, melhor distribuição dos recursos econômicos dentro do Império, maior produção, melhor conforto, maior civilização, etc.

231. Para fixarmos bem as ideias, vejamos o que se poderá esperar dessa reforma em números reais.

Os orçamentos republicanos federal, estaduais e municipais, constataam uma receita de 29 bilhões e 681 milhões de cruzeiros em 1948, assim discriminada:

União	Cr\$ 15.699.000.000,00
Estados e Distrito Federal...	Cr\$ 11.188.000.000,00
Municípios	Cr\$ 2.794.000.000,00
Total	Cr\$ 29.681.000.000,00

Atualmente tais receitas aumentaram muito, talvez cerca de 30% no mínimo, tomando-se por base o orçamento da União para o próximo ano de 1951, em que a receita está estimada em Cr\$ 20.393.611.000,00. Não será exagero computar-se em mais de 35 bilhões de cruzeiros as três receitas da república.

Examinando-se, porém, as verbas, constatamos que, embora mal divididas por títulos, havendo certo confucionismo, se podem calcular, sem excesso, em 40% no mínimo as verbas destinadas ao pessoal. Há, porém, certo “estados” que gastam com esta verba até mais de 90% da receita, outros que acusam atraso nos pagamentos, outros que não podem reajustar os vencimentos dos seus servidores.

Por toda parte déficits claros e publicados e outros ocultos, sem publicação. Eis aí em rápida síntese o estado das finanças da república após 61 anos de delapidações dos cofres públicos. Compare-se isto com o que se disse das finanças do Império em 14.XI.1889, exageradas no item *a*, do cap. III desta Orgânica.

232. Contra tal estado de coisas reclamam os funcionários públicos; os diretores queixam-se da falta de verbas para os serviços mais inadiáveis; pedem os professores, com justiça, maiores salários; o público revolta-se inutilmente contra a morosidade dos serviços públicos; bradam os contribuintes contra o aumento contínuo dos impostos; o Brasil, enfim, pede a sua posição no continente enquanto a Argentina sob o peronismo, semirréplica do rosismo, recebe empréstimos norte-americanos de 125.000.000 de dólares para robustecer ainda mais a sua boa situação financeira. A república prestou-nos até à saciedade este importante serviço de provar sem discrepância que:

O Brasil é Império e de modo algum pode ser república. Um Imperador no Trono significa moral no Governo, ética na administração da coisa pública em qualquer lugar do país, disciplina nacional aceita naturalmente, sem despotismo. Sem ele a república fica à mercê de qualquer aventureiro que pode livre e irresponsavelmente aumentar os seus próprios subsídios contra a própria vontade do povo que o elegeu para seu representante... Cruel ironia do voto universal no apagar das luzes da democracia liberal! Curiosa procuração que só favorece o procurador”

233. Passemos agora de relance as vistas sobre a lista dos problemas econômicos-sociais do Estado, como segue:

- 1) Diminuição da produção agrícola.
- 2) Êxodo rural.
- 3) Falta de braços para a lavoura.
- 4) Encarecimentos dos gêneros alimentícios.
- 5) Congestionamento dos grandes centros.
- 6) Intermediários inescrupulosos e açambarcadores de gêneros de primeira necessidade.

- 7) Falta de habitações nos centros populosos.
- 8) Aumento da criminalidade e das ideologias subversivas.
- 9) Desemprego e mendicância.
- 10) Redução das atividades comercial e industrial.
- 11) Retração do crédito.
- 12) Alta mortalidade infantil.
- 13) Falta de médicos em grandes extensões do país.
- 14) Alimentação deficiente e inadequada para quase todo o país.
- 15) Falta de escolas técnicas próprias para o nosso meio.
- 16) Ausência de iniciativas para mobilizar as nossas riquezas potenciais
- 17) Concentração de capitais em negócios de valorização rápida.
- 18) Transportes caros e insuficientes.
- 19) Fontes de energia em mãos de sociedades estrangeiras ou inapropriadas.
- 20) Excesso de leis e regulamentos fiscais.
- 21) Depauperamento físico e econômico do brasileiro.

Há ainda muita coisa mais a engrossar este rosário de misérias atestadoras da incapacidade republicana para governar o Brasil.

Enquanto estes problemas se avolumam, aumentam-se ainda mais os encargos financeiros do Estado macrocéfalo, sem se levarem em conta os reclamos das classes produtoras em duas memoráveis conferências: em Teresópolis e Araxá. Parece haver da parte do Estado republicano verdadeiro pavor de enfrentar a realidade brasileira, viva e palpitante nos pulmões dos Produtores, que as ficções democráticas individualistas pretendem estupidamente ignorar a favor da imbecilidade partidária.

Seguem os impostos numa espiral inflacionista que já passa dos 50% “ad valorem” saqueando a produção (e simultaneamente o povo), quando o limite máximo tolerado (repetimos) é de 33% apenas. Enquanto isso, os Municípios, as Câmaras Municipais de todo o país, base da estrutura do Estado, NÃO TEM MEIOS FINANCEIROS para realizar nessas células do organismo nacional a obra imprescindível, fundamental, do engrandecimento brasileiro.

Positivamente, não pode continuar tal estado de coisas, a menos que desejem os senhores republicanos criar o Caos no Cosmos imperial brasileiro, invertendo o processo da criação.

“O Brasil não formou ainda o seu idealismo orgânico (afirmava há anos Vicente Licínio Cardoso) e isso porque não forjou, tampouco, o nosso ambiente político a atmosfera propícia à eclosão do estadista resumo, do integrador das necessidades e almejos de seu meio, do seu pró-homem transformador de energias, do seu grande educador nacional em suma”.

Belas palavras de um individualista! Espera-se um homem, quando temos tantos, capazes como os há em qualquer país civilizado. Os republicanos não crêm nos brasileiros. **PRECISAMOS É DE REGIME.** Não nos faltam homens. Haja um regime sério, e aparecerão os homens sérios.

É confiados nisso que propomos a nossa Reforma Cremos no valor do Brasileiro.

234. Nós, Patrianovistas, propomos ao Brasil uma reforma radical que somente o Império Orgânico será capaz de executar, porque demanda tempo, estabilidade nacional, responsabilidade governamental efetiva, segurança, economia, ética e continuidade administrativa, atributos todos de que carece irremediavelmente a república.

A reforma principiaria pela redução gradativa mas implacável do pessoal empregado nas repartições públicas, para se economizar numerário que seria encaminhado à finalidade de aumento da produção, cabendo ao Estado função supletiva à iniciativa privada. Abundando nestas ideias, citemos aqui um trecho de uma das obras do Chefe Geral Patrianovista:

“Fala (Sua Santidade Pio XI), depois, contra a hipertrofia do Estado individualista, preconizando o regime orgânico, onde a ordem hierárquica facilita a função estatual, aumentando a força da autoridade. Se não, vejamos: – “Verdade é, e a história o demonstra abundantemente, que, devido à mudança de condições, só as grandes sociedades podem hoje levar a efeito o que antes podiam até mesmo as pequenas; permanece contudo imutável aquele solene princípio da filosofia social: assim como é injusto

subtrair aos indivíduos o que eles podem efetuar com a própria iniciativa e indústria, para o confiar a coletividade, do mesmo modo passar para uma sociedade maior e mais elevada o que sociedades inferiores podem conseguir, *é uma injustiça, um grave dano e perturbação da boa ordem social* (grifos nossos). O fim natural da sociedade e da sua ação é *coadjuvar os seus membros, não destruí-los nem absorvê-los* (grifos nossos).

“Deixe pois a autoridade pública ao cuidado de associações inferiores aqueles negócios de menor importância, que a absorveriam demasiado; poderá então desempenhar mais livre, enérgica e eficazmente o que só a ela compete, porque só ela o pode fazer; dirigir, vigiar, urgir e reprimir, conforme os casos e a necessidade requeiram. Persuadam-se todos os que governam: QUANTO MAIS PERFEITA ORDEM JERÁRQUICA REINAR ENTRE AS VÁRIAS AGREMIACÕES, segundo princípio da função “supletiva” dos poderes públicos, TANTO MAIOR INFLUÊNCIA E AUTORIDADE TERÃO ESTES, TANTO MAIS FELIZ E LISONJEIRO SERA O ESTADO DA NAÇÃO”.

“Se isso que aí vai dito não é preconizar abertamente o regime orgânico-corporativo (conclui o Chefe Geral), não sabemos mais o valor das palavras” (*Para a ordem nova, de Arlindo Veiga dos Santos, Edição Pátria Nova, 1933*).

Poderia essa lição política realizar o destravancamento burocrático do Estado. Aceitarão o remédio os pais da pátria?

* * *

Para fixarmos as ideias, vamos aos números:

Cêrca de 12 bilhões de cruzeiros (Cr\$ 12.000.000.000,00), em números redondos, gastam as três administrações republicanas com servidores públicos, isto é com a verba de pessoal, tomando-se por base o cálculo de 40% das três receitas em 1948.

A impossibilidade de obtermos dados mais exatos obriga-nos a aceitar os de 48 e os 40% da verba de pessoal, se bem que saibamos terem piorado muito as condições com a última campanha eleitoral e suas consequências “empreguistas”.

Sabe qualquer pessoa familiarizada com funções públicas que há uma plethora de funcionários nas repartições. Missões econômicas que nos visitaram disseram que com a *terça parte dos funcionários empregados poderia ter-se um serviço maior e melhor*. Isto quer dizer que SÃO PERFEITAMENTE DISPENSÁVEIS 66% DOS FUNCIONÁRIOS EXISTENTES.

235. Praticando-se uma política severa de compressão de despesas e congelamento dos salários, reduzindo-se firme e gradativamente o número de funcionários existentes ao nível proposto pelas missões econômicas que nos visitaram, chegamos a uma economia anual de quase 8 bilhões de cruzeiros ou seja exatamente Cr\$ 7.920.000.000,00, 66% da verba de Cr\$ 12.000.000.000,00 gasta com o pessoal nas três administrações em 1948. Havendo, porém, funções públicas insubstituíveis, tais como professores, militares de carreira e outras, vamos fixar em 5 bilhões de cruzeiros a economia anual feita com a política de economia saneada.

236. Consta, no entanto, um aspecto econômico no Brasil evidenciado por inquérito recente feito nos meios tributários acerca do sonegamento dos impostos, a saber: uns 30% dos impostos lançados são sonegados por uma ou outra forma. Alegam-se fartas razões plausíveis para fazer isso, como *defesa* contra a voracidade fiscal, de que anteriormente tratamos. Diante, porém, de uma política sã de economia, os sonegadores cessarão a “resistência” e já não terão mais razão de existir. É lícito, pois, pensarmos num aumento de 30% da receita como consequência psicológica da política por nós recomendada.

Dessarte, teremos quase 9 bilhões de cruzeiros a somar aos 5 bilhões economizados acima (30% de Cr\$ 29.681.000.000,00 de 48).

237. Perguntamos aos nossos leitores que formam o povo do Brasil: Que pensam e sentem deste plano patrianovista?

Com uma economia anual de Cr\$ 14.000.000.000,00 (catorze bilhões de cruzeiros) no orçamento nacional, podemos encaminhar esta quantia para o campo da Produção, cada ano, criando novas fontes de riqueza (expostas no cap. V desta ORGÂNICA – *Práxis econômica*), numa escala jamais sonhada pelo mais impenitente ufanista. Isto é apenas *realismo patrianovista*.

Aguardamos sinceramente dos nossos leitores e críticos sugestões e críticas construtivas para melhorar o que acima se disse, pois temos a certeza de que os nossos cálculos não pecam por excesso de otimismo. Aqueles, porém, que são hábeis em desvirtuar leis econômicas, dispensamos o trabalho de contestar-nos.

Pensamos, todavia, que, num país onde vivem mais de 20 milhões de habitantes em um estado vizinho do desemprego, é autêntico desgoverno criminoso e quiçá um real crime de tirania gastarem-se bilhões com funções improdutivas, em verdadeiras sinecuras.

O Brasil república é um regime de déficits crônicos e dívidas crescentes! Não haja, pois, a pretensão de aplicar os nossos planos conservando o sistema de 89 acrescentado de mais um numeral ordinal, suponhamos: 5.^a república (Quantas já houve mesmo?) É impossível.

O Brasil do Império Orgânico sera, mais do que com o Império de Pedro II, um regime de superávits contínuos, dívidas inexistentes e crédito universal sólido e crescente.

RESULTADOS



238. Uma economia anual de 14 bilhões de cruzeiros permitirá ao Império incentivar uma política de emprego objetivando o “pleno emprego”, como se pratica nos Estados Unidos que, numa população de 156 milhões de almas, emprega 60 milhões de indivíduos e, ainda sim, tem falta de mão de obra.

No dia feliz em que os 50 milhões de brasileiros tiverem emprego para 20 milhões de indivíduos, então poderemos concluir que fizemos algo no sentido da civilização de nossa Pátria Imperial.

Poderemos executar anualmente um plano SALTE inteiro e não em 5 anos como se projeta. Realmente, orça em cerca de Cr\$ 12.000.000.000,00 a despesa total a ser feita com tal plano redentor e por todos os títulos desejável. Ora, a república só pode realizá-lo recorrendo à clássica esmola internacional. E cremos que nem assim, por outros motivos. As obras republicanas *sempre* ultrapassam os orçamentos previstos...

Tudo quanto se projetou nos dois capítulos anteriores, no que se refere à mobilização de capitais para aumento da nossa produção, poderá ser executado, tomada na devida conta a função SUPLETIVA do Estado no campo econômico.

239. E, depois de 10 anos de uma política firme deflacionária de impostos e inflacionária de produções, poderemos pôr em prática uma política de redução de impostos que coroará a obra iniciada.

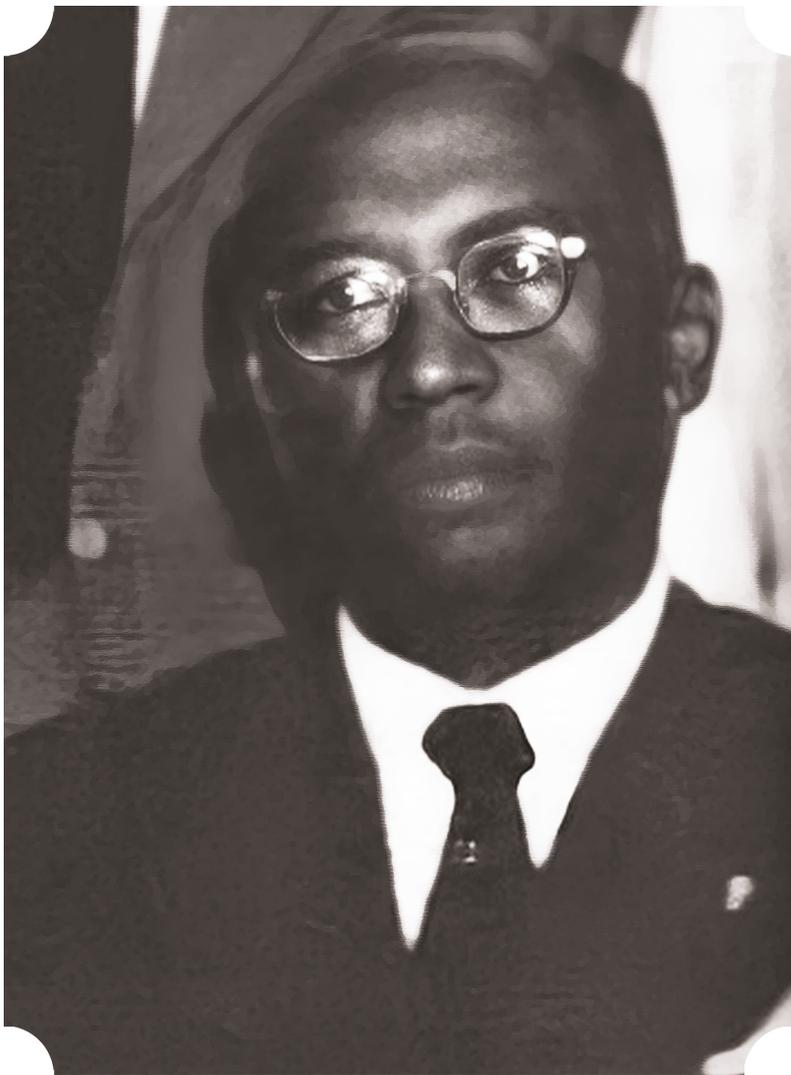
A maior dificuldade do III. Império será, com essa política, recusar empréstimos de capitalistas estrangeiros e selecionar o emprego de capitais e mão de obra exótica, desejosos de se nacionalizarem brasileiros. Ações de empresas estrangeiras procurarão as nossas bolsas para serem cotadas e vendidas.

O atual estado miserável de um subemprego em que vivemos dará lugar a um estado de emprego passando célere para o de pleno emprego, no qual poderemos realizar as palavras de Truman.

– As riquezas minerais do Brasil darão para sustentar 200 milhões de indivíduos no mais alto índice de vida da História.

240. Aguardamos contestação em contrário. E, se tudo que escrevemos for um dia (como esperamos) esplêndida realidade; se um pequeno transitório sacrifício dos tão poucos Patrianovistas puder vir a ser imenso e perpétuo benefício para todos os Brasileiros e, mais ainda, para toda a humanidade, então serão proféticos os versos do excelso Dom Pedro II, o maior dos Brasileiros, quando cantou:

Sereno AGUARDAREI no meu jazigo
A JUSTIÇA DE DEUS na voz da história...



FOTOGRAFIA DO PROF. DR. ARLINDO VEIGA DOS SANTOS
EM UMA REUNIÃO NA SEDE DA A.I.P.B. EM SÃO PAULO





CAPÍTULO VII
REDEÇÃO SOCIAL



DEFORMAÇÃO SOCIAL



241. De tudo quanto atrás vai dito se depreende serem totalmente “contra a corrente” de necessidade moderna democrática ou totalitária os nossos princípios, pois a democracia está para o totalitarismo como a fruta verde para a fruta madura.

Assim, consideramos a guerra passada, em suas linhas gerais, como o choque dos totalitários “em potência” contra os totalitários “em ato” ou, em termos não técnicos, dos totalitários *que já são contra os totalitários que o serão*. Acresce a medonha agravante de haver sido um dos totalitários em ato (a URSS) forçado desprazerosamente a formar ao lado dos totalitários em potência denominados “democráticos”, após haver ela (URSS) entrado em acordo com os nazistas, o que muito lhe rendeu em confiscação de bens e Estados alheios.

242. Essa desgraça histórica da união beligerante de “democráticos” com o pior totalitário de todos os tempos envolveu tudo em tremenda e pestífera hipocrisia e confusão, cujos primeiros resultados foram a escravização dos países bálticos, da infortunada Polônia e outros ora atrás da “Cortina de ferro”, a sovietação da China (fato prenhe de apocalípticas ameaças ao mundo) em virtude da *imposta* participação “democrática” dos comunistas no antigo governo nacional do Kuomintang, entretanto que aguardamos para mui breve as mais consequências mundiais da cegueira oportunista dos aliados, entre as quais a menor ainda será a terceira conflagração mundial.

A guerra passada foi na verdade uma autêntica “jornada dos otários”, pois chegou-se ao absurdo de querer democracia à força em países que já tinham governo próprio e não precisavam de remendo internacionais. Foram asneiras sobre asneiras! O resultado está aí.

243. Alegar-se-á talvez, com a mania grata aos medíocres e conformistas a todo transe, que a democracia pode ser outra que não a democracia liberal – totalitária em potência.

Cumpre-nos, porém, a nós apregoadores da Monarquia aristodemocrática Orgânica, social como diria Vogelsang, a nós que não temos compromisso algum com chavões impostos pela máquina cosmopolita de propaganda política corruptora; cumpre-nos, dizemos, estabelecer peremptoriamente que, desde a revolução antifrancesa de 1789, são liberais todas as democracias do Ocidente, com mais ou menos fidelidade aos princípios antiteológicos, antifilosóficos, antipolíticos, antissociais, antieconômicos e antihumanos do liberalismo, pai do marxismo e seus “aparentes” contraditórios.

Manifesto é, pois, que a guerra mundial n.º 2, com sua falsa simplificação em “democráticos versus totalitários”, lançou os povos e as inteligências mal aparelhadas em falaz e pernicioso equívoco que desgraçadamente continua. Nós neomonárquicos não somos oportunistas, não desejamos agradar a ninguém e, portanto, não escondemos a verdade, não escamoteamos os nossos princípios.

* * *

244. Por sem dúvida, o regime demo-liberal burguês-capitalista deformou a sociedade moderna. Tinham razão os totalitários em ato a crítica à democracia antes da guerra. Não foram eles, aliás, que descobriram a lebre. Filhos da democracia, eles não existiram sem ela, tão bem como se não explicaria o destino histórico de Bonaparte sem a revolução dita francesa. Antes e muito antes dos totalitários, em todo o Ocidente, e máxime na França, Espanha, Portugal, Áustria, Alemanha, Itália e até

no Brasil (com Jackson de Figueiredo e alguns discípulos seus até hoje fiéis), fizeram o processo da superstição política *moderna* valorosas celebrações verdadeiramente cristãs e nacionais emergidas da epidemia psitacótica do “estúpido” século 19.

Apossaram-se dessas críticas pertinentes e do “clima” criado por elas os totalitários e, declinando para erros hegelianos ou marxistas, só conseguiram desmoralizar a verdade às vistas inseguras das mentalidades tacanhas escravas da superficialidade e das mentirosas aparências, como esses impagáveis sociólogos de botequim que se opõem à organização corporativa... Como totalitária!...

Agora farisaica e oportunisticamente todos se declaram “democráticos”, Estão todos errados, são tartufos todos. Desmascaremos essa palhaçada.

* * *

245. Nas arengas com que nos infernaram os democráticos e os totalitários durante e após a guerra, todos se referiam a “civilização cristã ocidental”. Ninguém, no entanto, *no lado de cá* se lembrava de que ainda vivemos em parte predominante em uma civilização burguesa, capitalista, sórdida, burocrática, saqueadora, injusta; e de que *do lado de lá* (incluindo-se a URSS que foi depois infelizmente *empurrada* para a nossa banda) se processava uma tentativa errada e criminosa (falando genericamente e não sob todos os aspectos) de opor-se à civilização burguesa, embora assim mesmo houvesse produzido alguns bons frutos excepcionais.

Que seria uma civilização, sem uma verdadeira política cristã?

246. – Nem nazismo, nem fascismo, nem bolchevismo, nem democracia burguesa-capitalista.

Política cristã “Não poderá tomar-se em sentido correto a não ser que a palavra *cristã* signifique não *uma* espécie de política, mas um *ideal* em que deve essa inspirar-se, bem como o conjunto das leis morais na quais se funda e a que obedece.

Neste sentido, a política cristã será aquela que, na busca do seu objeto próprio – o bem comum, se inspirar na concepção cristã da vida e

se conformar às leis morais que a traduzem. Supérfluo é notar o não ser a política simples técnica, nem ciência puramente física; é ciência (e arte), que tem por objeto dirigir a vida humana na ordem do bem público temporal. Em razão disto, há de ela inspirar-se numa *filosofia da vida numa concepção do homem e nelas achar o princípio duma hierarquia dos valores humanos* (grifos nossos), bem como normas morais que ela traduzirá e incarnará no contexto da vida temporal da Cidade.

“Política nenhuma pode passar sem essa referência mais ou menos explícita a um ideal, a uma filosofia, a uma doutrina da vida. Por isso é que – diga-se de passagem – a ‘neutralidade’, a indiferença professada em princípio no plano político, a respeito de toda filosofia, de toda ideia filosófica ou religiosa, é não só erro, mas também um defeito e uma impossibilidade” (J. Dermine, “Religion et politique”, Casterman. Tournai-Paris, 1946)

247. E, pois, não há civilização *cristã*, propriamente no Ocidente; há civilização burguesa, plutocrática, capitalista, individualista, com raízes na falsa reforma, assim nos povos católicos como nos acatólicos, com raríssimas exceções e estas mesmas com reservas. Há clamorosa infidelidade ao Cristianismo. Há decomposição total, preparatória do desmoronamento pela revolução social e política, que poderá deflagrar-se com a próxima guerra. Deus é praticamente negado ou ignorado. Portanto, Cristo está no exílio. Impera o racionalismo orgulhoso ou o livre-exame confusionista. A moral é natural, “humanitária” ou leiga; a cultura (desorganizada ou desorientada) é secularizada e anticristã geralmente, pois não é manifesto nessa civilização infiel um valor supremo absoluto, fundamento da moral, da cultura, do direito, medida de tudo.

O Estado *moderno* é fraco e displicente com relação aos veros interesses do povo. Os pequeno e os pobres são explorados. Fez-se mercadoria o trabalho. Há uma sede infiscalizada de lucro; capitalismo ladrão e explorador. Proletarização e pauperismo. O estado individualista não intervém eficazmente para fazer cessar a desordem. E é o primeiro desordeiro, pois centraliza tudo na sua estúpida cabeça inorgânica. Apenas garante a “liberdade” ... favorecendo por conseguinte os gatunos, os imorais e outros criminosos. Sim, também a imoralidade é mercadoria que se vende na imprensa, no livro e nos teatros e cinemas, graças à liberdade... garantida pelo Estado amoral!

A família enquanto tal, as Comunidades enquanto tais, a Produção enquanto tal, não são chamadas a tomar parte na administração desse Estado macrocéfalo e ciumento da realidade. Como diz Spengler, “Aparecem os homens que nomeiam a si mesmos ‘representantes’ do povo e que se recomendam como tais. Não tem a mínima intenção de ‘servir o povo’: eles querem a servir-se do povo, para realizarem os seus objetivos mais ou menos sujos, entre os quais a satisfação da vaidade é o mais inofensivo. Combatem as forças da tradição para tomarem o seu lugar. Combatem a ordem do Estado porque ela põe obstáculos ao seu gênero de atividades. Combatem qualquer espécie de autoridade porque não querem ser responsáveis perante ninguém, e fogem a toda responsabilidade. Nenhuma constituição contém uma instância perante a qual os partidos devessem prestar contas... Desse modo nasce a ‘democracia’ do século, que não representa uma forma, mas que faz um princípio da falta de forma em todo sentido; surgem o parlamentarismo como anarquia constitucional e a república como negação de qualquer gênero de autoridade. Assim, os Estados europeus (Podia Spengler dizer ‘do Ocidente’) chegaram a estar tanto mais ‘forma de forma’, quanto mais ‘progressista’ era o seu governo” (*Anos de decisão*, Edições Meridiano, Porto Alegre, 1941)

Criam-se apenas órgãos artificiais de exploração do voto, os quais não levam a coisa alguma de sério e fundamental ao bem comum.

248. No Brasil conhecemos muito bem esses processos até 1930. Permanecem ainda hoje certos aspectos desse carnaval democrático na sociedade atomizada e inorgânica (a Guerra n.º 2 agravou o *democratismo* pelo lado mais imbecil e plutocrático.), fundada pela civilização burguesa-capitalista, falsamente nomeada cristã, fruto do individualismo irrealista e feroz dos iluministas.

A Nação perde a personalidade na confusão doutrinária cosmopolita dos burgueses exploradores e negociatas. Fala-se muito e nesciamente de “imortais princípios”. Parece que estamos todos na França de 93. Desprezam-se as tradições positivas nacionais, a Cultura nacional, aquilo que indentifica e da originalidade a uma nação. Adota-se figurino político estrangeiro. Compiam-se as asneiras.

O nosso Brasil conservou-se um pouco imune a esses males sob o império, graças à Coroa. Derrubada essa por meia dúzia de futuros tiranos, ficamos a mercê da rudeza subintelectual dos salvadores de... Coisa nenhuma.

Há inflação discursiva sobre tudo. Mas tudo no mundo da lua. Tudo irreal. Faz-se pouco. Forma-se o caldo de cultura para a proliferação dos falsos reativos marxistas sem pátria e antipátrios e nos quais se concentram todos os apátridas irresponsáveis, sob color democrático ou socialista.

Desaparece a rica vida nacional antiga ligada à terra, às tradições localistas, aos velhos costumes. Uniformiza-se tudo na antevisão da penitenciária “nacional” dos socialistas das estepes.

249. “Se a liberdade não se integra naquela lei da orgânica fraternidade humana – com a conseqüente ‘comunhão’ de toda a escala dos bens que tal fraternidade importa – é inevitável o nascimento da tirania!

“Foi o que ocorreu ao Estado (Liberal-democrático) de Rousseau: Nascido em oposição à tirania e em defesa de liberdade e da igualdade, criou ele essa ordem burguesa capitalista que é justamente uma ordem na qual vigora a tirania de poucos e a opressão – e, aliás, a não-liberdade, a não-igualdade de muitos” (Giorgio La Pira, “Premesse della politica”, Libreria Editrice Fiorentina).

Ora, impuseram-nos os “direitos do homem” sem os direitos de Deus e, pior ainda, contra os direitos de Deus, que garantiriam aqueles sustentando a liberdade e transcendentalidade da pessoa humana. Dessarte, os “direitos do homem” arrastariam o homem logicamente para o cesarismo tirânico do Estado que no indivíduo-cidadão não vê mais a pessoa humana racional e livre. Os que quiseram ser *só humanos, só deste mundo*, roubaram tudo ao homem, até os bens legítimos deste mundo.

Geraram o homem diminuído, o homem parcial: o intelectual amoral, o técnico unilateral. Desapareceram com o homem integral, no vórtice da deseducação e do cientificismo, a coragem da responsabilidade, o destemor ante o perigo, a energia, o espírito de sacrifício pelos bens humanos e sobre-humanos “até fazer sangue”. Evitou-se a guerra, até mesmo a guerra

de cruzada, a guerra justa, forjaram-se “Munichs” não por virtude (que no fundo os liberais desprezam) mas do médio e covardia, por excessivo amor às comodidades e aos prazeres da paz embora vergonhosa... Pois esses homens “valientes” que, nos seguros do seu poder civil, resultado tantas vezes de golpismos ou falcatruas eleitorais, afrontam os direitos de Deus, da Nação, da Família e da Pessoa Humana, são uns cordeirinhos patifes diante da ameaça de uma esquadra e de uns canhões. Donde se conclui que já não existem cruzados na Cristandade destruída. Há unicamente sibaritas e gozadores que matam os próprios filhos nos seios maternos e tripudiam sobre os direitos da multidão que exploram e desprezam. É o burguês figurado no tipo do cidadão prudente “demais”, burocrático, temeroso das empresas árduas, difíceis e não imediatistas, amigo dos altos juro sem consciência, rotineiro marca funcionário público, aproveitador da obra alheia, pesadão, cuja religião exclusiva é o lucro, o dinheiro; sentimentalista fora de propósito, pacifista a todo transe, duro de coração para as coisas superiores ao seu mundo egoísta, A eles se aplicam como luva todos os “Vai!”, quer dizer todos os “Ai de vós!” dirigidos por Jesus aos fariseus orgulhosos, formalistas e hipócritas.

* * *

250. Nesse ambiente mefítico é que surge a reação antidemocrática, antiburguesa, anticapitalista, porém cristã e reta.

Dela se apoderam (*por deficiência dos bons*, comodistas e já também aburguesados) forças outras cujos deuses são também falsos: os totalitários da direita, advindos do idealismo hegeliano na Alemanha e do idealismo de Gentile na Itália, o primeiro mais áspero que o segundo; tudo no Estado, do Estado, para o Estado, nada fora nem acima do Estado! O Estado, pensam ou dizem, é fim: tudo mais é meio.

Cria-se uma juventude heroica, antiburguesa, pronta para todas as imolações, digna de uma causa sacrossanta, o oposto da anterior. Brava, entusiasta, capaz de disciplina, combativa, mas para falsa finalidade; e isto foi a tragédia, resultado da omissão dos “bons” que cruzam os braços e depois criticam os outros que agem...

Há tonalidades no totalitarismo da direita. Mas em tudo se há de considerar o fim, sem descuidar do valor e legitimidade dos meios. Foi o aspecto grandioso das exaltações da juventude que contaminou outros povos adstritos a filosofias diversas das totalitárias. Por isso, é má-fé tratar a Espanha, Portugal e o Brasil do Estado Novo em termos iguais, idênticos aos dos dois fascismos europeus. São outras filosofias e outros princípios, em que pese às aparências. Estas por vezes constituem simples moda.

251. O nazismo é neopagão, ateu, estatista, nacionalista, exagerado segundo a doutrina tola da superioridade da raça germânica destinada a dominar o mundo, racista, antiespiritual (a alma é apenas um momento no desdobrar da ideia), anti-intelectualista, belicista, antipersonalista.

Não tanto assim o parente italiano, quiçá por motivo de ambiência moral e nacional ou temperamento racial, visto como é idêntica a raiz doutrinária.

Quanto ao totalitário da esquerda, filho da dialética hegeliana através do primeiro princípio marxista (a Matéria), chega aos mesmos resultados que o parente nazista, com a agravante de deslocar para a classe operária a primordial realidade, de que o homem é apenas um momento “instrumental”, constituindo fatalmente um perigo e a ameaça ao mundo inteiro, a próxima tragédia humana.

252. Vão ambos desembocar na escravização da Pessoa: um à Raça, outro à classe. Ambos levam à guerra estúpida. Não há escolher entre esses dois filhos da democracia e reatores contra ela. Não há, pois escolher entre os três. São todos ateus confessos ou hipócritas, todos anti-humanos, desumanos, antinacionais, inorgânicos, inimigos do bem comum, inimigos da pessoa humana, conquanto a primeira faça praça de uma falsa liberdade, que não é a liberdade dos homens livres, dos filhos de Deus.

253. Assim, males religiosos, males morais, males políticos, males econômicos, males sociais no sentido estrito são a herança da era nova republicano-democrático em todo o Ocidente.

A parcela dos seus efeitos que couberam ao Brasil é inominável. Precisaríamos reeditar aqui os quadros macabros de Belisário Pena junto

às meditações de A. Felício dos Santos, Farias Brito, Jackson de Figueiredo e as análises de Alberto Torres, Oliveira Viana e outros. Muito desses mister já foi realizado no decorrer das páginas desta ORGÂNICA.

O estado republicano, posto como apêndice estranho sobre o corpo da Nação, já foi suficientemente criticado. Já criticamos a situação econômica e especificamente financeira da república comparada com o antigo Estado Nacional deposto. Não quereríamos repetir os males que enfermam a Família Brasileira, em grande parte derivados da apostasia do Estado e o *clima* por ela criado no País, com outros agravos anteriores como a destruição do morgadio e, praticamente, do bem de família, embora constante do Código Civil. Nem se há de esquecer a pauperização das famílias, outrora ricas, em consequência das contínuas inflações e da falta de uma POLÍTICA ECONÔMICA na república. Nem passe despercebida a contínua tendência “socialista” do atual regime contra os legados de que cada dia ele se faz mais sócio obrigatório sem devolver ao Povo em bens correspondentes o que lhe tira, coisa que em linguagem clara se chama roubo, usura, e em linguagem política tradicionalista também se apelida “tirania”.

Entram no mesmo quadro os problemas da infância abandonada, da mortalidade infantil e, em parte, dos marginais, de que já houve estudo em capítulo anterior.

254. Há um problema negro-índio-sertanejo, ou três problemas simultâneos. Tal problema é tabu para muita gente boa. E precisa ser resolvido. Não adianta a atitude de fuga, à moda do avestruz. Escrever artigos bonitos para o estrangeiro ler a respeito da nossa “democracia racial” resulta supinamente idiota, quando todos sabem que há problemas aqui dentro, inclusive de preconceito, e não o é somente de situação econômica. É de atitude espiritual e mental de negros e brancos, bem como de educação do negro especialmente.

Muito bem pondera Costa Rego: – “De qualquer maneira, a ternura pela Mãe Preta não resolve a questão do negro. Nós imaginamos que tínhamos definitivamente encerrado a partir do momento em que foi abolida a escravatura.

“Na realidade, a partir daí é que a criamos, sob muitos aspectos.

“Nem poderia ser de outra forma, porque o negro não recebera a educação indispensável para ingressar no meio social, isto é para saber ganhar a vida como ganhara a liberdade.

“E ele tinha direitos neste sentido.

“...É exatamente integrando o negro no progresso de nossa vida coletiva que melhor o evitamos como problema. Quando não houvesse o sentimento, o rigor de um princípio de sociologia indicaria esta solução.

“O Brasil, entretanto, possui TANTAS QUESTÕES MAL CONHECIDAS (grifos nossos) a decidir que a melhor maneira do negro servi-lo, e servir-se a si mesmo, é organizar-se” (O Negro, Correio Paulistano, S. P., 22.I.1935)

Foi o negro, saído da escravidão em 88, a maior vítima da república imposta ao Brasil no ano seguinte. Isabel I fez-lhe mais falta que aos outros brasileiros.

Quanto a organização sugerida pelo citado autor, fundou-se a *FRENTE NEGRA BRASILEIRA* em 1931. Trabalhava magnificamente. A república fechou-a à força em 1937. Ficou resolvido o problema... do negro “pobremente tratado pelo Brasil”, como diz Lue Durtain que por aqui andou.

* * *

255. E o índio? Esse ficou no mato. Continua a ser problema para a Igreja, que não pode resolvê-lo sozinha, desajudada, e para o Brasil. Não podemos aprofundar aqui o problema. Sabemos que existe e pode ser resolvido. Levar-nos-ia à sua solução a realidade da nossa PRÁXIS ECONÔMICA. A sua realização conduziria o Brasil moderno ao mundo dos indígenas, mas um Brasil imperialmente transformado, com Filosofia Cristã no Governo.

O mesmo se diria do problema dos sertanejos, que basicamente é um problema de miséria e abandono. Para eles o estado democrático nem polícia é. É exclusivamente cobrador de impostos, se caírem na asneira de produzir alguma coisa além do estritamente necessário à vida vegetativa.

Resolveria o problema a Política Rural susposta na Práxis. Iríamos nós a eles. Não será preciso que venham para a cidade grande destruir-se, destruindo as reservas rurais do Brasil, esses filhos do “nosso povo – tão forte, apesar da incúria da sua higiene, da sua péssima alimentação e do envenenamento alcoólico, a que o deixam entregar-se; de rara média de sanidade mental; onde houve e há valores e primores de capacidade, de gênio artístico e de energia...” (*O problema Nacional Brasileiro*, A. Torres)

Quanto às presunções de uma ciência antropológica balofa, responde o mesmo sociólogo:

– “O problema das raças, como problema de seleção social, é matéria julgada pela nossa experiência e pela experiência dos outros. Nós sabemos porque o temos verificado em cinco séculos de vida, que as diversas variedades humanas, habitantes de nosso solo, são capazes de atingir o mais alto grau de aperfeiçoamento moral e intelectual alcançado por qualquer outra raça. Sabemos que a sua adaptação ao meio produz uma vitalidade e uma média de longevidade e de fecundidade, melhores que as de raças tidas por superiores. Podemos afirmar que o negro puro e o índio puro são suscetíveis de se elevarem à mais alta cultura. Sem recorrer a estatísticas, lembrando apenas nomes próprios, veríamos facilmente que, para o número de brasileiros negros e índios, que têm conseguido vencer as dificuldades sociais e econômicas da educação, os homens de valor representam uma boa proporção. Quanto ao mulato, o mesmo processo nos levará a conclusão ainda mais segura: os tipos de mestiços de alta inteligência e elevado caráter moral são comuns no Brasil”.

256. Mas por que afirmou Alberto Torres essas verdades tão claras em nossa História? Porque muitos teóricos republicanos botecudos, aferrados a pseudociência de europeus presumidos, viviam insultando o nosso Povo, quando a eles românticos da política se deviam, e não à Nação Brasileira, os males multiformes do Brasil, levado (diz Getúlio Vargas) “à completa falência do regime. Falência política, administrativa, financeira e econômica, moral e material” (Discurso em Porto Alegre, 24.XI.1934), Aliás, “São Paulo que produziu os primeiros propagandistas da república

(Pobre São Paulo!) ponderamos nós) não pode deixar de ser o baluarte dos mais dedicados propugnadores da reforma dos nossos costumes políticos e da reorganização do país em moldes diferentes, de maneira a se poder justificar o grande abalo ocasionado no país pela revolução triunfante. O velho regime, constituído por governos irresponsáveis, isentos de quaisquer fiscalização, não pode ressuscitar. Está morto, e bem morto. É uma obra nova a que estamos iniciando, obra revolucionária, a qual ninguém poderá deter em sua gradual evolução, sem ficar por ela esmagado” (Dr. Pedro de Toledo, discurso na Associação Comercial, 16.VI.1932).

* * *

257. Não trouxe, pois, a república nenhum ideal orgânico, congênito às novas instituições, como diz Vicente Licínio Cardoso. Nada trouxe que a justificasse. Estragou tudo. Destruiu. Não construiu nada de vital. Não reformou erros passados. Deformou tudo. Nem as sociedades particulares, nem a base política municipal, nem a Província, lucraram coisa alguma com a sidérea novidade.

Negou todo o positivo em nosso passado. Exaltou tudo quanto era sandice, tudo quanto era tara, tudo quanto era desordem. Estancou as fontes da grandeza nacional. Arruinada fundamentalmente a Economia pela sua ignorância e desvarios, instalado o partidarismo desaçaimado no Poder, com todas as suas consquências, ficou o Brasil incapaz de realizar qualquer coisa de grande, de permanente, de duradouro. Penhorado às arcas estrangeiras, produzindo relativamente pouco, só podemos pensar em pagar dívidas, em pedir esmolas de empréstimos que nos aumentam os compromissos e reduzem a independência, a dignidade, a altaneria.

Deformados em nossa mentalidade e em nossa moralidade, vamos empurrados pela História, sem construí-la à nossa moda, ao nosso feito, ao feito do que recebemos dos nossos Avós, de quem chegamos a ter vergonha por ignorância ou estupidez. Tornamo-nos basbaques internacionais dos Estados e Nações triunfantes. Papagaios do mundo, imitamos, arremedamos como as gralhas ridículas aos pavões brilhantes.

Mas havemos de sair desta situação miserável. POR NOSSA CONTA, COM NOSSOS MEIOS, COM A INTELIGÊNCIA DAS NOSSAS CABEÇAS, como senhores do futuro, após lustros de escuridão subterrânea.

Surtum corda, Brasileiros!

258. Digamos com Pontes de Miranda:

– “Não queremos eliminar o Estado, mas regenerá-lo. Em vez de política especulativa, como a dos utopistas de 1889 e 1891, a política científica e experimental, eficaz e prática que evitará as formidáveis calamidades que nos esperam, quando, dentro de dez anos, esmagados pela casca artificial e despótica dos dirigentes, sem organização do trabalho e da indústria, a população brasileira, acrescida da imigração incessante, começar a inquietar-se e apresentar os problemas políticos nas suas soluções radicais e utópicas: socialismo puro ou anarquismo. Ora, é fato provado que os Estados em que cresce o número dos sem-trabalhos fazem recair na propriedade privada as despesas que permitem a ordem a despeito da população desocupada: às vezes são gastos policiais, mantenedores das forças repressivas e opressivas, ou tendentes ao barateamento da vida: outras vezes, diretas ou espoliações ou encargos sem métodos, em legislação social que pouco adianta aos operários e desgraça as indústrias.

“A solução deve ser científica: combater o pauperismo, a falta de trabalho, não preventiva e não repressivamente como entendia o despotismo policial e o judiciário, nem a sobrecarregar, às cegas, as organizações industriais, – e sim pelo exame técnico, sistemático, dos problemas”.

É o que propõe PÁTRIA NOVA, enquanto é tempo. Pois recusamo-nos a crer que já seja tarde. Nunca é tarde para tomar juízo, do que a república nunca jamais teve.



REFORMA SOCIAL



259. Amadurecem os tempos. Já vivemos parcialmente as nossas verdades históricas em tempos recentes, embora diminuídas. De fato, refojem as soluções integrais estes tempos pervertidos ou as contemporâneas vontades pervertidas. Tentam os homens comodistas e covardes fugir às soluções radicais. Arrancam-nos à Doutrina parcelas que não podem funcionar por si, separadas, visto serem solidárias todas as peças da máquina. Há os que querem o *Credo*, mas apartam-se da *Monarquia*, como se fora indiferente a História onde nascem, se formam, crescem e vivem idênticas a si mesmas as nações. Outros desejam a *Monarquia*, mas postergam o *Credo*, como se a monarquia tivesse substância apartada do fato histórico e, por extensão, nacional da Revelação e de Cristo, centro da História. Aqueloutros não refugam a Monarquia, mas querem-na desprendida do Imperador legítimo pela Tradição, preparando casos futuros da espécie de Iturbide ou quiçá Maximiliano do México. Apartam-se estes da afirmação da *Pátria e Raça* do nosso programa, esquecidos do clamor glorioso da História de 400 anos, ou, melhor, dos 800 anos da nossa História Total partindo de Afonso Henriques. Há os que propugnam a Redivisão territorial, mas não aceitariam a Corporação. E assim por diante.

260. Ora, antes de ninguém no País, afirmamos o Estado Integral, monárquico-orgânico. Não se trata de capricho, nem de moda. É DOUTRINA. Moda eram as camisas, os uniformes, que aliás nada tem de incompatíveis com qualquer situação, e poderão voltar um dia, como as saias longas ou curtas, as bombachas e os paletós cintados.

Não fazemos concessões a nada, nem a ninguém. O nosso Programa é o que é. Somos com ele a RESISTÊNCIA do Brasil contra os invasores, contra os bárbaros. Só se lhe poderão acrescentar pormenores. A CONCLUSÃO de 1928 é implacável. Sem reconhecê-la e aceitá-la, não haverá salvação para este pobre País e este pobre Povo que a república bárbara “salva” cada quatro ou, agora, cinco anos, e anda cada vez pior...

Amadurecem os tempos. Já aparecem eminentes sociólogos e pensadores que à sua maneira nos defendem e chegam à mesma conclusão que nós por vias diversas.

261. O BRASIL É IMPÉRIO e como Império deve ser organizado, se é que em política a realidade importa, como efetivamente importa. Podemos repetir com Alberto Torres:

– “Verdades tiradas do concreto e do vivo, as que aqui se encontram são superiores a divergências de escolas, de orientação e de sistema: são fatos; e, como fatos, impõem consequências, que é força aceitar.

“O nosso País precisa, de uma vez por todas, formar um espírito e uma diretriz prática, que o conduza, salvando-o do atravancamento das opiniões e das tendências particularistas e sistemáticas, em que está dividido, a organizar e pôr em movimento as suas próprias forças” (*opus cit.*)

Temos, porém, de contrariá-lo porque, comparando-nos erradamente com os Estados Unidos, diz que “não sofreram, como nós sofremos, com a vinda da casa de Bragança, nenhuma síncope de evolução política”, quando a síncope foi justamente de toda a América salvo o Brasil, que continuou o seu regime como o quiseram os ibero-americanos e até os norte-americanos, *mas não o puderam* e por isso aqueles, mais árdegos e individualistas do que os neossaxões, se multipartiram em repúblicas anárquicas.

Expõe-no com precisão um moderno escritor neo-ibérico.

“A la funesta política borbônica se suma luego una nueva causa menos mediata de la guerra de independencia. Esta es la invasión napoleónica de España, con la prisión de Fernando VII y el advenimiento de José Bonaparte al trono español.

“Tales hechos vinieron a transtornar completamente el cuadro histórico hispanoamericano. EL ESPIRITU MONARQUICO ESTABA HONDAMENTE ARRAIGADO EN AMÉRICA (grifos nossos), y se presentó a los americanos um tremendo conflicto que los dividió en dos bandos opuestos, convirtiendo la guerra de independencia en una guerra entre americanos.

“España no hubiera podido sostener esta guerra si no hubiera contado com el apoyo de gran parte de la población americana. Los indios estaban por el rey (Fernando VII). ‘Los mestizos, zambos, mulatos y otros americanos – dice Marius André – no difieren mucho de los indios en este punto. Al principio son, en su mayoría, partidarios del antiguo régimen, y bajo la bandera de éste se alistán sus soldados. poco a poco se pasan al nuevo, porque es el que triunfa, porque se les embriaga con promesas y porque sufren diversas influencias, de las que son las principales las de los jefes aureolados por la victoria, de los párrocos y de los frailes patriotas’... La fidelidad al Rey es un sentimiento tan general, y sobre todo tan popular, que los partidarios de la independencia (Seria melhor dizer *separação*) no se atreven a salirse de la legalidad. La guerra de independencia no tiene – al menos en sus principios – el carácter de una revolución contra la monarquía ni contra España. Es simplemente una lucha entre dos bandos que disputan sobre un problema de legalidad. Ninguno desconoce la autoridade del Rey. Las juntas americanas se niegan a obedecer a la Junta Central española y a las Cortes de Cadiz porque no representan al Rey y los americanos no son súbditos de España, sino de la Corona de Castilla. Las posesiones de la América española *no eram colonias*, sino reinos o provincias de la Corona de Castilla.

“Sus habitantes tenían, por tanto, el mismo derecho que los habitantes de la Península para nombrar sus propias Juntas. ‘No pertenecemos a España – decían –, pertenecemos al Rey de Castilla; desaparecido éste, tenemos el derecho de escoger otro gobierno’.” (Julio Ycaza Tigerino, nicaragüense, *Génesis de la independencia hispanoamericana*, Madrid, 1947)

Essa a verdade. Tudo mais é lenda sem base histórica, como toda lengalenga da aérea tradição “republicana” no Brasil, fundada em todo motim de afrancesados separatistas.

Donde se conclui que *síncope* foi dos outros, não nossa. Apenas CONTINUAMOS O QUE ÉRAMOS – MONARQUIA! Dom Joao VI, realizando o plano de Dom João III, veio ter ao que era seu domínio. Era nosso Rei. E mostrou MAGNIFICAMENTE que o era, como atrás vimos. Tivemos a nossa síncope em 89. Mas o Povo Brasileiro não teve parte alguma nesse motim de estrangeiros...

262. Depois de afirmados, como já o foram, o nossos princípios teológicos, filosóficos e políticos (cap. II) que se seguiram aos Preliminares (cap. I), onde se estabelece a *reforma do Estado* de acordo com a Tradição e os dados da ciências sociais contemporâneas; depois de publicado o nosso PROGRAMA; depois das exposições da “Análises Econômicas” (cap. III); depois da exposição das nossas riquezas em potência nas “Realidades em prospecção e sua industrialização” e o modo de aproveitá-las; depois da densidade do cap. V, *Práxis Econômica*, onde se ferem os mais graves problemas da Economia Política, sendo que em todos os capítulos se foi tocando não apenas no lado material, mas no lado HUMANO do trabalho que deve ser submetido à justiça social, desnecessário seria repetir todas as minúcias de uma Reforma Social, uma vez que já afirmamos o propósito de seguir todos os ensinamentos pontifícios nas suas encíclicas sociais, sempre atentos também ao que as ciências sociais, a sociologia nos forem ensinando.

263. Sabemos que a Reforma Social há de ser uma reforma de base, sem o que trabalharemos de balde.

Já o dizia Leão XIII: “A questão (social) que se agita é de natureza tal que, se não houver apelo à Religião e à Igreja, impossível será descobri-lhe solução eficaz”.

Afirma-se, portanto, o primado do espiritual na sua resolução. Caridade, justiça, eis as grandes virtudes necessárias antes de tudo.

Mas não se há de olvidar o Estado; “O que dos Governos se requer é um concurso de ordem geral que consiste na *economia inteira das leis e das instituições*; queremos dizer que lhes cabe proceder de forma que da *própria organização e governo da sociedade espontaneamente sem esforço decoram a prosperidade pública e a particular*”.

Deve, portanto, o Estado colocar-se na sua posição de supremo dirigente, vigilante, estimulador, repressor, conforme a necessidade e a prudência o aconselharem, ao revés de ser o supremo desorientado, cego, trapalhão e fomentador de injustiças desgostando os bons e estimulando os mais pela impunidade dos crimes.

264. Mas, como restabeleceremos “aquela vida social outrora rica e harmonicamente manifestada em diversos gêneros de apremiações”, que o liberalismo do século passado substituiu pelo regime injusto em vigor hoje?

Cuide o Estado de reconstituir as Corporações de Ofícios, os Mesteres de nossa Vida Pré-Imperial, isto é do tempo em que gozamos das maiores liberdades, destruídas pelo liberalismo do império e, principalmente, da república.

“Vieira Fazenda lembra que, ‘nem no Rio de Janeiro, nem em cidade alguma do Brasil houve Casa dos vinte e quatro; mas oficiais mecânicos unidos aos homens-bons e ao povo ERAM OUVIDOS NOS NEGÓCIOS IMPORTANTES, por intermédio dos místeres ou mesteres. Na correção feita em 1624 pelo ouvidor desembargador João de Sousa Cardenas, prova ele que a câmara do Rio de Janeiro pedira licença ao rei para o povo poder eleger dois mesteres. Na revolução de 1661, em tempo de Salvador Benevides, encontramos, em número de quatro, esses representantes, a cuja frente estava o célebre Jerônimo Barbalho Bezerra. Ainda em 1763 o governador José da Silva Pais dirigia-se à Câmara procurando saber como nela se costumava *ouvir o povo*. A câmara respondeu que por meio de procuradores – da nobreza, mercância e *mecânica*, eleitos neste senado. Silva Pais ordenou que fossem aumentados os procuradores, sendo quatro eleitos por parte da nobreza, com a advertência de que estes fossem dos principais e mais antigos, e mais vezes tivessem servido na dita Câmara, dois por parte da mercância, sendo um da freguesia da Sé e outro da Candelária, e para isso seriam eleitos sujeitos de inteira capacidade e sã consciência, que na tesouraria desse senado tivessem dado boa conta de si e procedimento com verdade, e dois pelo último estado ou mecânico. Tanto basta para prova o que avançamos” (*Manual de Economia Política e Finanças*, J. Papaterra Limongi).

Já tínhamos, pois, representação popular, nacional *verdadeira* nos falsamente chamados tempos “coloniais”, termo que usamos somente por comodidade. Para ser *Orgânico*, há de o Estado Imperial compenetrar-se do seu papel superior e deixar à Província o que é dela, ao Município o que ao Município pertence e às Corporações o que a elas compete. É base da Ordem no Estado. Já, porém, que tudo destruíram os nefandos “princípios” liberais e republicanos, cumpre recomeçar acoroçoando a formação de novos mesteres, dando-lhes função, como o faziam os Reis para que o povo do Brasil colonial tomasse consciência da própria personalidade;

“Formava-se, pois, o ‘terceiro estado’ (povo trabalhador organizado), com a proteção da coroa, da qual o governador Silva Pais fora tão diligente executor; a mesma proteção que os autores observam em França. Com o advento de Pombal, a situação modificava-se. A política é a mesma: combater a nobreza; porém levada a cabo com para exergar os interesses do nosso ‘terceiro estado’. Pretextando que a nascente indústria fabril distraía braços da agricultura, preferiu mandar fechar os seus estabelecimentos, ecravizando-nos ao pacto colonial, defendido por Montesquieu. O absolutismo encontrava-se com o espírito da Enciclopédia.

“Não tardaria muito, e a Constituição do Império, eivada do mesmo espírito, aboliria as corporações de ofícios, seus juízes e mestres. Bastaria esse dispositivo para lembrar que elas um dia existiram no Brasil” (idem, ib.).

* * *

265. Da restauração dos Mesteres, seja com que nome for (V. atrás a “Estrutura do Estado Orgânico Imperial”), passar-se-á ao restabelecimento do Município na sua dignidade perdida. Leiamos o que diz, com toda a franqueza de brasileiro independente, uma figura evidente e dinâmica da nossa política atual:

“A verdade é que não haverá municipalismo verdadeiro no Brasil enquanto não se realizarem suas duas condições principais: uma política através da qual se deem maiores recursos econômicos, financeiros à municipalidade e, como consequência, um reexame crítico das funções que ela vem atualmente desempenhando na vida brasileira.

“Precisamos, em resumo, enriquecer e dar eficiência administrativa ao município brasileiro. Tal política de enriquecimento pressupõe, como é fácil compreender, a reforma racional do presente sistema tributário. Como é de conhecimento de todos, o sistema de arrecadação de impostos para o custeio dos serviços públicos é feito por três organizações estatais: a que arrecada para a União a do Estado e a do Município.

“Por ele, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, relativos ao período de 1932 a 1947, a arrecadação de impostos foi processada da seguinte maneira: à União coube 59,56%; aos Estados, 34,06%; e aos Municípios, 6,38% da arrecadação total. A conclusão é evidente; a arrecadação federal é, no Brasil, sensivelmente maior que a estadual e, sem exagero, deixa a perder de vista a arrecadação municipal.

“É nesse alarmante desnível que reside o mal crônico do pauperismo da pequena cidade brasileira...

“Urge, portanto, planificar uma reforma tributária que corrija de uma vez por todas, o empirismo nocivo, que tem reduzido nossos municípios à espécie de colônias financeiras de orçamentos estatais ou federais, onerados por um regime de déficit crônico. Tal não se dá, porém, nos Estados Unidos, em cuja estrutura constitucional tanto se inspira o federalismo brasileiro. Se tormarmos, ao acaso, o quadro demonstrativo da distribuição de uma receita orçamentária americana, verificaremos que as respectivas percentagens assim se distribuem: À União, 33%; aos Estados, 17,3% e aos municípios, 48.9%.

“Como se vê, na grande República do Norte, quase metade da arrecadação geral é aplicada em benefício dos municípios. Convém acentuar, de passagem, que, na aplicação dos respectivos recursos, tanto a União quanto os Estados Americanos transferem às municipalidades parte de suas rendas, de tal modo que a elas cabe o montante de 52% da arrecadação” (Gov. Ademar de Barros, Palestra a 2.XI.50)

266. Focaliza-se aí apenas o aspecto econômico-financeiro. Mas a restauração há de ser também política. Domingos Jaguaribe Filho, Municipalista apaixonado e republicano, admirava-se de que os dois países onde

havia mais autonomia municipal, nos começos do século, fossem o Império Russo, então antiliberal, e os Estados Unidos. Fácil explicar-se. No antigo Império Moscovista não havia partidos... o povo tinha voz direta. Quanto aos Estados Unidos (que não são tolos como os nossos republicanos que copiaram as *infelidades históricas de lá*), conservaram os velhos costumes da Monarquia Inglesa. E não querem coisa melhor...

Força-nos é igualmente restaurar os nossos bons costumes antigos, no Município. Base da vida política nacional, fulcro da legítima representação porque também da vida econômica nacional, nas Corporações terá ele todos os serviços sociais que hoje se dispersam multifariamente e são fonte de desperdício, quando não de desvios suspeitos e malversações.

* * *

De nada valerão, contudo, as mais aparentemente perfeitas instituições sociais, se aumentando-lhes o valor *essencial*, como tem por si a Monarquia, não se informarem do espírito cristão que é o informador do Império Patrianovista. Há que reformar os costumes. Há que informar tudo de Cristo. “É preciso que esta Justiça Social penetre completamente as instituições dos povos e toda a vida da Sociedade; é sobretudo preciso que esse espírito de justiça manifeste a sua eficácia constituindo uma ordem jurídica e social que informe toda a economia e cuja alma seja a Caridade”.

Pois, “Tais são hoje as condições da vida social e econômica, que se torna muito difícil (diz Pio XI, e isto é tremendo!) a uma grande multidão de homens ganharem o único necessário, a salvação eterna.

* * *

267. Se nos interessamos, porém, pela REDENÇÃO SOCIAL DO BRASIL, primeiramente, antes de sermos pregadores a todo mundo, importa-nos focar os problemas especificamente nacionais do Brasil.

O tópico 232 cataloga uma série de problemas que precisam ser resolvidos. E sê-lo-ão.

Há problemas da Família em geral. Há os, todavia, da família “brasileira”. Há problemas das Classes intelectuais, da Classe Média, da Classe Operária, das Classes Patronais, genericamente. Mas há os de todas elas *no Brasil*.

Há, p. ex., problemas de desemprego. Mas há de firmas comerciais e industriais que só não aceitam negros, não aceitam mestiços evidentes. Há empresas estrangeiras que só aceitam patrícios ou filhos de seus patrícios, prejudicando os operários brasileiros.

E os operários rurais? Não têm problemas próprios?

É por isso que dizemos lá no começo: “PRECISAMOS FAZER UM COLOSSAL MUTIRÃO PARA SALVAR O BRASIL, PARA ENGRANDECER O BRASILEIRO E SUA PÁTRIA. O SR. É O CAPITAL BRASILEIRO DE QUE NECESSITAMOS. E FOI PARA O SR. QUE ESCREVEMOS ESTA ‘ORGÂNICA.’”

Precisamos de uma *conspiração de todos* para denunciar problemas, estudar problemas, resolver problemas. Precisamos da oração e da ação de todos.

268. “O mundo (digamos o Brasil) tem precisão de nós, para a *justiça* de que temos de ser os ardentes vanguardeiros; foi a nós que Cristo disse que, se a nossa justiça não exceder a dos fariseus, em balde esperaremos o ingresso no Reino. O mundo precisa de nós para o amor; ‘Dou-vos um mandamento novo, que vos ameis uns aos outros’. Cristo não acaba de falar dessa novidade às vésperas da morte. O mundo necessita de nós para o pensamento; pois, se há uma parte de determinismo a que estamos sujeitos, há, mercê de Deus, a liberdade que nos fica, com a qual pode o homem imprimir ao mundo tal ou qual direção; é em virtude desse impulso a dar que há para os cristãos uma necessidade e exigência, capital para a vida mesma do mundo, de estarem presentes em toda parte, para penetrarem de vida cristã toda, a cultura e todo o pensamento, afim de tentarem inocular-lhes as noções justas. Com efeito, é do pensamento, mas de um pensamento que se não separa do real, que nascem, progridem e triunfam os grandes movimentos da história” (Efficacité Chrétienne, H. Barbeau)

Nem nos venham dizer que pouco importam as instituições temporais para a redenção do mundo e que misturamos o sobrenatural e o temporal. Claro que misturamos. O contrário seria heresia naturalista. Seria fazer o jogo do inimigo da Igreja e da Monarquia. “Os remédios impõem-se quanto antes”, diz Mons. Émile Guerry, Não se poderá certamente censurar o autor da “Efficacité Cherétienne” de não ter realçado a NECESSIDADE E A IMPORTÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES TEMPORAIS. Criá-las em todos os domínios, colaborar com elas no estabelecimento do bem comum da Cidade é tarefa urgente dos cristãos.

“Mas, por mais essencial que seja o papel das instituições sociais, civis, profissionais e políticas, nada será feito de duradouro e profundo para uma ordem humana, enquanto se não apelar para a consciência do homem e suas virtudes, porque afinal de contas sempre se trata de homem, ser racional, livre, chamado a um destino eterno” (Prefácio à obra citada).

* * *

269. Reforma das Instituições e reforma da Vida, grandemente lesada pelo atual regime injusto e incapaz de realizar o bem comum, de garantir a paz total e a prosperidade pública – eis aí em síntese o de que havemos mister.

E terá o Brasil, Pátria Imperial, entrado na estrada real dos seus gloriosos destinos rompidos em 1889.

Restabelecida a nossa Unidade Social, pela Justiça e Caridade, bem como pelas obras fecundas de que são capazes, teremos a Pátria redimida e aparelhada para outra fase da grande Empresa Patrianovista, Cruzada dos homens fortes e arrojados do Brasil.

Observação. – Este artigo é naturalmente completado pelas obras: I capítulo de “Para a ordem nova”, do Chefe Geral Patrianovista: “Organização profissional (Corporativismo) e representação de classes”, de A. Paim Vieira. Também interessa a leitura de “Paixão e Graça da Terra”, de Luís Almeida Braga.

BRASIL, POTÊNCIA IMPERIAL



270. – Não temas, Afonso! Quero fundar na tua descendência um grande Império.

Pouco importa se fato histórico ou lenda a tradição dessas palavras de Cristo, ou semelhantes, a Dom Afonso Henriques, o primeiro Rei da nossa Tradição, quando fazia a vigília de armas no campo de Ourique.

A profecia atinge-nos, como ao Portugal irmão. Tanto uma como outra da duas Nações desfrutaram épocas luminosas e incomparáveis, situando-se na relatividade dos tempos. Dir-se-á terem ambas realizado plenamente a sua vocação? Não estaria reservado a ambas algo maior, mais sublime, mais significativo, no mundo novo prestes a alvorecer após a tenebrosa noite da civilização que vivemos? Não queremos profetizar. Entretanto, acreditamos que algo de insigne se nos reserva em futuro não mui remoto.

Enquanto esperamos, lutemos, trabalhemos. Não importam os lauréis. Importam sim a fidelidade à obra começada, a coragem de ir até o fim na busca do Ideal. Almas de Cruzados no meio de uma Cristandade falida no terreno do temporal, elevamos alto os nossos estandartes, plenos de fé nacional e universalista, imitando nisso os nossos Avoengos.

E cremos no GRANDE IMPÉRIO prometido por Nosso Senhor Jesus Cristo a El-Rei Dom Afonso Henriques no campo de Ourique.

* * *

271. Após a longa viagem da ORGÂNICA, arribamos ao porto do último artigo.

Damos graças a Deus de havermos chegado ao fim com a mesma coragem do começo da jornada.

Revedo o caminho percorrido, que foi a execução da obra, reparamos em que poderíamos ter dito mais ou dito menos, cômicos da imperfeição da tarefa em comparação ao que desejaríamos ter conseguido de melhor. Consolamo-nos, porém, com a certeza de havermos produzido uma obra útil ao seu fim: um instrumento para a grandeza do Brasil, para a sua Independência real, para o seu Poder, em todos os sentidos.

É um livro de consolação das misérias presentes e de esperança dos grandes dias futuros, quando sobre a estrutura de aço da nossa Economia Nova, Patrianovista, se erguer o Gigante de Ouro do Novo Império do Brasil, o Império Messiânico.

É um livro de Fé e para arrebanhar homens de Fé.

Só os sonhadores, só os visionários são senhores do Futuro.

Os sanchos panças comem o presente, dormem o presente, morrem o presente. E desaparecem sem ter criado as artes, a poesia, as flores, os Impérios...

272. Verdade é que os nossos sonhos irradiam pragmáticas. Mas falta-nos o Estado Imperial que as ponha em movimento, que as execute, que as realize.

Expusemos, no cap. VI (Reforma financeira e tributária), b e c, os meios de conseguirmos os capitais para financiar TODA A OBRA IMPERIAL da nossa ORGÂNICA, sem contrair empréstimos e mendigar esmolas internacionais, repetimos. Isso é impossível de se fazer com regime partidário e, pior ainda, republicano-democrático-partidário. O partido é contra a Nação.

É um país miseravelmente empobrecido como o nosso desde 1889 não pode nem sequer defender-se, quanto mais engradecer-se e ter expressão nos comícios dos Estados poderosos do mundo.

273. Pouco há, publicou o *Diário Popular*, de S. Paulo, o artigo “Renovação da Marinha de Guerra”. Assim se exprime a alturas tantas: “Foi noticiado recentemente que haviam sido coroadas de êxito as negociações

empreendidas para a aquisição nos Estados Unidos de dois cruzadores para a Marinha. Quando se considera que chegamos ao ponto de não contar com uma só unidade desse tipo, é fácil avaliar a situação em que se encontra a nossa Esquadra. Mas essa é uma solução de emergência incompleta”.

Meditem bem os Brasileiros: a sua Pátria, que já foi no II Império a segunda potência do mundo; a sua Pátria que se qualificara como o segundo construtor naval do mundo, só abaixo da Inglaterra; a Pátria Imperial Brasileira, enferma de república, vê-se na premência de ter de negociar em boas condições a compra de dois cruzadores para a Marinha de Tamandaré, de Barroso e de Saldanha da Gama, cujos cadetes foram há tempos assassinados no Sul!

274. Continuemos a leitura do artigo: “De um modo geral seria falso imaginar que a questão da nossa Marinha de Guerra se possa resolver assim facilmente, pela simples votação de recurso destinados a ampliar o Fundo Naval. A rigor, as exigências reais da nossa frota de guerra não poderão ser atendidas com os atuais recursos orçamentários. SEM QUE O BRASIL PRODUZA MAIS, DISPONHA DE MAIOR RIQUEZA, POSSA MOBILIZAR RECURSOS MUITAS VEZES SUPERIORES AOS ATUAIS, NÃO PODEREMOS DESTINAR À MARINHA VERBAS CAPAZES DE LHE ASSEGURAR O MÍNIMO DE EFICIÊNCIA DESEJADA. COMO EM SETORES OUTROS DA VIDA BRASILEIRA O QUE HÁ NO NAVAL É O REFLEXO DA NOSSA POBREZA. Somos um país pobre sobre o qual pesam encargos de nação rica (Perguntamos: Pobre por quê? Rica, por que não?! Já mostramos a *causa mater* da nossa pobreza atual). Daí (continua o articulista cuja palavras áureas quisemos aproveitar à última hora com os originais já em composição), daí o desajustamento permanente em que nos encontramos e que SÓ SERÁ SOBREPUJADO NO DIA EM QUE ELEVARMOS, SUBSTANCIALMENTE, A RENDA NACIONAL” (D. P., 25.XI.50. Os grifos são nossos).

275. Perfeitamente de acordo com as ponderadas considerações do *Diário Popular*. Pois, já em 1936, dizia o dr. Arlindo Veiga dos Santos, Chefe Geral Patrianovista no artigo “A Ordem da Subordinação dos Valores no Patrianovismo”: “Na ordem da *subordinação dos valores*, o primeiro pro-

blema a resolver no Brasil é o ‘Problema Espiritual’ do qual decorrem todos os mais: o político, o social, o econômico, o financeiro, todos enfim. Mas, sendo o Patrianovismo adstrito às realidades humanas, o primeiro problema, na ordem da realização, é o PROBLEMA ECONÔMICO! Para realizar integralmente o nosso Programa, precisamos *produzir!* Para produzirmos, precisamos começar por termos ‘elementos de eficiência produtiva’, o que só conseguiremos desta maneira: Explorando, por nossa conta, o nosso ferro, o nosso carvão, o nosso babaçu, o nosso petróleo e nossas forças hidráulicas. Só depois virão o ouro, o diamante, etc. Assim seremos independentes, exploraremos *para nós* as nossas riquezas naturais, atendendo também ao futuro da Nação; seremos ricos, fortes, poderosos, livres, e realizaremos integralmente o Nosso Programa, o do único Império de que o Brasil precisa: O IMPÉRIO PATRIANOVISTA!”

Entregamos ao Brasil a ORGÂNICA PATRIANOVISTA, ferramenta tosca mas sólida da realização do nosso Ideal:

BRASIL, POTÊNCIA IMPERIAL!

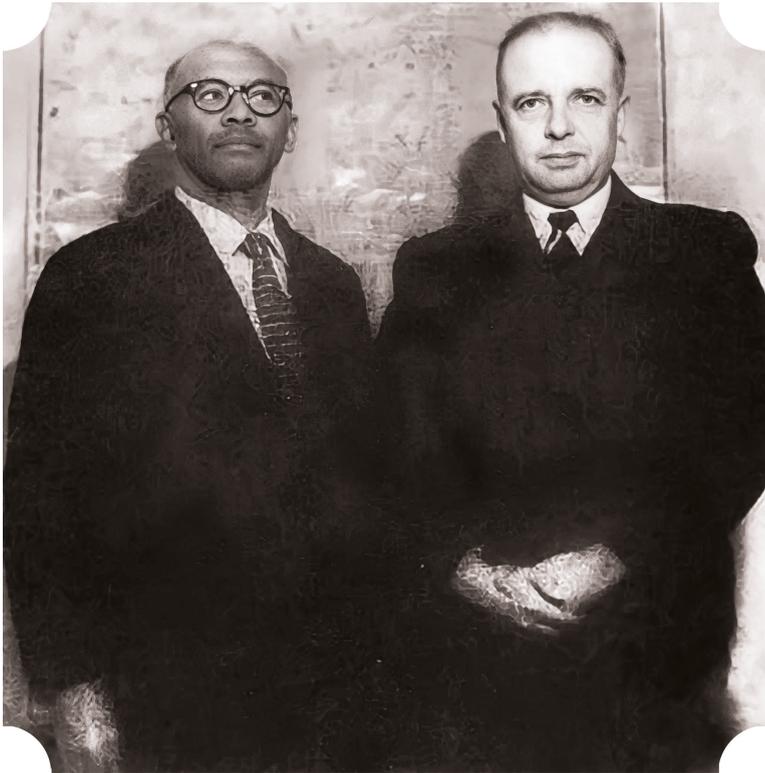
GLÓRIA A SANTÍSSIMA TRINDADE!

VIVA DOM PEDRO III!

OFERTA

À S. A. I. R. Sr. Dom Pedro Henrique de Bragança, Supremo chefe de todos os imperiais Brasileiros, cuja palavra autorizada alentou a vontade patrianovista na elaboração desta obra, ofertamos-lha como propriedade sua para grandeza do Brasil. Digne-se S. A. I. R. de honrar-nos aceitando-a.

Chefe Geral e Supremo Conselho
Imperial Patrianovista



FOTOGRAFIA DO PROF. DR. ARLINDO VEIGA DOS SANTOS
JUNTO À S.A.I.R. SR. DOM PEDRO HENRIQUE

*Agradecimento a todos os colaboradores
no projeto de reedição da*

ORGÂNICA PATRIANOVISTA

Por intermédio de uma campanha de pré-venda em nossas mídias sociais, algumas pessoas contribuíram de maneira significativa para a presente publicação da **Orgânica Patrianovista**, escrita pelo prof. dr. Arlindo Veiga dos Santos. Listamos abaixo o nome destes beneméritos colaboradores:

Agnaldo Pereira Silva
Álvaro Rozendo Barcelos
Antônio Ferreira Machado Neto
Arthur Passos Pereira dos Santos
Diego Ferreira Fonseca
Diego Nogueira Mothci
Eric Carvalho Rocha
Flávia da Silva Pereira Ramon
Gabriel Felipe Pereira
Gabriel Lopes
Gabriel Menezes de Souza Vila Nova
Gabriel Zaroni
Janistorp Sá
Jezreel Frederic da Silva Montanha
João Augusto Gutierrez da Silva
João Pedro Salvador
José Freire Murad

Lorenzo Palma Fantinatti
Luã Moura Fernandes
Lucas Cauã Poffo da Silva
Lucas Purificação Rodrigues
Lucas Vellardi
Luís Antonio
Luís Carlos Estolano
Luiz Gabriel
Nicolas Gabriel S. Domiciano Casagrande
Paulo Eduardo
Rafael Antonio de Mello Francisco
Renato Bianchini
Ricardo Noites
Rodrigo Oliveira
Theo Souza Coelho
Victor Hugo Gonzaga
Victor Trindade Louvis



